



ATIVO NACIONAL

Juventude da Democracia Socialista

CADERNO DE TEXTOS

APRESENTAÇÃO

O Ativo Nacional da Juventude da Democracia Socialista é o espaço de elaboração e discussão coletiva que reflete a conjuntura, elabora a estratégia deste setor da organização e elege a sua direção, a Coordenação Nacional da Juventude da DS. O Ativo da JDS de 2025 tem a tarefa de atualizar a leitura da juventude da corrente sobre a sociedade, em especial a realidade juvenil, e preparar a JDS para o desafio de organizar a juventude brasileira para a construção do socialismo democrático num contexto de enfrentamento franco das forças democráticas com a direita fascista, de avanço insistente do neoliberalismo e do surgimento de novas formas de dominação dos povos.

Ao mesmo tempo, este Ativo apresenta também uma nova etapa, condensada, da Escola Nacional de Formação da Juventude, que, depois das edições presenciais de 2019 e 2020, retoma seu espaço como ferramenta de qualificação dos nossos quadros para a luta política. A Escola parte da compreensão de que uma geração dirigente precisa se construir a partir de uma formação teórica e programática sólida e de uma prática política combativa e coerente. Assim, a Escola Nacional de Formação da Juventude busca ser um esforço significativo no constante caminhar rumo à nossa transformação naqueles e naquelas que a luta social demanda que sejamos.

Os nossos estudos se iniciarão uma incursão introdutória no Marxismo, com a apresentação dos marcos fundamentais para uma análise crítica da sociedade e das diversas formas da opressão capitalista em suas dimensões de gênero, raça e classe. Seguiremos refletindo o PT e a DS, suas histórias, razão de ser e desafios que se propõem a enfrentar na construção do socialismo. Em seguida, faremos uma análise do atual estágio do neoliberalismo, refletindo as diversas dimensões desse atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da ideologia capitalista. O debate terá sequência tematizando o mundo do trabalho e a realidade da juventude, e em seguida refletiremos sobre os desafios de organização dessa juventude. Por fim, nessa etapa formativa, refletiremos o novo e grande desafio enfrentado por essa geração de militantes, o de conquistar e conduzir mandatos parlamentares jovens e que intervenham no parlamento a partir do nosso programa socialista e democrático. Desejamos bons estudos e bons debates.

Coordenação Nacional da Juventude da Democracia Socialista.

Março de 2025

poneses, bizantinos, árabes; os nobres feudais da Idade Média, não tinham qualquer interesse em aumentar a produção desde o momento em que tivessem acumulado nos seus castelos e palácios suficientes víveres, vestes de luxo, objetos de arte. Existe um limite para o consumo e para o luxo que é impossível ultrapassar (um exemplo cômico: na sociedade feudal das ilhas Hawaí, o sobre-produto social toma a forma exclusiva de alimentos, e, por isso, o prestígio social depende... do peso de cada um).

É unicamente quando o sobre-produto social toma a forma de dinheiro — de mais valia — e que pode servir já não só para a aquisição de bens de consumo, mas de bens de equipamento (de produção), que a nova classe dominante — a burguesia — adquire interesse num crescimento ilimitado da produção. Assim se criam as condições sociais necessárias a uma aplicação à produção de todas as descobertas científicas, ou seja, as condições necessárias ao aparecimento do capitalismo industrial moderno.

III — O ESTADO, INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO DE CLASSE

1. A divisão social do trabalho e o nascimento do Estado

Na sociedade primitiva sem classes, as funções administrativas eram executadas pelo conjunto dos cidadãos. Cada um usava as suas armas e participava nas assembléias que tomavam decisões respeitantes à vida coletiva e às relações da comunidade com o mundo exterior. Os conflitos internos eram igualmente resolvidos pelos membros da coletividade.

Claro está que não existe qualquer razão para idealizar a situação existente no seio destas comunidades primitivas, que viviam sob o comunismo do clã ou da tribo. A sociedade era extremamente pobre. O homem era dominado pelas forças da natureza. Os hábitos, os costumes, as regras de arbitragem dos conflitos internos e externos, se bem que aplicados coletivamente, caracterizavam-se pela ignorância, pelo medo, pelas crenças mágicas. Em compensação, o que é necessário sublinhar, é que a sociedade se governava a si própria, nos limites dos seus conhecimentos e das suas possibilidades.

Não é pois verdade que as noções de “sociedade”, de “coletividade humana” e de “Estado” sejam praticamente idênticas e se justaponham mutuamente ao longo dos tempos. Bem pelo contrário: a humanidade viveu durante milênios e milênios em coletividades que ignoravam a existência de um Estado.

O Estado nasce quando certas funções, primitivamente executadas pelo conjunto dos membros da coletividade, se tornam apanágio dum grupo separado de homens:

- um exército distinto da massa dos cidadãos armados;
- juízes distintos da massa dos cidadãos, julgando os seus semelhantes;
- chefes hereditários, reis, nobres, em vez de representantes ou de dirigentes de tal atividade, designados temporariamente e sempre revogáveis;
- “produtores de ideologia” (padres, clérigos, professores, filósofos, escribas, mandarins), separados do resto da coletividade.

O nascimento do Estado é pois o produto dum dupla transformação: o aparecimento dum sobre-produto social permanente, que permite libertar uma parte da sociedade da obrigação de efetuar trabalho para assegurar a sua subsistência — parte essa que cria assim as *condições materiais* da sua especialização nas funções de acumulação e de administração —, uma transformação social e política que permite *excluir* os restantes membros da coletividade do

exercício das funções políticas que eram outrora comuns a todos.

2. O Estado ao serviço das classes dominantes

O fato de as funções que eram primitivamente executadas por todos os membros duma coletividade se tornarem, a partir dum certo momento,apanágio de um grupo separado de homens, indica já por si mesmo que existem pessoas que *têm interesse* em praticar essa exclusão. São as *classes dominantes* que se organizam para excluir os membros das classes exploradas e produtivas do exercício de funções que lhes permitiriam abolir a *exploração* que lhes é imposta.

O exemplo do exército e do armamento constitui disso a prova mais evidente. O aparecimento das classes dominantes efetua-se através da apropriação do sobre-produto social por uma fração da sociedade. Em numerosas tribos e aldeias africanas assistiu-se, ao longo dos últimos séculos, à reprodução de uma evolução que se encontra na origem do nascimento do Estado nos mais antigos Impérios do Oriente (Egito, Mesopotâmia, Irã, China, Índia, etc.): as dádivas, as ofertas, os serviços sob forma de entreajudada, que eram primitivamente concedidas amigavelmente a todos os casais, tornam-se progressivamente obrigatórios, transformando-se em rendas, impostos e corveias.

Mas é ainda necessário *assegurar* essa prestação obrigatória, o que tem lugar, em particular, pela força das armas. Grupos de homens armados — pouco importa que se chamem soldados, polícias, piratas ou bandidos — *obrigam* os cultivadores e os criadores de animais, mais tarde os artesãos e os comerciantes, a abandonar uma parte da sua produção em benefício das classes dominantes. Com este fim usam armas e devem impedir que os produtores se encontrem igualmente armados.

Na Antiguidade greco-romana, era estritamente proibido aos escravos possuir armas. O mesmo se passava com os servos da Idade Média. Os primeiros escravos, os primeiros camponeses, são muitas vezes, aliás, prisioneiros de guerra ou camponeses de regiões conquistadas; portanto, as vítimas de um processo em que uns são desarmados para que outros possuam o monopólio das armas.

Neste sentido, Frederic Engels tem razão ao resumir a definição do Estado segundo a fórmula: um grupo de homens armados. Sem dúvida que o Estado desempenha outras funções além da de armar a classe possensora e de desarmar a classe produtiva. Mas, em última análise, a sua função é a de exercer a sujeição de uma parte da sociedade a outra. Nada, ao longo da história permite justificar a tese liberal-burguesa segundo a qual o Estado teria nascido de um “contrato”, de uma “convenção” livremente aceite por todos os membros de uma coletividade. Pelo contrário, tudo confirma que é o produto de uma opressão, da violência exercida por alguns contra outros.

Se o aparecimento de um Estado permite às classes dominantes con-

servarem a apropriação do sobre-produto social, esta apropriação do sobre-produto social permite, por sua vez, pagar aos membros do aparelho de Estado. Quanto mais importante é este sobre-produto social, mais o Estado se pode estruturar através de um número crescentemente elevado de soldados, de funcionários e de ideólogos.

O desenvolvimento do Estado na Idade Média feudal torna estas relações particularmente transparentes. Quando o feudalismo atinge o seu apogeu, cada nobre feudal é, no seu domínio, chefe do exército, coletor de impostos, competente para cunhar moeda, administrador em chefe e gerente da economia. Mas à medida que certos domínios se estendem, que se restabelece uma hierarquia entre os nobres, que os duques e condes emergem com um poder sobre extensões de terra consideráveis, torna-se impossível exercer todas estas funções a título pessoal. O que é ainda mais verdadeiro para os reis e imperadores.

Assim emergem personagens que encarnam a divisão destas funções: senescais e marechais, ministros e secretários, etc. Mas a etimologia ensina-nos que todas estas personagens eram, na sua origem, escravos ou servos do senhor, o que significa que se encontravam em estado de dependência total da classe dominante.

3. Coação violenta e integração ideológica

Se o Estado é, em última análise, um grupo de homens armados, e se o poder duma classe dominante é fundado em última instância no constrangimento violento, não pode no entanto limitar-se exclusivamente a este constrangimento. Napoleão Bonaparte disse que tudo se pode fazer com baionetas, menos sentar-se sobre elas. Uma sociedade de classe que subsistisse unicamente pela violência armada encontrar-se-ia em estado de guerra civil permanente, ou seja, em estado de crise extrema.

Para consolidar a dominação de uma classe sobre outra, é portanto absolutamente indispensável que os produtores, membros da classe explorada, sejam levados a aceitar como inevitável, permanente e justa a apropriação por uma minoria do sobre-produto social. Eis porque o Estado não desempenha apenas uma função de repressão, mas também uma função de integração ideológica. Cabe aos “produtores de ideologias” assegurarem esta função.

A humanidade tem de particular que só pode assegurar a sua subsistência por um trabalho social, que implica a existência de laços, de relações sociais entre os homens. Estes laços indispensáveis implicam a necessidade de uma comunicação, duma linguagem entre os homens, o que permite desenvolver a consciência, a reflexão, a “produção de idéias” (de conceitos). Assim, todas as ações importantes na vida humana são acompanhadas de reflexões sobre essas ações que se efetuam na cabeça dos homens.

Mas estas reflexões não se produzem de forma absolutamente espontâ-

nea. Correntemente, cada indivíduo não inventa idéias novas. A maioria dos indivíduos raciocina com base nas idéias aprendidas na escola ou na igreja, e, na nossa época, também com base em idéias colhidas na TV ou na rádio, na publicidade ou nos jornais. A produção de idéias e de sistemas de idéias, chamadas ideologias, encontra-se assim fortemente limitada. Aparece também como atributo duma pequena minoria da sociedade.

Em cada sociedade de classe, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Isto, sobretudo porque os produtores de ideologia se encontram na dependência material dos proprietários do *sobre-produto social*. Na alta Idade Média, poetas, pintores, filósofos, são literalmente mantidos pelos senhores e pela Igreja (grande proprietária fundiária feudal, ao lado da nobreza). Quando a situação social e econômica muda, os mercadores e banqueiros ricos surgem igualmente como financiadores de obras literárias, filosóficas ou artísticas. A dependência material não é aqui menos pronunciada. Só com advento do capitalismo aparecem produtores de ideologias trabalhando não já diretamente sob a dependência da classe dominante, mas para um "mercado anônimo".

Por outro lado, cada sociedade particular segrega maneiras de pensar, "formas predominantes de produção ideológica", que são o resultado e o reflexo de sua maneira de organizar a produção material.

Assim, numa sociedade primitiva que vive sob a tirania extrema das forças da natureza, poucos indivíduos são levados a pôr em causa as religiões que divinizam essas forças, ou a magia que as tenta conciliar. Na sociedade feudal, a dependência material extrema em que se encontravam os servos em relação à nobreza, a estreiteza do domínio feudal, a atrofiação do grande comércio e da economia monetária, refletem-se normalmente na enorme influência da religião sobre os espíritos. Os explorados vêem como única consolação a esperança numa vida melhor no além.

Numa sociedade em que a produção mercantil atinge grande expansão, em que cada indivíduo aparece como um proprietário, livre vendedor e comprador de mercadorias num mercado anônimo, o individualismo e o racionalismo podem se expandir muito mais livremente. As estruturas imutáveis da religião são postas em causa. A luta pelo direito de cada indivíduo interpretar a Bíblia segundo a sua consciência, pode desenvolver-se. A Reforma, o ateísmo, o materialismo filosófico, anunciam-se.

Seja como for, a função da ideologia dominante é incontestavelmente uma função estabilizadora da sociedade tal como existe, ou seja, da dominação de classe. O direito protege e justifica a forma predominante da propriedade. A família desempenha o mesmo papel. A religião ensina os explorados a aceitar a sua sorte. As idéias políticas e morais predominantes procuram justificar o reino da classe dominante por meio de sofismas ou de meias-verdades (conforme a tese de Goethe, formulada durante e contra a revolução francesa, segundo a qual a desordem provocada pela luta contra a injustiça seria pior do

que a própria injustiça. Moralidade: não mudar a ordem estabelecida).

4. Ideologia dominante e ideologias revolucionárias

Mas se a ideologia dominante de cada época é a ideologia da classe dominante, isso de nenhum modo significa que as únicas idéias existentes numa dada sociedade de classe sejam as da classe dominante. Em geral — e simplificando — cada sociedade de classe conhece pelo menos três grandes categorias de idéias que nela circulam:

— as idéias que refletem os interesses da classe dominante da época, e que predominam;

— as idéias das antigas classes dominantes, que foram já batidas e afastadas do poder, mas que continuam a exercer influência sobre os homens. Este fato é devido à força de *inércia da consciência, sempre em atraso em relação à realidade material*. A transmissão e difusão das idéias é em parte autônoma do que se passa na esfera da produção material. Podem pois permanecer influenciadas por forças sociais, que não são já as forças predominantes;

— as idéias duma nova classe revolucionária em ascensão, que é ainda dominada, mas que encetou já o combate pela sua emancipação, e que terá de se libertar, pelo menos parcialmente, das idéias dos seus opressores, antes de poder de fato lançar por terra a opressão.

O exemplo da França do século XIX é muito típico a este respeito. A classe dominante é a burguesia. Tem os seus pensadores, os seus juristas, os seus ideólogos, os seus filósofos, os seus moralistas, os seus escritores, bem seus, desde o início até ao fim do século. A nobreza semifeudal foi afastada enquanto classe dominante, pela Grande Revolução Francesa. A Restauração dos Bourbons, em 1815, não a trará de novo ao poder. Mas a sua ideologia, e nomeadamente o clericalismo ultramoderno, continuará a exercer uma profunda influência durante decênios, não somente sobre os restos da nobreza, mas também sobre partes da burguesia, sobre camadas da pequena burguesia (camponesa) e, mesmo, da classe operária.

No entanto, ao lado da ideologia burguesa e da ideologia semifeudal, desenvolve-se já a ideologia proletária, desde logo a dos babouvistas e dos blanquistas, depois a dos coletivistas que desembocam no marxismo e na Comuna de Paris.

5. Revoluções sociais, revoluções políticas

Quanto mais estável é uma sociedade de classes, menos é contestada a dominação da classe dominante, e mais a luta de classe é diluída em conflitos limitados que não põem em causa a estrutura dessa sociedade, aquilo a que os marxistas chamam as relações de produção ou o modo de produção. Ao contrário, quanto mais abalada estiver a estabilidade econômica e social dum de-

terminado modo de produção, mais a dominação da classe reinante será contestada e mais a luta de classes se desenvolverá, a ponto de pôr a questão do derrube dessa dominação, a questão duma revolução social.

Uma revolução social estala quando as classes exploradas e dominadas não aceitam já essa exploração como inevitável, permanente e justa, quando não se deixam já intimidar ou reprimir pela sujeição violenta dos governantes, recusando a ideologia justificativa desse predomínio, quando reúnem as forças materiais e morais necessárias ao derrube da classe dominante.

Tais condições resultam de transformações econômicas profundas. A organização social existente, o modo de produção dado, que permitiram durante um certo período desenvolver as forças produtivas, a riqueza material da sociedade, tornam-se um entrave ao seu desenvolvimento ulterior. A expansão da produção entra em colisão com a sua organização social, com as relações sociais da produção: esta é a origem última de todas as revoluções sociais da história.

Uma revolução social substitui o reinado duma classe pelo de outra classe. Pressupõe a eliminação da antiga classe dominante do poder de Estado. Qualquer revolução social é portanto acompanhada duma revolução política. As revoluções burguesas são em geral caracterizadas pela eliminação da monarquia absoluta e sua substituição por um poder político nas mãos de assembléias eleitas pela burguesia. Os Staten Generaal suprimindo o poder de Filipe II de Espanha, na revolução dos Países Baixos. O Parlamento inglês destrói o absolutismo de Carlos I na revolução inglesa de 1649. O Congresso americano destrói a dominação do rei George III sobre as 13 colônias. As diversas assembléias da Revolução francesa de 1789 destruíram a monarquia dos Bourbons.

Mas se toda a revolução social é ao mesmo tempo uma revolução política, nem toda a revolução política é necessariamente uma revolução social. Uma revolução que é apenas política implica a substituição por via revolucionária de uma forma de dominação, de uma forma de Estado de uma classe, por outra forma de Estado da mesma classe.

Assim, as revoluções francesas de 1830, de 1848 e de 1870 foram revoluções políticas que instauraram sucessivamente a monarquia de Julho, a II República, o II Império e a III República, todas formas políticas diversas do governo de uma mesma e única classe social: a burguesia. Em geral, as revoluções políticas transformam a forma do Estado de uma mesma classe social, em função de interesses predominantes das diversas camadas e frações dessa mesma classe, que se sucedem no poder. Mas o modo de produção fundamental não é de forma nenhuma alterado por essas revoluções.

IV – DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

1. Produção para satisfação das necessidades e produção para a troca

Na sociedade primitiva e, depois, no seio da comunidade aldeã, nascida da revolução neolítica, a produção assentava essencialmente na satisfação das necessidades das coletividades produtivas. A troca era apenas accidental e somente envolvia uma parte ínfima dos produtos de que dispunha a comunidade.

Uma tal forma de produção pressupõe uma organização deliberada do trabalho. Por conseqüência, o trabalho é aí imediatamente social. Dizer organização deliberada do trabalho não significa necessariamente organização consciente (nem certamente científica), nem organização minuciosa. Muitas coisas podem ser deixadas ao acaso, precisamente porque a atividade econômica não preside qualquer tendência para o enriquecimento. Os costumes, os hábitos ancestrais, os usos, os ritos, a religião, a magia, podem determinar a alternância e o ritmo das atividades produtivas. Mas estas são sempre essencialmente destinadas à satisfação de necessidades imediatas das coletividades e não à troca ou ao enriquecimento tornado um fim em si.

De semelhante organização da vida econômica destaca-se pouco a pouco uma forma de organização econômica diametralmente oposta. A partir de um processo de divisão do trabalho, da aparição de um certo excedente, o potencial de trabalho da coletividade vai-se progressivamente fracionando em unidades (grandes famílias, famílias patriarcais) que trabalham independentemente umas das outras. O caráter privado do trabalho e a propriedade privada dos produtos do trabalho, e mesmo dos meios de produção, interpõem-se entre os membros da comunidade. E impedem estes de estabelecer relações econômico-sociais deliberadas imediatamente entre si. Estas unidades ou indivíduos deixam de se relacionar uns com os outros, na vida econômica, através de uma associação direta. Relacionam-se uns com os outros por intermédio da troca dos produtos do seu trabalho.

A mercadoria é um produto do trabalho social que se destina a ser trocado pelo seu produtor e não a ser consumido por ele ou pela coletividade de que faz parte. Pressupõe pois uma situação social fundamentalmente diferentes daquela em que a massa dos produtos é destinada ao consumo imediato das coletividades que a produzem. Há por certo casos transitórios (por exemplo, na nossa época, as quintas chamadas de subsistência, que vendem no mercado pequenos excedentes). Mas para apreender bem a diferença funda-

mental entre uma situação social na qual se produz essencialmente para o consumo direto dos produtores, e a situação na qual se produz para a troca, é preciso lembrar a resposta maliciosa do socialista alemão Ferdinand Lassalle a um economista liberal da sua época: "sem dúvida, o Sr. Dupont-Dupont, empresário funerário, fabrica, à partida, urnas para seu próprio uso e dos membros da sua casa, vendendo apenas o excedente que lhe resta..."

2. A pequena produção mercantil

A produção de mercadorias surgiu há 10 ou 12.000 anos no Médio Oriente, no quadro de uma primeira divisão do trabalho fundamental, entre artesãos profissionais e camponeses, quer dizer, por efeito da formação das primeiras cidades. Chamamos pequena produção mercantil a organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção.

Embora tenha havido múltiplas formas de pequena produção mercantil, na Antiguidade e no seio do modo de produção asiático, a pequena produção mercantil teve o seu principal desenvolvimento entre o XIV e o XVI séculos, na Itália do norte e do centro, bem como nos Países Baixos do sul e do norte, devido ao depercimento da servidão nessas regiões e nessas épocas, e ao fato de que os proprietários de mercadorias, que se reuniam no mercado, eram aí, em geral, livres e mais ou menos iguais em direitos.

É precisamente esse caráter de liberdade e de igualdade relativas dos proprietários de mercadorias, no interior de uma sociedade fundada sobre a pequena produção mercantil, que permite apreender a própria função da troca: permitir a continuidade de todas as atividades produtivas essenciais, apesar de uma já avançada divisão do trabalho, e sem que essas atividades dependam de deliberadas decisões da coletividade ou de seus dirigentes.

A organização do trabalho fundada na repartição deliberada e previamente prevista da mão-de-obra entre os diversos ramos de atividades essenciais para a satisfação das necessidades da sociedade, é agora substituída por uma divisão do trabalho mais ou menos "anárquica" e "livre", na qual aparentemente o acaso governa esta mesma repartição dos recursos produtivos vivos e mortos (instrumentos de trabalho). A troca e o seu resultado substituem agora a planificação tradicional ou consciente para repartir esses recursos. Mas isso deve fazer-se de tal modo que a continuidade da vida econômica seja assegurada (é certo que com muitos "acidentes de percurso", de crise, de interrupção da produção) que, grosso modo, todas as atividades essenciais encontrem quem as exerça.

3. A lei do valor

É a própria maneira como a troca é governada que assegura esse resul-

tado, pelo menos a médio prazo. As mercadorias trocam-se segundo as quantidades necessárias de trabalho para as produzir. Os produtos de uma jornada de trabalho de um tecelão. Precisamente no alvor da pequena produção mercantil, em que a divisão do trabalho entre o artesão e o camponês não passa de rudimentar, em que muitas atividades artesanais são exercidas ainda no centro rural, é evidente que a troca apenas em semelhante equivalência pode fundar-se. De contrário, uma ou outra atividade produtiva menos compensadora do que outras, depressa seria abandonada. Produzir-se-ia então uma penúria nesse domínio. Essa penúria faria subir os preços e, logo, a recompensa obtida por esses determinados produtos. Por este fato, as atividades produtivas redistribuir-se-iam entre os diferentes setores de atividade, restabelecendo a regra de equivalência: para uma mesma quantidade de trabalho fornecido, mesma quantidade de valor obtida na troca.

Chamamos "lei do valor" a lei que governa a troca das mercadorias e, por seu intermédio, a repartição das forças de trabalho e de todos os recursos produtivos, entre os diferentes ramos de atividade. Trata-se pois claramente de uma lei econômica que se funda essencialmente sobre uma forma de organização do trabalho, sobre relações estabelecidas entre os homens, distintas daquelas que presidem à organização de uma economia planificada segundo os costumes ou segundo as opções conscientes de produtores associados.

A lei do valor assegura o reconhecimento social do trabalho, tornado trabalho privado. Neste sentido, deve funcionar na base de critérios objetivos, iguais para todos. É pois inconcebível que um sapateiro preguiçoso, tendo necessidade de dois dias de trabalho para produzir um par de sapatos que um sapateiro hábil produziria num só dia de trabalho, produza afinal duas vezes mais de valor que este último. Semelhante funcionamento do mercado, ao recompensar a preguiça ou a indolência e a falta de qualificação, conduziria uma sociedade, fundada na divisão do trabalho e no trabalho privado, à sua rápida regressão ou mesmo à sua extinção.

É por isso que a equivalência das jornadas de trabalho, assegurada pela lei do valor, é uma equivalência de trabalho à media social de produtividade. Esta média, numa sociedade pré-capitalista, é geralmente estável e por todos conhecida, porque a técnica produtora não evolui ou só muito lentamente o faz. Dizemos pois que o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para as produzir.

4. O aparecimento do capital

Na pequena produção mercantil, o pequeno agricultor e o pequeno artesão vão ao mercado com os produtos do seu trabalho. Vendem-nos a fim de comprar os produtos de que necessitam para o seu consumo corrente e que eles próprios não produzem. A sua atividade no mercado pode resumir-se na fórmula: vender para comprar.

Contudo, muito rapidamente a pequena produção mercantil exige a aparição de um *meio de troca universalmente aceita* (chamado também “equivalente geral”) para facilitar a troca. Este meio de troca, através do qual todas as mercadorias se trocam indiferentemente, é a moeda. Com o aparecimento da moeda, um outro personagem social, uma outra classe social, pode aparecer, por efeito de um novo progresso da divisão social do trabalho: o *proprietário de dinheiro*, separado e oposto ao proprietário de mercadorias simples. É o usurário ou o mercador especializado no comércio internacional.

Este proprietário de dinheiro exerce no mercado uma atividade muito diferente da do pequeno agricultor ou artesão. Como surge no mercado com uma soma determinada de dinheiro, para ele já não se trata de vender para comprar, mas, pelo contrário, de comprar para vender. O pequeno artesão ou camponês vende para comprar uma mercadoria diferente daquela que ele próprio produz; mas a finalidade dessa operação permanece a satisfação de necessidades mais ou menos imediatas. Inversamente, o proprietário de dinheiro não pode “comprar para vender” tendo somente em vista satisfazer as suas necessidades. Para o banqueiro ou o mercador, comprar para vender não tem sentido, se não vende por uma soma que exceda aquela com a qual se apresentou no mercado. O aumento do valor do seu dinheiro de uma *mais-valia*, quer dizer, o enriquecimento como fim em si, eis o sentido da atividade do usuário e do mercador.

O capital — porque é dele que se trata, sob a sua forma inicial e elementar de capital-dinheiro — é pois todo o valor que procura apropriar-se de uma mais-valia, que é lançado na busca de uma mais-valia. Esta definição marxista do capital opõe-se à definição corrente dos manuais burgueses segundo a qual o capital seria simplesmente todo o instrumento de trabalho, ou até, de forma ainda mais vaga, “todo o bem durável”. Por esta definição, o primeiro macaco que tivesse varejado uma bananeira com um pau para apanhar uma banana, teria sido o primeiro capitalista...

Sublinhe-se uma vez mais: como todas as “categorias econômicas”, a categoria “capital” não pode ser entendida sem a considerar como fundada sobre uma relação social entre os homens: a saber, uma relação tal que permite a um proprietário de capital o apropriar-se de uma mais-valia.

5. Do capital ao capitalismo

A existência do capital não se identifica com o modo de produção capitalista. Pelo contrário, capitais existiram e circularam durante milênios antes da eclosão do modo de produção capitalista na Europa ocidental, nos séculos XV e XVI.

O usurário e o mercador aparecem de início no seio de sociedades pré-capitalistas, escravagistas, feudais ou fundadas sobre o modo de produção asiático. Operam aí fora da esfera da produção. Asseguram aí a introdução do

dinheiro numa sociedade natural (dinheiro que em geral afluí do estrangeiro), introduzem produtos de luxo vindos de longe, asseguram um mínimo de crédito às classes possuidoras desprovidas de fortunas mobiliárias, bem como aos reis e imperadores.

Semelhante capital é politicamente vulnerável, sem proteção contra as exações, a rapina e o confisco. Essa é de resto a sua sorte habitual; e é por isso que esse capital protege ciosamente o seu tesouro, escondendo-o mesmo em parte, evitando cuidadosamente investi-lo na totalidade pelo receio de provocar a sua confiscação. Alguns dos grupos de proprietários de capitais mais avultados dos primeiros séculos da Idade Média foram vítimas dessas confiscações: por exemplo, os Templários, no século XIV em França. Os banqueiros italianos, financiadores das guerras dos reis da Inglaterra viram-se desapossados pelo fato desses reis nada os terem reembolsado das suas dívidas.

Foi só quando as relações de força políticas mudaram ao ponto dessas confiscações diretas ou indiretas se tornarem cada vez mais difíceis, que o capital se pôde acumular — crescer —, de maneira cada vez mais contínua. A partir desse momento, a *penetração do capital na esfera de produção* tornou-se possível e, com ela, o nascimento do modo de produção capitalista, o nascimento do capital moderno.

Agora, o detentor de capitais não é simplesmente usurário, banqueiro ou mercador. É proprietário de meios de produção, alugador de braços, organizador da produção, fabricante, manufaturador ou industrial. A mais-valia deixa de ser extraída da esfera da distribuição. Passa a ser correntemente produzida no decurso do próprio processo de produção.

6. O que é a mais-valia?

Na sociedade pré-capitalista, os proprietários de capitais, quando atuam essencialmente na esfera da circulação, não podem apropriar-se de uma mais-valia senão explorando de forma parasitária os rendimentos de outras classes da sociedade. A origem desta mais-valia parasitária pode ser, ou uma parte do excedente agrário (por exemplo, da renda feudal) de que a nobreza ou o clero são os proprietários iniciais, ou uma parte dos magros rendimentos dos artesãos e camponeses. Esta mais-valia é essencialmente o produto do embuste e da rapina. A pirataria e a pilhagem, o comércio de escravos, desempenharam um papel essencial na formação das fortunas iniciais de mercadores árabes, italianos, franceses, flamengos, alemães e ingleses, na Idade Média. Mais tarde, o fato de comprar mercadorias em mercados longínquos abaixo do seu valor para os vender acima desse valor em mercados mediterrânicos ou da Europa do Oeste ou Europa central, desempenhou um papel similar.

É claro que uma tal mais-valia resulta apenas de atividades de transferência. A riqueza global da sociedade, tomada no seu conjunto, em nada foi aumentada. Perdem uns o que outros ganham. Com efeito, durante milênios,

a riqueza mobiliária global da humanidade pouco aumentou. É diferente o que sucede desde o advento do modo de produção capitalista. E isso porque, a partir desse momento, a mais-valia já não é simplesmente subtraída do processo de circulação das mercadorias. É agora correntemente produzida e portanto correntemente também acrescida e ampliada, no decurso da própria produção.

Já vimos que em todas as sociedades de classe pré-capitalistas, os produtores (escravos, servos, camponeses) eram obrigados a dividir a sua semana de trabalho, ou a sua produção anual, entre uma parte que eles próprios podiam consumir (produto necessário) e uma parte de que se apropriava a classe dominante (sobre-produto social). Na fábrica capitalista, manifesta-se o mesmo fenômeno, embora velado pela aparência das relações mercantis, que simulam governar a "livre compra e a livre venda" da força de trabalho, entre o capitalista e o operário.

Quando o operário inicia o seu trabalho na fábrica, ao princípio de sua jornada (ou da sua semana) de trabalho, incorpora um valor às matérias-primas que labora. Ao fim de um certo número de horas (ou de jornadas) de trabalho, reproduziu um valor que é exatamente o equivalente do seu salário quotidiano (ou semanal). Se suspendesse o trabalho nesse preciso momento, o capitalista não obteria sequer um centavo de mais-valia. Mas, em tais condições, o capitalista não teria evidentemente nenhum interesse em comprar esta força de trabalho. Tal como o usuário ou o mercador da idade média, ele "compra para vender".

Compra a força de trabalho para obter dela um produto mais elevado do que o que dispendeu para a comprar. Este "suplemento", este "excedente", é precisamente a sua mais-valia, o seu lucro. Entende-se pois que, se o operário produz o equivalente ao seu salário em 4 horas de trabalho, trabalhará não apenas 4 mas 6, 7, 8 ou 9 horas. Durante essas 2, 3, 4 ou 5 horas "suplementares", produz a mais-valia para o capitalista, em troca da qual nada recebe.

A origem da mais-valia é, portanto, o sobre-trabalho ou o trabalho gratuito, de que o capitalista se apropria. "Mas isso é um roubo", exclamar-se-á. A resposta deve ser: "sim e não". Sim, do ponto de vista do operário; não, do ponto de vista do capitalista e das leis do mercado.

Com efeito, o capitalista não comprou no mercado "o valor produzido ou a produzir pelo operário". Não comprou o seu "trabalho", ou seja, o trabalho que o operário vai efetuar (se o tivesse feito, teria efetivamente praticado um roubo puro e simples; teria pago 1000 escudos pelo que vale 2000 escudos). Comprou a força de trabalho do operário. Esta força de trabalho tem o seu valor. O valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a reproduzir, ou seja, pela subsistência (no sentido lato do termo) do operário e da sua casa. A mais-valia tem origem no fato de se manifestar um distanciamento entre o valor produzido pelo operário e o

valor das mercadorias necessárias para assegurar a sua subsistência. Este distanciamento é devido ao aumento da produtividade de trabalho do operário. O capitalista pode apropriar-se do incremento da produtividade do trabalho porque a força do trabalho se tornou uma mercadoria, pois o operário foi colocado em condições tais que só pode produzir para a sua própria subsistência.

7. As condições de aparecimento do capitalismo moderno

O capitalismo moderno é o produto de três transformações econômicas e sociais:

a) A separação dos produtores dos seus meios de produção e de subsistência. Esta separação efetuou-se designadamente na agricultura pela expulsão dos pequenos camponeses das terras senhoriais transformadas em prados; no artesanato pela destruição das corporações medievais; pelo desenvolvimento da indústria domiciliar; pela apropriação privada das reservas de terras virgens, etc.

b) A formação de uma classe social que monopoliza estes meios de produção: a burguesia moderna. O aparecimento desta classe supõe a prévia acumulação de capitais sob a forma de dinheiro, seguida de uma transformação dos meios de produção que torna estes tão caros que somente os proprietários de capital-dinheiro avultado podem adquiri-los. A revolução industrial do século XVIII, baseando doravante a produção sobre o maquinismo, realiza esta transformação de maneira definitiva.

c) A transformação da força de trabalho em mercadoria. Esta transformação resulta do aparecimento de uma classe que nada mais possui que a sua força de trabalho, e que, para poder subsistir, é obrigada a vender essa força de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

"Gentes pobres e laboriosas, muitas das quais suportando o fardo e o encargo de mulheres e filhos numerosos e que nada mais possuem além do que podem ganhar com o trabalho das suas mãos": eis uma excelente descrição do proletariado moderno, extraída de uma petição do fim do século XVI, redigida em Leyde (na Holanda).

Porque esta massa de proletários não tem liberdade de escolha — a não ser a escolha entre a venda da sua força de trabalho e a fome permanente — é obrigada a aceitar como preço da sua força de trabalho o preço ditado pelas condições capitalistas normais no mercado do trabalho, quer dizer, o mínimo vital socialmente reconhecido. O proletariado é a classe dos que são obrigados, por esta coação econômica, a vender a sua força de trabalho de maneira mais ou menos contínua.

V – A ECONOMIA CAPITALISTA

1. As particularidades da economia capitalista

A economia capitalista funciona segundo uma série de características que lhe são próprias e dentre as quais mencionaremos:

a) A produção consiste essencialmente em produção de mercadorias, produção destinada a ser vendida no mercado. Sem a venda efetiva das mercadorias produzidas, as firmas capitalistas e a classe burguesa no seu conjunto não podem realizar a mais-valia produzida pelos trabalhadores e contida no valor das mercadorias fabricadas.

b) A produção efetua-se em condições de propriedade privada dos meios de produção. Esta propriedade privada não é, antes de tudo, uma categoria jurídica mas sobretudo uma categoria econômica. Significa que o poder de dispor das forças produtivas (meios de produção e forças de trabalho) não pertence à coletividade mas está dividido por *firmas separadas*, controladas por grupos capitalistas distintos (proprietários individuais, famílias, sociedades anônimas ou grupos financeiros). As decisões de investimento, que condicionam em larga medida a conjuntura econômica, são por igual tomadas separadamente, na base do interesse privado e separado de cada unidade ou grupo capitalista.

c) A produção efetua-se para um mercado anônimo, e rege-se pelos imperativos da concorrência. Uma vez que a produção não está limitada pelo costume (como nas comunidades primitivas) ou pela regulamentação (como nas corporações da Idade Média) cada capital particular (cada proprietário, cada firma ou cada grupo capitalista) esforça-se por atingir o mais elevado volume de negócios, por açambarcar a maior parte do mercado, sem se preocupar com decisões análogas de outras firmas operando no mesmo ramo.

d) O fim da produção capitalista é realizar o lucro máximo. As classes possuidoras pré-capitalistas viviam do sobreproduto social, que no seu conjunto consumiam improdutivamente. Também a classe capitalista deve consumir improdutivamente uma parte do sobreproduto social dos lucros que realiza. Mas, para realizar estes lucros, deve poder vender as suas mercadorias. Isso implica que deve poder oferecê-las no mercado a um preço mais baixo que o dos concorrentes. Para o conseguir, deve poder baixar os custos de produção. E o meio mais eficaz para baixar os custos de produção (os preços de custo) consiste em alargar a base de produção, em produzir mais utilizando máquinas cada vez mais aperfeiçoadas. Mas isso requer capitais cada vez mais

elevados. É portanto sob o chicote da concorrência que o capitalista se vê obrigado a procurar o máximo possível de lucro para poder desenvolver ao máximo os investimentos produtivos.

e) Assim, a produção capitalista revela-se como uma produção visando não só o lucro mas a *acumulação do capital*. Com efeito, a lógica do capitalismo implica que uma parte vultosa da mais-valia seja acumulada produtivamente (transformada em capital suplementar sob forma de máquinas e de matérias-primas suplementares, e de mão-de-obra suplementar) e não consumida improdutivamente (consumo privado da burguesia e dos seus servidores).

A produção tendo por fim a acumulação do capital conduz a resultados contraditórios. Por um lado, o desenvolvimento incessante do maquinismo implica uma *expansão das forças produtivas e da produtividade do trabalho*, que cria os fundamentos materiais de uma emancipação da humanidade quanto ao constrangimento de dever “ganhar o pão com o suor do seu rosto”. Esta a função historicamente progressiva do capitalismo. Mas, por outro lado, o desenvolvimento do maquinismo sob o imperativo da procura do lucro máximo e da acumulação incessante do capital, implica uma subordinação cada vez mais brutal do trabalhador à máquina, das massas laboriosas às “leis do mercado”, que lhe fazem perder periodicamente qualificação e emprego. A expansão das forças produtivas é, ao mesmo tempo, um desenvolvimento cada vez mais pronunciado da *alienação dos trabalhadores* (e, indiretamente, de todos os cidadãos da sociedade burguesa) dos seus instrumentos de trabalho, dos produtos do seu trabalho, das suas condições de trabalho, numa palavra, das suas condições de vida (incluindo as suas condições de consumo e de utilização dos “tempos livres”) e, ainda, das suas relações realmente humanas com os seus concidadãos.

2. O funcionamento da economia capitalista

Para obter o lucro máximo e desenvolver o mais possível a acumulação de capital, os capitalistas são obrigados a reduzir no máximo a parte do valor novo, produzido pela força de trabalho, que reveste para este sob a forma de salários. Este valor novo, este “rendimento criado”, determina-se com efeito no próprio processo de produção, independentemente de qualquer problema de repartição. É mensurável pela soma total das horas de trabalho fornecidas pelo conjunto dos produtores assalariados. Neste exato “bolo”, quanto maior for a parte dos salários reais pagos, tanto menor será, forçosamente, a parte da mais-valia. Quanto mais os capitalistas procurarem fazer avultar a parte atribuída à mais-valia, mais são obrigados a reduzir a parte atribuída aos salários.

Os dois meios essenciais pelos quais os capitalistas se esforçam por avolumar a sua parte, que o mesmo é dizer a mais-valia, são:

a) O prolongamento da jornada de trabalho (do século XVI a meados

do século XIX, no Ocidente; em numerosos países semicoloniais e coloniais, até aos nossos dias), a redução dos salários reais, o abaixamento do "mínimo vital". É o que Marx denominou o crescimento da *mais-valia absoluta*.

b) O aumento da intensidade e da produtividade do trabalho na esfera dos bens de consumo (que prevalece no Ocidente a partir da segunda metade do século XIX). De fato, se por efeito de um aumento da produtividade do trabalho nas indústrias de bens de consumo e na agricultura, o operário industrial médio reproduz o valor de um conjunto determinado desses bens de consumo em três horas de trabalho, em vez de dever trabalhar cinco horas para produzir, então a mais-valia que ele fornece ao patrão pode passar do produto de três horas ao de cinco horas de trabalho, matendo-se fixa a jornada de trabalho de oito horas. É isso que Marx denomina de crescimento da *mais-valia relativa*.

Cada capitalista procura obter o lucro máximo. Mas, para o conseguir, procura também aumentar ao máximo a produção, e baixar incessantemente o preço de custo e o preço de venda (expressos em unidades monetárias estáveis). Por este modo, a concorrência opera, a médio prazo, uma seleção entre as firmas capitalistas. Apenas sobrevivem as mais produtivas e as mais "rentáveis". Aquelas que vendem demasiado caro não só não realizam o "lucro máximo" como acabam por ver o seu lucro desaparecer completamente. Restam-lhes a falência ou a absorção pelas suas concorrentes.

A concorrência entre os capitalistas conduz assim a uma perequação da taxa de lucro. A maior parte das firmas acabam por dever contentar-se com um lucro médio, determinado em última análise pela massa total do capital social investido e a massa total da mais-valia proveniente do conjunto dos salários produtivos. Apenas as firmas de produtividade muito avançada, ou numa ou noutra situação de monopólio, obtêm *sobre-lucros*, quer dizer, lucros acima da média. Mas, em geral, a concorrência capitalista pouco permite que os sobre-lucros ou os monopólios sobrevivam por tempo ilimitado.

São os afastamentos em relação a este lucro médio que regem em grande parte os investimentos no modo de produção capitalista. Os capitais abandonam os setores em que o lucro se situa abaixo da média e afluem aos setores em que o lucro é superior à média (por exemplo, afluíram ao ramo automobilístico nos anos sessenta, e abandonaram este ramo, para afluír ao setor energético, nos anos setenta do nosso século).

Porém, ao afluír aos setores em que a taxa de lucro se situa acima da média, esses capitais provocam aí um aumento de concorrência, uma sobreprodução, uma baixa dos preços de venda, uma baixa dos lucros, até que a taxa de lucro se estabelece mais ou menos ao mesmo nível em todos os ramos.

3. A evolução dos salários

Uma das características do capitalismo é que transforma a força de tra-

balho humano em mercadoria. O valor da mercadoria-força de trabalho é determinado pelos seus custos de reprodução (o valor de todas as mercadorias cujo consumo é necessário para a reconstituição da força de trabalho). Trata-se aqui pois de uma grandeza objetiva, independentemente das apreciações subjetivas ou fortuitas de grupos de indivíduos, sejam operários ou patrões.

Todavia, o valor da força de trabalho possui uma característica particular em relação à de qualquer outra mercadoria: comporta, além de um elemento estritamente mensurável, um elemento variável. O elemento estável é o valor das mercadorias que devem reconstituir a força de trabalho *do ponto de vista fisiológico* (que devem permitir ao operário recuperar calorias e vitaminas, e a capacidade de dispender uma energia muscular e nervosa determinada, sem a qual seria incapaz de trabalhar ao ritmo "normal", previsto pela organização capitalista do trabalho, em dado momento). O elemento variável é o valor das mercadorias incorporadas no "mínimo vital normal" numa época e num país determinados, que não fazem parte do mínimo vital fisiológico. Marx chama esta parte do valor da força de trabalho, a sua fração histórico-moral. Isso quer dizer que também não é fortuita. É o resultado de uma evolução histórica e de uma dada situação das relações de força entre o Capital e o Trabalho. Neste preciso ponto de análise econômica marxista, a luta de classe, o seu passado e o seu presente, torna-se um fato co-determinante da economia capitalista.

O salário é o preço de mercado da força de trabalho. Como todos os preços do mercado, flutua à volta do valor da mercadoria em causa. As flutuações do salário são particularmente determinadas pelas flutuações do exército de reserva industrial, ou seja o desemprego, e isso em triplo sentido:

a) Quando num país capitalista há desemprego permanente muito importante (quando é industrialmente subdesenvolvido), os salários correm o risco de estar, de modo constante, quer abaixo quer ao nível do valor da força de trabalho. Este valor arrisca-se a estar próximo do mínimo vital fisiológico.

b) Quando o desemprego maciço permanente decresce a longo prazo, designadamente como resultado da industrialização em profundidade e da emigração em massa, os salários podem subir, em período de alta conjuntura, acima do valor da força de trabalho. A luta operária pode provocar a longo prazo a incorporação neste valor do equivalente de novas mercadorias. O mínimo vital socialmente reconhecido pode aumentar em termos reais, ou seja, incluir novas necessidades.

c) Os altos e baixos do exército de reserva industrial não dependem somente dos movimentos demográficos (taxas de nascimento e de mortalidade) e dos movimentos de migração internacional do proletariado. Dependem também e sobretudo da lógica de acumulação do capital, em si mesma. Com efeito, na luta para sobreviver face à concorrência, os capitalistas devem substituir a mão-de-obra por máquinas ("o trabalho morto"). Esta substituição

arroja constantemente mão-de-obra para fora da produção. As crises despenham a mesma função. Em contra-partida, nos períodos de alta conjuntura e de "sobreaquecimento", quando a acumulação do capital progride a um ritmo febril, o exército de reserva é reabsorvido.

Não existe, pois, nenhuma "lei de bronze" que governa a evolução dos salários. A luta de classe entre o Capital e o Trabalho, determina-a em parte. O capital esforça-se por fazer baixar os salários no sentido do mínimo vital fisiológico. O Trabalho esforça-se por dilatar o elemento histórico e moral do salário, incorporando nele mais necessidades novas a satisfazer. O grau de coesão, de organização, de solidariedade, de combatividade e de consciência da classe do proletariado, são pois fatores que co-determinam a evolução dos salários. Mas a longo prazo, pode-se patentear uma tendência incontestável para a pauperização relativa da classe operária. A parte do valor novo criado pelo proletariado, que cabe aos trabalhadores, tende a baixar (o que pode, de resto, ir de passo com uma alta dos salários reais).

O afastamento entre, por um lado, as novas necessidades suscitadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e o impluso da própria produção capitalista e, por outro lado, a capacidade de satisfazer as necessidades por meio dos salários obtidos, tende a aumentar.

É um índice claro desta pauperização relativa o afastamento crescente entre o aumento da produtividade do trabalho a longo prazo e o aumento dos salários reais. Do princípio do século XX até ao princípio dos anos 70, a produtividade do trabalho aumentou aproximadamente 5 a 6 vezes, na indústria e na agricultura dos Estados Unidos e da Europa ocidental e central. Os salários reais dos operários não aumentaram mais que 2 a 3 vezes durante o mesmo período.

4. As leis de evolução do capitalismo

Por efeito das próprias características do seu funcionamento, o modo de produção capitalista evolui segundo certas leis de evolução (leis de desenvolvimento) que são por isso parte integrante da sua própria natureza:

a) A concentração e a centralização do capital. — Pela concorrência, os grandes peixes devoram os pequenos. As grandes empresas (firmas) batem as empresas (firmas) de dimensão inferior, que dispõem de menores meios, que não podem aproveitar das vantagens da produção em grande escala, nem introduzir a técnica mais avançada e mais dispendiosa. Por isso, a dimensão das firmas de ponta cresce sem cessar (concentração do capital). Há um século, as empresas com 500 assalariados eram exceção. Hoje, existem as que já ocupam mais de 100 000 assalariados. Ao mesmo tempo, muitas empresas batidas pela concorrência são absorvidas pelos concorrentes vencedores (centralização do capital).

b) A proletarização progressiva da população laboriosa. — A centraliza-

ção do capital implica que a quantidade de pequenos patrões trabalhando por sua própria conta diminua sem cessar. A fração da população laboriosa obrigada a vender a sua força de trabalho, para poder subsistir, cresce continuamente. Eis os números relativos a esta evolução nos Estados Unidos, que confirmam de maneira impressionante aquela tendência:

Evolução da estrutura de classe nos Estados Unidos (em % de toda a população que exerce uma profissão)

Anos	Assalariados	Empresários e Independentes
1880	62	36,9
1890	65	33,8
1900	67,9	30,8
1910	71,9	26,3
1920	73,9	23,5
1930	76,8	20,3
1939	78,2	18,8
1950	79,8	17,1
1960	84,2	14
1970	89,9	8,9

Ao contrário da legenda largamente propalada, esta massa proletária, se bem que fortemente estratificada, vê o seu grau de homogeneidade aumentar muito, e não decrescer. Entre um operário manual, um empregado bancário e um pequeno funcionário público, a distância é menor hoje do que era há meio século ou um século, tanto no que respeita ao nível de vida, como no que se refere à tendência para se sindicalizar e entrar em greve, como ainda no que concerne ao acesso potencial à consciência anti-capitalista.

Esta proletarização progressiva da população em regime capitalista deriva particularmente da reprodução automática das relações de produção capitalistas, por efeito da repartição burguesa dos rendimentos, reprodução esta já antes referida. Que os salários sejam baixos ou altos, não servem para mais nada que não seja satisfazer as necessidades de consumo, imediatas ou diferidas, dos proletários. Estes estão incapacitados de acumular fortunas. Por outro lado, a concentração do capital obriga a despesas de instalação cada vez mais elevadas, que impedem o acesso à propriedade das grandes empresas industriais e comerciais não apenas à totalidade da classe operária mas também à imensa maioria da pequena burguesia.

c) O aumento da composição orgânica do capital — O capital de cada ca-

pitalista e por conseguinte o capital de todos os capitalistas, pode ser dividido em duas partes. A primeira, serve para a compra de máquinas, de edifícios e de matérias-primas. O seu valor mantém-se constante no decurso da produção; conserva-se simplesmente pela força de trabalho, que daquela transmite uma parte para a dos produtos que fabrica. Marx denomina-a *capital constante*. A segunda, serve à compra da força de trabalho, ao pagamento dos salários. Marx chama-a *capital variável*. É só ela que produz a mais-valia. A relação entre o capital constante e o capital variável é, a um tempo, uma relação técnica — por utilizar de maneira rentável tal ou tal conjunto de máquinas, por ser necessário dar-lhe umas tantas toneladas de matérias-primas a devorar, por ser necessário para isso pôr em ação uns tantos operários — e uma relação em valor: tanto de salários dispendidos para comprar x trabalhadores a fim de fazer funcionar w máquinas, custando y escudos e transformando por z escudos as matérias-primas. Marx designa esta dupla relação do capital constante e do capital variável, por *composição orgânica do capital*. Com o desenvolvimento do capital industrial esta relação tende a crescer. Uma massa crescente de matérias-primas e uma quantidade crescente (e cada vez mais complexa) de máquinas, serão postas em movimento por 1 (10, 100, 1000) trabalhadores. A uma mesma massa salarial corresponderá, tendencialmente, um valor cada vez mais elevado dispendido na compra de matérias-primas, de máquinas, de energia e de instalações.

d) *A baixa tendencial da taxa média de lucro*. — Esta lei decorre logicamente da precedente. Se a composição orgânica do capital aumenta, o lucro tenderá a baixar em relação ao capital total, visto que somente o capital variável produz a mais-valia, produz o lucro.

Fala-se, a este propósito, de uma lei *tendencial* e não de uma lei que se impõe de maneira tão "linear" como a da concentração do capital ou a da proletarianização da população ativa. De fato, existem diversos fatores que contrariam esta tendência. Dentre eles, o mais importante é o aumento da taxa de exploração dos assalariados, o aumento da taxa da mais-valia (a relação entre a massa total da mais-valia e a massa total dos salários). No entanto, é necessário constatar que a baixa tendencial da taxa média de lucro não pode ser neutralizada duravelmente pelo crescimento da taxa de mais-valia. Há com efeito um limite abaixo do qual nem o salário real nem mesmo o salário relativo pode descer sem pôr em causa a produtividade social do trabalho, o rendimento da mão-de-obra, uma vez que não há nenhum limite ao crescimento da composição orgânica do capital (que pode elevar-se até ao infinito nas empresas automatizadas).

e) *A socialização objetiva da produção*. — No início da produção mercantil, cada empresa era uma célula independente de outra, apenas se estabelecendo relações passageiras com os fornecedores e os clientes. Quanto mais o regime capitalista evolui, mais se entretecem laços de interdependência técnica e social duráveis, entre empresas e ramos de um número crescente de países

e de continentes. Uma crise num setor repercute em todos os outros setores. Pela primeira vez, desde a origem do gênero humano, cria-se assim uma infraestrutura econômica comum a todos os homens, base da sua solidariedade no mundo marxista de amanhã.

5. As contradições inerentes ao modo de produção capitalista

Na base destas leis de desenvolvimento do regime capitalista, uma série de contradições fundamentais do modo de produção em questão podem ser evidenciadas:

a) A contradição entre a organização cada vez mais e mais deliberada, e a anarquia cada vez mais pronunciada do conjunto da produção capitalista, resultante da sobrevivência da propriedade privada e da produção mercantil generalizada.

b) A contradição entre a socialização objetiva da produção e a manutenção da apropriação privada dos produtos, do lucro e dos meios de produção. É na altura em que a interdependência das empresas, dos ramos, dos países e dos continentes se evidencia a mais avançada, que o fato de todo este sistema apenas funcionar segundo as ordens e os cálculos de lucro de um punhado de magnatas capitalistas, revela plenamente o seu caráter, a um tempo, economicamente absurdo e socialmente odioso.

c) A contradição entre a tendência do regime capitalista para desenvolver as forças produtivas de maneira limitada, e os limites estreitos que o mesmo deve obrigatoriamente impor ao consumo individual e social da massa de trabalhadores, visto que o fim da produção permanece sendo o máximo de mais-valia, o que forçosamente implica limitação dos salários.

d) A contradição entre um impulso enorme da ciência e da técnica — com o seu potencial de emancipação do homem — e a sujeição dessas forças produtivas potenciais aos imperativos da venda de mercadorias e do *enriquecimento* dos capitalistas, o que periodicamente transforma essas forças produtivas em forças de destruição (especialmente quando das crises econômicas, das guerras, do advento dos regimes de ditadura fascista sangrenta, mas também pelas ameaças que pesam sobre o meio ambiente natural do homem) confrontando assim a humanidade com o dilema: socialismo ou barbárie.

e) O desenvolvimento inevitável da luta de classe entre o Capital e o Trabalho, que mina periodicamente as condições normais de reprodução da sociedade burguesa. Esta problemática será examinada de modo mais detalhado nos capítulos VIII, IX, XI e XIV.

6. As crises periódicas de sobre-produção

Todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista culminam periodicamente em crises de sobre-produção. A tendência para as crises

periódicas de sobre-produção segue uma marcha cíclica da produção, que atravessa sucessivamente as etapas de reanimação econômica, de alta conjuntura, de "sobre-aquecimento" (boom), de crise e de depressão, todas inerentes a este modo de produção e só a ele. A amplitude destas flutuações pode variar de época para época, mas a sua realidade é inevitável em regime capitalista.

Houve crises econômicas (no sentido de interrupção da produção normal) em sociedades pré-capitalistas; existem também na sociedade pós-capitalista. Mas nem num caso nem no outro se trata de *crises de sobre-produção de mercadorias e de capitais*, antes de crises de sub-produção de valor de uso. O que caracteriza a crise de sobre-produção capitalista é que os rendimentos baixam, o desemprego cresce, a miséria (e amiúde a fome) instalam-se, não porque a produção física baixe, mas, ao contrário, porque aumenta de maneira excessiva em relação ao poder de compra disponível. É porque os produtos são *invendáveis* que a atividade econômica baixa e não porque fisicamente escasseiem.

Na base das crises periódicas de sobre-produção estão, ao mesmo tempo, a baixa da taxa média de lucro, a anarquia da produção capitalista e a tendência a desenvolver a produção sem ter em conta os limites que o modo de distribuição burguês impõe ao consumo das massas laboriosas. Por efeito da baixa da taxa de lucro, uma parte crescente dos capitais já não pode obter um lucro suficiente. Os investimentos reduzem-se. O desemprego cresce. A falta de venda de um número crescente de mercadorias combina-se com este fator para precipitar a queda geral do emprego, dos rendimentos, do poder de compra e da atividade econômica no seu conjunto.

A crise de sobre-produção é, simultaneamente, o produto destes fatores e o meio de que dispõe o regime capitalista para lhe neutralizar parcialmente os efeitos. A crise provoca a baixa de valor das mercadorias e a falência de numerosas firmas. O capital total sofre pois uma redução em valor. Isso permite uma recuperação da taxa de lucro e da atividade acumulativa. O desemprego maciço permite aumentar a taxa de exploração da mão-de-obra, o que conduz ao mesmo resultado.

A crise econômica acentua as contradições sociais e pode desembocar numa crise social e política explosiva. Assinala que o regime capitalista está maduro para ser substituído por um regime mais eficaz e mais humano, que deixe de dissipar os recursos humanos e materiais. Mas a crise não provoca automaticamente a derrocada deste regime. Deve ser derrubado pela ação consciente da classe revolucionária que fez nascer: a classe operária.

VI – O CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS

O funcionamento do modo de produção capitalista não permanece idêntico desde as suas origens. Excluindo o capitalismo das manufaturas, que se estende do século XVI ao século XVIII, pode-se distinguir duas fases na história do capitalismo industrial, propriamente dito:

- a fase do capitalismo de livre concorrência, que vai da revolução industrial (+ 1760) até aos anos 80 do século passado;
- a fase do imperialismo, que se estende dos anos de 1880 até aos nossos dias.

1. Da livre concorrência aos acordos capitalistas

Durante toda a sua primeira fase de existência, o capitalismo industrial era caracterizado pela existência de um grande número de empresas independentes, em cada ramo industrial. Nenhuma delas podia dominar o mercado. Cada uma procurava vender ao mais baixo preço, na esperança de assim poder escoar a sua mercadoria.

Esta situação modificou-se desde que a concentração e a centralização capitalistas apenas permitiram subsistir numa série de ramos de indústrias um número reduzido de empresas, produzindo em conjunto 60, 70 ou 80 % da produção. Estas empresas podiam desde então entender-se para tentar dominar o mercado, quer dizer, cessar de fazer baixar os preços de venda, repartindo entre si os mercados, segundo as relações de forças do momento.

Semelhante declínio da livre concorrência capitalista foi facilitado por uma importante revolução tecnológica que se produziu na mesma altura: a substituição pelo motor elétrico e de explosão, do motor a vapor, como principal fonte de energia na indústria e nos principais ramos de transportes. Desenvolveu-se toda uma série de indústrias novas – indústrias de eletricidade, indústria de aparelhos elétricos, indústria petrolífera, indústria automóvel, química de síntese – que exigiram investimentos iniciais muito mais importantes do que nos antigos ramos industriais, o que reduziu à partida o número de concorrentes potenciais.

As principais formas de acordos entre capitalistas são:

- o cartel e o sindicato, num mesmo ramo de indústria, em que cada firma participante no acordo conserva a sua independência;
- o *trust* e a fusão de empresas, em que esta independência desaparece no seio duma única sociedade gigante;

que partiram de um acúmulo de visões que já construímos há mais tempo na SOF e na relação com a Marcha Mundial das Mulheres sobre o feminismo como cultura contra-hegemônica. Nossa atuação combinou a exibição de filmes produzidos por mulheres de países da África, Ásia e Oriente Médio, cursos de formação em comunicação feminista na internet, criptografia e audiovisual, oficinas da Fuzarca Feminista e a realização da primeira Virada Feminista da cidade de São Paulo, que envolveu mais de 100 mulheres artistas e militantes feministas. A Virada foi um momento de afirmação do feminismo como movimento e do feminismo como prática de construção de novas relações, de horizontalidade em processos criativos, de solidariedade e de auto-organização.

A cultura feminista como estratégia de ocupação dos espaços públicos pelo feminismo irreverente e criativo também foi uma marca da quarta ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres neste ano. As praças de diversas partes do Brasil foram ocupadas: por mulheres latino-americanas que cantaram e batucaram em luta pela legalização do aborto na fronteira do Brasil com o Uruguai, por mulheres negras que ocuparam as praças contra a violência e a militarização da vida e dos territórios no Rio de Janeiro, e na Virada Feminista Agroecológica e Cultural que afirmou, em Mossoró, no Rio Grande do Norte o mundo que as mulheres já estão construindo, costurando resistências, reflexões e práticas de transformação feminista.

As reflexões e práticas caminham juntas: as mulheres resistem e, a partir destas resistências cotidianas, distribuídas mas também conectadas constroem experiências concretas de transformação feminista.

Renata Moreno e Nalu Faria

EM DIREÇÃO A UMA NOVA VISÃO: RAÇA, CLASSE E GÊNERO COMO CATEGORIAS DE

ANÁLISE E CONEXÃO¹

Patricia Hill Collins

O verdadeiro foco da mudança revolucionária não está nunca meramente nas situações opressivas das quais almejamos escapar, mas naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós.

Audre Lorde, *Sister Outsider*, 123

A afirmação de Audre Lorde levanta uma questão problemática para as/os acadêmicas/os e ativistas que trabalham por mudanças sociais. Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações² dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. Assim, comumente feministas apontam com confiança para suas opressões sofridas por serem mulheres, mas resistem em ver o quanto de privilégio sua pele branca lhes traz. Afro-americanos que têm análises eloquentes sobre o racismo, frequentemente persistem em ver mulheres

1 O texto original em inglês “Toward A New Vision: Race, Class and Gender as Categories of Analysis and Connection” foi apresentado na abertura do Workshop “Integrating Race and Gender into the College Curriculum”, realizado em 1989 no Center for Research on Women, Memphis State University. Agradecemos à autora pela autorização para a tradução e publicação neste Caderno Sempreviva. Traduzido por Júlia Clímaco.

2 Nota da tradutora (NT): lê-se no original “victimization”

brancas pobres como símbolo do poder branco. A esquerda radical não se sai muito melhor. “Se ao menos pessoas negras e mulheres pudessem ver seus verdadeiros interesses de classe”, argumentam, “a solidariedade de classe poderia eliminar o racismo e o machismo”. Em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes.

A opressão tem muitas contradições como essas. Erros em julgamentos políticos que cometemos em relação a como damos nossos cursos, o que contamos a nossas crianças, e quais organizações são merecedoras de nosso tempo, talento e suporte financeiro advêm de erros em análises teóricas sobre a natureza da opressão e ativismo. Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação.

Para alcançarmos aquele “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”, necessitamos de, ao menos, duas coisas. Primeiramente, precisamos de novas visões sobre o que é a opressão. Precisamos de novas categorias de análise que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas. Aderir a comparações e hierarquizações de opressões – o proverbial “sou mais oprimido que você” – nos prende em uma perigosa dança em que competimos por atenção, recursos e supremacia teórica. Ao invés disso, sugiro que examinemos nossas diferentes

experiências dentro da mais fundamental relação de danação e subordinação. Focar nos arranjos particulares que raça e gênero têm em nosso tempo e lugar, sem ver essas estruturas como dimensões às vezes paralelas e às vezes interligadas da relação mais fundamental de dominação e subordinação, pode, temporariamente, aliviar nossa consciência. Entretanto, embora tal pensamento possa levar a reformas sociais de curto prazo, é simplesmente inadequado para a tarefa de provocar transformações sociais de longo prazo.

Enquanto raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação, novas maneiras de pensar desacompanhadas de novas maneiras de agir oferecem possibilidades incompletas de mudanças. Para chegarmos naquele “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”, precisamos também mudar nossos comportamentos diários. Atualmente, estamos todas/os envolvidas/os em uma complexa rede de relações problemáticas que garantem aos nossos semelhantes uma subjetividade humana completa, enquanto estereotipa e objetifica àqueles/as mais diferentes de nós. Frequentemente, assumimos que as pessoas com as quais trabalhamos, para as quais ensinamos, com as quais deixamos nossos filhos na escola, que sentam ao nosso lado, vão agir e sentir de maneira predefinida por pertencerem a determinada categoria de raça, classe social ou gênero. Esses julgamentos por categorias têm de ser substituídos por relações completamente humanas que transcendam as diferenças criadas por raça, classe e gênero como categorias de análise. Precisamos de novas categorias de conexão, novas visões de como podem ser nossas relações com os outros.

Essa discussão se dirige, então, à necessidade de novos padrões de pensamento e ação. Eu me centrarei em duas questões básicas. Primeiro, como podemos redefinir raça, classe e gênero como categorias de análise? Segundo, como podemos transcender as barreiras criadas através das nossas experiências com as opressões de raça, classe e gênero para que possamos construir os tipos de coalizões essenciais para câmbios sociais³? Para dirig/r-se a essas questões, insisto que temos que adquirir novas teorias de como raça, classe e gênero moldaram as experiências não apenas de mulheres negras, mas de todos os grupos. Além disso, nós temos que ver as conexões entre essas categorias de análise e as questões pessoais de nosso dia a dia, particularmente na nossa construção de conhecimento, no nosso ensino e nas nossas relações com colegas e estudantes. Como Audre Lorde aponta, as mudanças começam dentro de si e as relações que temos com aquelas/es que estão a nossa volta devem sempre ser o primeiro e privilegiado lugar para a mudança social.

COMO PODEMOS REDEFINIR RAÇA, CLASSE E GÊNERO COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE?

Para mim, devemos afastar nossos discursos de análises somatórias ou aditivas da opressão (Spelman, 1982; Collins, 1989). Essas abordagens são tipicamente baseadas em duas premissas chaves. A primeira é que elas dependem do pensamento dicotômico do ou/ou⁴. Pessoas, coisas e ideias são definidas em relação aos seus termos opostos. Por exemplo,

3 NT: lê-se, no original, “social exchange”.

4 NT: o original é “either/or”, alusão a uma distinção entre operadores lógicos.

negro/branco⁵, homem/mulher, pensamento/sentimento, fato/opinião são definidos como termos opostos. Pensamento e sentimento não são vistos como duas maneiras diferentes e interconectadas de abordar verdades que podem coexistir no conhecimento acadêmico e no ensino. Ao invés disso, o sentimento e a emoção são definidos como antítese da razão, como seu oposto. Apesar de todos/as termos identidades “ambos/e⁶” (eu sou ambos: professora universitária e mãe – eu não paro de ser uma mãe quando deixo meu filho/a na escola, ou tampouco esqueço tudo que eu aprendi quando limpo uma privada), nós seguimos tentando classificar em termos de categorias excludentes, como ou/ou. Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe. Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido. Se torna conceitualmente impossível a posição “ambos/e”, em que o indivíduo é simultaneamente oprimido e opressor.

Uma segunda premissa das análises somatórias ou aditivas da opressão é que essas diferenças dicotômicas têm de ser hierarquizadas. Um lado da dicotomia é comumente rotulado como dominante e o outro como subordinado.

5 No texto original, esses termos estão com letra maiúscula, o que ocorre ao longo do texto, assim como acontece com outras categorias étnicas-raciais, como afro-americanas, nativo-americana e asiático-americana.

6 NT: o original é “both/and”, também alusão a uma distinção entre operadores lógicos.

Assim, brancos comandam⁷ negros, homens são considerados superiores à mulheres e a razão é preferida à emoção. Aplicar essa premissa em discussões de opressão nos leva à suposição de que a opressão pode ser quantificada e que alguns grupos são mais oprimidos que outros. Frequentemente me perguntam: “O que tem sido mais opressor para você, seu *status* de pessoa negra ou seu *status* de mulher?” O que realmente estão me pedindo é que eu me divida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos *status*. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente?

Análises somatórias da opressão se assentam, diretamente, nos pilares gêmeos de pensamento ou/ou e na necessidade de quantificar e hierarquizar todas as relações para que se saiba onde alguém se localiza. Essas abordagens veem as mulheres afro-americanas, tipicamente, como sendo mais oprimidas que todos/as porque a maioria das mulheres negras experimenta os efeitos negativos das opressões de raça, classe e gênero simultaneamente. Em essência, se juntássemos as diferentes opressões, teríamos uma opressão maior do que a soma de suas partes.

Não nego que grupos específicos vivam uma experiência de opressão mais dura que outros – linchamento é certamente pior do que ser considerada um objeto sexual. Entretanto, temos que ser cuidadosas/os para não confundirmos essa questão da primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que propõe a natureza imbricada das opressões. Raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante nas auto

⁷ NT: O original é “rule”.

definições das pessoas. Em alguns contextos, como o período conhecido como *antebellum*⁸ no sul dos Estados Unidos e na América do Sul contemporânea, a opressão racial é mais visível, enquanto que em outros contextos, como no Haiti, em El Salvador ou na Nicarágua, a opressão de classe social pode ser mais aparente. Para mulheres brancas de classe média, o gênero pode assumir uma primazia sobre suas experiências, que não é equivalente para mulheres hispânicas pobres que lutam com suas contínuas questões de trabalhos mal remunerados e suas frustrações com a burocracia das políticas de bem-estar social. Esse reconhecimento de que uma categoria pode ter primazia sobre outras por determinado tempo e lugar não minimiza a importância teórica de supor que raça, classe e gênero são categorias de análise que estruturam todas as relações.

Para que possamos nos mover em direção às novas visões do que é a opressão, penso que precisamos elaborar novas perguntas. Como se estruturam e se mantêm as relações de dominação e subordinação na economia política norteamericana? Como raça, classe e gênero funcionam como sistemas paralelos e imbricados que moldam essa mesma relação básica de dominação e subordinação? Perguntas como essas podem nos afastar de lutas teóricas infrutíferas, preocupadas com a hierarquização das opressões, e nos encaminhar na direção de análises que assumam que raça, classe e gênero estão conjuntamente presentes em qualquer cenário, mesmo que pareça ser mais visível e proeminente em uns que em outros. Nossa tarefa é, então, redefinir a opressão, desvelando as conexões existentes entre raça, classe e gênero

8 NT: *Antebellum* significa antes da guerra e é usado para designar a situação histórica que levou à Guerra da Secessão Americana

como categorias de análise.

1. DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DA OPRESSÃO

O argumento de Sandra Harding de que a opressão de gênero é estruturada ao longo de três dimensões – a institucional, a simbólica e a individual – oferece um modelo útil para uma análise mais abrangente que englobe as opressões de raça, classe e gênero (Harding, 1986). Relações sistêmicas de dominação e subordinação estruturadas por meio de instituições sociais, tais como escolas, negócios, hospitais, locais de trabalho e agências governamentais, representam a dimensão institucional da opressão. Tanto o racismo quanto o machismo e o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições. Muito embora as ações da dimensão institucional da opressão sejam, frequentemente, obscurecidas com reivindicações de igualdade de oportunidades, a verdade é que raça, classe e gênero posicionam mulheres asiático-americanas⁹, homens nativo-americanos, homens brancos, mulheres afro-americanas e outros grupos em nichos institucionais distintos, que tem graus variados de punições e privilégios.

Mesmo que eu me dê conta de que muitas pessoas não compartilhariam da afirmação a seguir, vamos assumir que as instituições da sociedade norte-americana discriminem, intencionalmente ou por acidente. Ainda que muitas de nós saibamos como raça, gênero e classe operam separadamente para estruturar as desigualdades, meu foco está em como esses três sistemas se entrelaçam para estruturar a dimensão

9 NT: lê-se, no original, “Asian-American women, Native American men, White men, African-American women”.

institucional da opressão. Para chegar à natureza desse entrelaçamento, vamos pensar nas *plantations* do período *antebellum*¹⁰ como uma metáfora condutora para uma variedade de instituições sociais norte-americanas. Muito embora a escravidão seja tipicamente analisada como uma instituição racista e, ocasionalmente, como uma instituição de classe, eu sugiro que a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero. Retirar qualquer uma dessas peças diminui nosso entendimento da real natureza das relações de dominação e subordinação que operavam na escravidão.

A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado que todos os/as brancos/as se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade.

Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o *status* das mulheres negras era fundamental para manter todas

10 NT: lê-se, no original, “antebellum plantation”.

as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram, elas também, escravas.

Mulheres afro-americanas compartilhavam o *status* desvalorizado de escravas com seus maridos, pais e filhos. O racismo extirpou dos negros e negras, como grupo, seus direitos legais, sua educação e o controle sobre suas próprias vidas. Afro-americanos podiam ser chicoteados, marcados a fogo, vendidos ou mortos, não porque eram pobres ou porque eram mulheres, mas simplesmente porque eram negros e negras. O racismo assegurou que a população negra continuaria a servir a população branca e a sofrer a exploração econômica por suas mãos.

Assim, temos uma cadeia de comando muito interessante nas *plantations*: o abastado senhor branco como o patriarca regente, sua esposa branca como sua boa companheira para servi-lo, para ajudá-lo a cuidar de sua propriedade e para criar seus herdeiros, seus serviçais fiéis cuja produção e reprodução estavam ligadas às necessidades da economia política capitalista; enquanto isso, homens e mulheres brancos/as, não-proprietários, da classe trabalhadora assistiam de longe. Essencialmente, a base para os papéis contemporâneos das mulheres brancas de elite, mulheres negras pobres, homens brancos trabalhadores, dentre uma série de outros grupos, pode ser nitidamente vista nessa instituição norte-americana fundamental. Enquanto negros eram submetidos aos mais duros tratamentos na escravidão que, assim, fizeram da escravidão uma instituição visivelmente racista, raça, gênero e classe se entrelaçavam na organização, sistêmica e estruturante

de dominação e subordinação da escravidão.

Até os dias de hoje, as *plantations* continuam sendo uma metáfora convincente para a opressão institucional. Certamente as condições atuais de opressão não são tão severas quanto elas eram naquela época. Argumentar, como algumas pessoas o fazem, de que as coisas não mudaram tanto assim, deprecia as conquistas daqueles e daquelas que lutaram por mudanças sociais antes de nós. Contudo, as relações básicas entre homens negros, mulheres negras, mulheres brancas da elite, homens brancos da elite, homens da classe trabalhadora e mulheres da classe trabalhadora como grupos seguem essencialmente intactas.

Uma análise breve das instituições sociais norte-americanas centrais majoritariamente controladas por homens brancos deveria nos convencer da natureza imbricada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão institucional da opressão. Por exemplo, se você é de uma universidade norte-americana, seu *campus* é uma *plantation* moderna? Quem controla a economia política da sua universidade? Os homens brancos da elite estão super-representados entre os altos administradores que controlam as finanças e a política de sua universidade? Aos homens brancos da elite estão se somando mulheres brancas da elite como suas boas companheiras? Que tipo de pessoa está na sua sala de aula, fomentando a próxima geração que vai ocupar essas e outras posições como tomadores de decisão? Quem é o pessoal de apoio que elabora a correspondência geral, que encomenda material, que conserta os canos que estão vazando? As pessoas afro-americanas, hispânicas, de outras raças e etnias formam a maioria das/os trabalhadoras/es invisíveis que te alimentam, que lavam sua

louça, que limpam seu escritório e sua biblioteca depois que todas as outras pessoas já foram para casa?

Se seus colegas se parecem minimamente aos meus, você sabe a resposta a essas questões. Você pode estar ligada/o a uma instituição que tenha uma mulher hispânica como vice-presidente de finanças ou que tenha um número substantivo de homens negros entre os professores. Se assim for, você tem sorte. Muito mais comum do que isso são instituições de ensino superior nas quais sobrevive uma versão modificada da *plantation* como metáfora para a dimensão institucional da opressão.

2. A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA OPRESSÃO

Generalizando, ideologias socialmente validadas usadas para justificar relações de dominação e subordinação englobam a dimensão simbólica da opressão. O uso estereotipado ou controlado de imagens de grupos de raça, classe e gênero diversos é central neste processo. Para acessar o poder dessa dimensão da opressão, quero que você faça uma lista, ou no papel ou mentalmente, de características “masculinas” e “femininas”. Se sua lista for parecida com a que a maioria das pessoas faz, ela reflete alguma variação do que se segue:

Masculino	Feminino
agressivo	passiva
líder	seguidora
racional	emocional
forte	fraca
intelectual	física

Essa lista não apenas reflete o tipo de pensamento dicotômico do ou/ou e a necessidade de hierarquizar ambos

os lados da dicotomia, mas abre questionamentos em relação a que tipos de homens e mulheres, exatamente, você tinha em mente quando compilou essa lista de características. Essa lista se aplica, quase que exclusivamente, a homens brancos e mulheres brancas e de classe média. As qualidades supostamente “masculinas” que você provavelmente listou só são aceitáveis quando demonstradas por homens brancos da elite ou quando usada por homens negros e hispânicos uns contra os outros ou contra mulheres negras e hispânicas. Homens negros e hispânicos agressivos são vistos como perigosos, sem poder e são frequentemente punidos quando eles demonstram qualquer uma das características supostamente “masculinas”. Homens brancos e pertencentes à classe trabalhadora se saem levemente melhores e a eles também são negados os símbolos supostamente “masculinos” de liderança, competência intelectual e racionalidade humana. Mulheres negras e mulheres brancas da classe trabalhadora tampouco são representadas nessa lista, uma vez que a elas nunca foi dado o luxo de serem “damas”. O que parecem ser categorias universais que representariam todos os homens e mulheres são, na verdade, desmascaradas como sendo aplicadas somente a um pequeno grupo.

É importante ver como as imagens simbólicas aplicadas a diferentes grupos de raça, classe e gênero interagem na manutenção de sistemas de dominação e subordinação. Se eu pedisse que você repetisse essa mesma tarefa, só que dessa vez fazendo listas separadas para homens negros, mulheres negras, mulheres hispânicas e homens hispânicos, suspeito que seu simbolismo de gênero seria bastante diferente. Comparando todas as lutas, você pode começar a ver a interdependência dos

símbolos aplicados a todos os grupos. Por exemplo, as imagens enaltecidas da feminilidade branca necessitam das imagens desvalorizadas da feminilidade negra para poder manter certa credibilidade.

Enquanto o exercício acima revela a natureza entrelaçada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão simbólica da opressão, parte de sua importância reside na demonstração de como raça, classe e gênero permeiam um amplo domínio do que aparenta ser uma linguagem universal. Levar em conta a diversidade na nossa construção do conhecimento, no nosso ensino e no nosso dia a dia nos oferece um novo ângulo de visão nas interpretações de realidades pensadas como naturais, normais e “verdadeiras”. Além disso, ver as imagens de masculinidades e feminilidades como simbolismo universal de gênero, ao invés de vê-las como imagens simbólicas que são específicas de raça, classe e gênero, faz com que as experiências de pessoas negras e de mulheres e homens brancos e não privilegiadas sejam invisíveis. Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências. Quando, então, nos recusamos a lidar com raça ou classe porque elas não parecem ser diretamente relevantes ao gênero, estamos, na verdade, nos tornando parte do problema de outras pessoas.

Supor que todos e todas são afetados/as diferentemente pelo mesmo entrelaçamento simbólico de imagens permite que possamos nos mover em direção a novas análises. Mulheres de cor e mulheres brancas têm relacionamentos diferentes com a autoridade branca e masculina e essa diferença explica o simbolismo diferente de gênero aplicado a ambos os grupos. Mulheres negras se deparam com imagens controladoras, tais

como a *mammy*, a matriarca, a mula e a prostituta¹¹; imagens que encorajam outros a nos rejeitar como pessoas completamente humanas. Ironicamente, a natureza negativa dessas imagens simultaneamente nos encoraja a rejeitá-las. Em contraste, às mulheres brancas são oferecidas imagens sedutoras, aquelas que lhes prometem recompensas pela manutenção do *status quo*. Ainda assim, imagens sedutoras podem ser igualmente controladoras. Considere, por exemplo, a visão de Nancy White – uma mulher negra de 73 anos – no que diz respeito a imagens de rejeição e sedução:

Minha mãe costumava dizer que mulheres negras são as mulas dos homens brancos e que as mulheres brancas são suas cadelas. Agora, ela dizia isso querendo dizer que nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, tendo feito o trabalho bem ou não. Mas as mulheres brancas estão mais perto dos senhores, que as afaga e as deixa dormir dentro de casa, entretanto ele não vai tratar nem a uma nem a outra como se estivesse lidando de fato com uma pessoa¹². (Gwaltney, 1980, p. 148)

Ambos os conjuntos de imagens estimulam posturas políticas particulares. Ao ampliar a análise para além dos limites de raça, podemos ver os variados níveis de rejeição e sedução disponível para cada uma de nós de acordo com nossa identidade de raça, classe ou gênero. Cada um de nós vive com uma porção designada de privilégios ou punições e com níveis variados de rejeição e sedução inerentes às imagens simbólicas a nós atribuídas. Esse é o contexto dentro do qual

11 NT: lê-se, no original: “the mammy, the matriarch, the mule and the whore”.

12 NT: lê-se, no original: “But the white woman is closer to the master and he pats them on the head and lets them sleep in the house, but he ain’t gon’ treat neither one like he was dealing with a person”.

fazemos nossas escolhas. Somadas, a dimensão institucional e a simbólica da opressão criam um pano de fundo estrutural contra o qual todos/as nós vivemos nossas vidas.

3. A DIMENSÃO INDIVIDUAL DA OPRESSÃO

Quer nos beneficiemos ou não, todos e todas vivemos em instituições que reproduzem opressões de raça, classe e gênero. Mesmo se não tivermos nenhum contato com pessoas de outros grupos de raça, classe ou gênero, nós todos/as encontramos imagens desses grupos e estamos expostos a significados simbólicos atrelados a tais imagens. Nessa dimensão da opressão, nossas biografias individuais variam enormemente. Como um resultado de nosso status simbólico e institucional, todas as nossas escolhas se tornam atos políticos.

Cada um de nós deve aceitar as múltiplas maneiras nas quais as categorias de análise de raça, classe e gênero moldam nossas biografias individuais. Vivi minha vida inteira como uma mulher afro-americana membra de uma família da classe trabalhadora, e esse fato básico teve um impacto profundo na minha biografia pessoal. Imagine quão diferente sua vida seria se você tivesse nascido negra, ou branca, ou pobre ou de um grupo de raça/classe/gênero diferente daquele com o qual você está mais familiarizado. O tratamento institucional que você teria recebido e os significados simbólicos atrelados à sua própria existência poderiam ter variado dramaticamente do que você agora considera como natural, normal e parte da sua vida cotidiana. Você pode até ser a/o mesma/o, mas sua biografia pessoal poderia ter sido consideravelmente diferente.

Acredito que cada uma/um de nós carrega o efeito acumulativo de nossas vidas vividas nas estruturas de

opressão. Se você quiser ver o quanto foi afetada/o por tudo isso, eu te faço uma pergunta simples: quem são seus amigos próximos? Quem são as pessoas com quem você compartilha suas esperanças, sonhos, vulnerabilidades, medos e vitórias? Elas se parecem com você? Se elas são todas iguais, você pode atribuir isso às circunstâncias. Nos primeiros sete anos de minha vida, eu via apenas pessoas negras de baixa renda. Meus amigos e amigas desses anos refletem a composição de minha comunidade. Porém, agora que sou adulta, posso usar o argumento das circunstâncias para explicar o padrão de pessoas nas quais eu confio como amigas e colegas? Quando me são dadas alternativas, se meus amigos e minhas amigas refletem a homogeneidade de um grupo de raça, classe ou gênero, então essas categorias de análises se tornaram, de fato, barreiras para nossa conexão.

Não estou sugerindo que as pessoas estão condenadas a seguir os caminhos trilhados para eles por raça, classe e gênero como categorias de análise. Enquanto essas três estruturas moldam minha estrutura de oportunidade, eu, enquanto indivíduo, sempre tenho que escolher aceitar as coisas como elas são ou tentar mudá-las. Como Nikki Giovanni aponta, “nós temos que viver no mundo real. Se não gostamos do mundo no qual estamos vivendo, o transformemos. Se não o pudermos transformar, podemos transformar a nós mesmas/os. Nós podemos fazer alguma coisa” (Tate 1983, p. 68). Mesmo que um pedaço do opressor esteja plantado profundamente dentro de nós, cada um de nós tem a escolha de aceitar esse pedaço ou desafiá-lo como parte do “verdadeiro foco da mudança revolucionária”.

COMO PODEMOS TRANSCENDER AS BARREIRAS CRIADAS POR NOSSAS EXPERIÊNCIAS DE OPRESSÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO PARA QUE POSSAMOS CONSTRUIR TIPOS ESSENCIAIS DE COALIZAÇÃO PARA A MUDANÇA SOCIAL?

Um primeiro passo vital é redefinir a opressão e ver as barreiras criadas por raça, classe e gênero como categorias de análise entrelaçadas. No entanto temos que transcender essas barreiras avançando para raça, classe e gênero como categorias de conexão, construindo coalizões que trarão mudanças sociais. Quais são algumas das questões envolvidas nesse processo?

1. DIFERENÇAS DE PODER E PRIVILÉGIO

Primeiramente, nós temos que reconhecer que nossas diferentes experiências com a opressão criam problemas nos relacionamentos entre nós. Cada um de nós vive em um sistema que nos concede variados graus de poder e privilégio. Essas diferenças de poder, quer estruturadas ao longo dos eixos raça, classe, gênero, idade ou orientação sexual, moldam nossas relações. A escritora afro-americana June Jordan descreve seu desconforto em suas férias no Caribe com Olive, a mulher negra que limpava seu quarto:

“... ainda que nós duas, “Olive” e “eu” estejamos vivendo em um conflito, nenhuma de nós o criou, e muito embora nós duas nos machuquemos dentro desse conflito, eu posso ser um dos monstros que ela precisa eliminar de seu universo e, nesse sentido, ela pode ser um dos monstros do meu.” (1985, p. 47)

Diferenças de poder restringem nossa habilidade de nos conectar uns com os outros, mesmo quando pensamos que estamos envolvidos em um diálogo através das diferenças. Vou

dar um exemplo. Em um ano, os estudantes do meu curso “Sociologia da comunidade negra” entraram em uma discussão acalorada sobre as razões para o recrudescimento de incidentes raciais no campus da universidade. Os e as estudantes negros reclamavam com veemência sobre a apatia e resistência que eles sentiam na expressão da maioria dos estudantes brancos quando examinando seu próprio racismo. Mark, um estudante branco, achou esses comentários particularmente perturbadores. Depois de alegar que todas as pessoas negras que ele já havia conhecido não tinham expressado essas crenças para ele, questionou quão representativo eram os pontos de vista dos seus colegas estudantes. Quando pressionado, Mark revelou que ele tinha participado de conversas, ao longo dos anos, com a trabalhadora doméstica negra que sua família empregava. Como ela nunca havia expressado tais sentimentos fortes em relação ao racismo dos brancos, Mark ficou genuinamente chocado pelas discussões em sala. Pergunte-se se essa trabalhadora doméstica estava em uma posição de falar livremente. Teria sido sábio para ela falar livremente em uma situação na qual as duas partes envolvidas tinham um poder tão desigual?

Em casos extremos, membros de grupos privilegiados podem inclusive apagar a presença mesma dos menos privilegiados. Quando eu me mudei pela primeira vez para Cincinnati, minha família e eu fizemos um piquenique em um parque local. Próxima a nós havia uma família de Appalaches brancos fazendo piquenique. Quando eu fui empurrar minha filha no balanço, diversas crianças vieram também. Eles tinham dentes amarelados, quebrados e dentes faltando, eles usavam roupas usadas e a pobreza deles era evidente. Eu fiquei

chocada. Tendo crescido em uma grande cidade do leste dos Estados Unidos, eu nunca tinha visto uma pobreza tão extrema entre os brancos. Os bairros segregados nos quais eu cresci invisibilizaram a pobreza branca. Ainda mais importante que isso, os privilégios atrelados a minha nova posição de classe, recentemente adquirida, me permitiu ignorar e minimizar a pobreza entre os brancos que eu encontrava. Minha reação àquelas crianças me fez perceber o quanto frases como “ah, pelo menos eles não são negros” tinham se tornado restritivas para mim. Ao aprender a conceder uma subjetividade humana às vítimas negras da pobreza, eu aprendi, simultaneamente, a me atentar para as vítimas brancas da pobreza. Ao aplicar categorias de raça como condições objetivas que me confrontavam, eu estava quantificando e hierarquizando opressões e, assim, perdendo o verdadeiro sofrimento que é, na verdade, a questão real.

Um padrão comum de relações que atravessam diferenças de poder é um que eu chamo de “voyeurismo”. Da perspectiva dos privilegiados, as vidas de pessoas de outra raça, de pobres, e das mulheres são interessantes pelo seu valor de entretenimento. Os privilegiados se tornam “voyeurs”, espectadores passivos que não se relacionam com os menos poderosos, mas que estão interessados em observar como o “diferente” vive. Com o passar dos anos, ouvi vários/as estudantes afro-americanos/as reclamando de professores/as universitários/as que nunca recorrem a eles e elas, exceto quando alguma questão supostamente negra é discutida. O interesse dos estudantes em discutir raça ou as qualificações que eles possuíam para fazê-lo não tinham importância diante do esforço do professor em usar as experiências de estudantes

negros como histórias que pudessem fazer a matéria ganhar vida para sua audiência de estudantes brancos. Pedir que estudantes negros exibam sua performance a partir de uma deixa para proporcionar uma experiência negra para seus colegas de classe brancos pode ser vista como um dos piores tipos de “voyeurismo”.

Membros de grupos subordinados não estão dispostos a participar desse tipo de troca, mas frequentemente o fazem porque os membros dos grupos dominantes controlam os aparelhos da opressão simbólica e institucional. Grupos étnicos/raciais, mulheres e pobres nunca tiveram o luxo de serem “voyeurs” da vida dos privilegiados. Nossa habilidade de sobreviver em cenários hostis determinou nossa habilidade de aprender detalhes complicados sobre o comportamento e o modo de ver dos poderosos e a ajustar nosso comportamento de acordo com isso. Em relação a isso, aponto as diferenças de percepção de homens e mulheres que estão em relacionamentos abusivos. Enquanto homens podem ver suas namoradas e esposas como objetos sexuais, boas companheiras e uma coleção de categorias estereotipadas de voyeurismo, as mulheres devem estar atentas a todas as nuances do comportamento de seus parceiros. As mulheres são “naturalmente” melhores em se relacionar com pessoas com mais poder que elas ou foram as circunstâncias que exigiram que homens e mulheres desenvolvessem habilidades diferentes?

Vindo de uma tradição em que a maioria dos relacionamentos que atravessam as diferenças são diretamente baseadas em relações de dominação e subordinação, nós temos consideravelmente menos experiências de nos relacionarmos com pessoas diferentes, mas iguais. A sala de

aula é, potencialmente, um espaço poderoso e seguro para que diálogos aconteçam entre pessoas com relações de poder desigual. O relacionamento entre Mark, o estudante da minha sala, e a trabalhadora doméstica é um exemplo de uma série de relacionamentos que as pessoas têm quando se relacionam com as diferenças a partir de poderes e privilégios. Já a relação do Mark com seus e suas colegas de classe representa o poder da sala de aula de minimizar essas diferenças, para que pessoas de níveis diferentes de poder possam usar raça, classe e gênero como categorias de análise para que possam, por sua vez, criar diálogos significativos. Nesse caso, a sala de aula serviu para igualar as diferenças raciais de modo que os estudantes negros, que normalmente eram silenciados, pudessem falar. Estudantes brancos como o Mark, que geralmente não estão cientes de como foram privilegiados por sua branquitude, perdem esse privilégio na sala de aula e, assim, se abrem para dialogar genuinamente.

2. COALIZÕES AO REDOR DE CAUSAS COMUNS

Uma segunda questão para se construir relações e coalizões essenciais para mudanças sociais se refere a conhecer as razões reais para uma coalizão. O que, realmente, une as pessoas? Um catalisador importante em gerar solidariedade de grupo é a presença de um inimigo comum. Os estudos afro-americanos/as, hispânicos/os, ázio-americanos/as e de mulheres todos/as compartilham uma herança intelectual de desafiar o que é tido como conhecimento acadêmico referendado. Entretanto, politicamente essas relações e coalizões são frágeis porque, como aponta June Jordan:

“Me parece que muitas das falhas organizacionais poderiam ser evitadas se as pessoas entendessem que a parceria na miséria não necessariamente leva a uma parceria para a mudança: quando conseguimos retirar os monstros de nossas costas, todos/as nós podemos querer sair correndo em diferentes direções” (1985, p. 47)

Compartilhar uma causa comum ajuda as pessoas e os grupos a manter relacionamentos que transcendam suas diferenças. Construir coalizões efetivas envolve uma constante busca por ouvir uns aos outros, umas às outras, e a desenvolver empatia pelos pontos de vista de cada um e cada uma. As coalizões nas quais eu estive envolvida que mais duraram e que mais funcionaram foram aquelas em que o comprometimento com uma questão específica exigia colaboração como a melhor estratégia para atacar a questão dada.

Muitos anos atrás, com meu grau de mestra nas mãos, escolhi lecionar em uma escola paroquial no centro da cidade, que estava sob o risco de fechamento. O salário era terrível, as condições bastante precárias, mas as necessidades eram gritantes. No meu trabalho, eu tinha que trabalhar com uma ampla gama de pessoas que, na superfície, tinham muito pouco em comum. Tínhamos freiras brancas, estudantes universitários negros de classe média, negros da “comunidade”, dentre os quais alguns que tinham sido encarcerados e/ou eram beneficiários de uma série de programas federais anti-pobreza. Os pais eram outra parte dessa comunidade, membros de Harvard também o eram, assim como liberais brancos bem-intencionados do Colorado.

Como você pode imaginar, a tensão era alta. No começo, nossas diferenças pareciam intransponíveis. Contudo, com o passar do tempo, nós encontramos uma ligação comum,

algo que todos e todas trouxemos à escola. Apesar das profundas diferenças nas nossas biografias pessoais, diferenças que em outros cenários teriam cerceado nossa habilidade de nos relacionarmos, descobrimos que estávamos todas/os profundamente comprometidas/os com a educação de crianças negras. Ao aprender a valorizar o comprometimento de cada um e cada uma, e reconhecendo que cada um de nós tinha habilidades diferentes que eram essenciais para realizar esse comprometimento, nós construímos uma coalizão efetiva ao redor de uma causa comum. Nossa escola era bem-sucedida e as crianças que nós ensinávamos se beneficiaram da diversidade que nós tínhamos a lhes oferecer.

Nenhum/a de nós sozinha possui uma visão abrangente de como raça, classe e gênero operam como categorias de análise ou como elas podem ser usadas como categorias de ligação e conexão. Nossas biografias pessoais nos oferecem visões parciais. Poucos podem dar conta de estudar raça, classe e gênero simultaneamente. Ao invés disso, cada um e cada uma de nós sabem mais sobre alguma das dimensões dessa ampla história e menos sobre outras. Assim como os membros da escola tinham habilidades especiais para oferecer à escola, nós temos áreas de especialização e expertise, quer sejam acadêmicas, teóricas, pedagógicas, quer sejam em áreas de raça, classe ou gênero. Não temos todos e todas que fazer a mesma coisa da mesma maneira. Pelo contrário, nós temos que apoiar os esforços umas/uns da/os outras/os, percebendo que somos parte de uma empreitada maior que busca provocar mudanças sociais.

3. CONSTRUINDO EMPATIA

Uma terceira questão envolvida na construção de tipos de relacionamentos e coalizões fundamentais para a mudança social diz respeito à responsabilidade individual. As opressões de raça, classe e gênero formam o pano de fundo estrutural contra o qual enquadramos nossas relações – essas são as forças que nos encorajam a substituir o voyeurismo por relações completamente humanas. Mesmo que talvez ainda não tenhamos criado essa situação, somos cada um e cada uma responsáveis por fazer escolhas individuais e pessoais a respeito de quais elementos da opressão de raça, classe e gênero nós vamos aceitar e quais vamos trabalhar para mudar.

Um componente essencial dessa responsabilidade se refere a desenvolver empatia pelas experiências de pessoas e grupos diferentes de nós mesmos. A empatia começa com um interesse nos fatos das vidas das outras pessoas, como indivíduos e como grupos. Se você se importa comigo, você deveria querer saber não apenas os detalhes da minha biografia pessoal, mas também como raça, classe e gênero como categorias de análise criaram o fundo institucional e simbólico para minha biografia individual. Como acessar meu caráter sem saber os detalhes das situações que eu encaro?

Além disso, ao adotar uma postura teórica de que fomos todos e todas afetadas pelas categorias de análise de raça, classe e gênero que estruturaram nosso tratamento, nos abrimos para possibilidades de usar esses mesmos construtos como categorias de conexão e ligação para construirmos empatia. Por exemplo, eu tenho uma grande amiga branca com quem eu compartilho interesses e crenças. Sabemos, entretanto, que nossas diferenças raciais nos ofereceram diferentes experiências.

Assim, falamos sobre elas. Não pressupomos que a raça apenas afetou a mim e não a ela porque eu sou uma mulher negra; nem que a raça neutraliza os efeitos de gênero em minha vida enquanto os acentua na vida dela. Nós pegamos, então, essas mesmas categorias de análise que criaram cisões em nossas vidas, nesse caso, as categorias de raça e classe e as usamos como categorias de conexão e ligação na construção de empatia pelas experiências uma da outra.

Encontrar causas comuns e construir empatia é difícil, não importa que lado dos privilégios nós habitamos. Construir empatia do lado dominante dos privilégios é difícil, simplesmente porque pessoas de ambientes privilegiados não são encorajadas a fazê-lo. Por exemplo, para que os brancos, entre vocês, desenvolvam empatia com pessoas de cor, eles devem se confrontar com o fato de que sua cor de pele lhes privilegiou. Isso é difícil de ser feito, não apenas porque implica em processos intelectuais de perceber como a branquitude é valorizada em instituições e símbolos, mas também envolve o processo, muitas vezes doloroso, de ver como a branquitude moldou sua biografia. Posturas intelectuais contra as dimensões institucionais e simbólicas do racismo geralmente são mais fáceis de sustentar do que auto reflexões sobre como o racismo moldou nossas biografias individuais. Os seus pais, tios, avós eram e são, realmente, mais capazes que os meus, ou suas conquistas podem ser explicadas, em parte, pelo racismo que minha família viveu? Suas mães assistiram tudo isso acontecer silenciosamente? Mais importante, como eles e elas passaram os benefícios de suas branquitudes a você?

Essas são questões difíceis e eu tenho um tremendo respeito pelos colegas e estudantes que estão tentando

respondê-las. Como não há nenhuma razão que os obrigue a examinar as razões de seu próprio privilégio, sei que aqueles que o fazem escolheram livremente essa postura. Elas/es estão, portanto, fazendo um esforço consciente de arrancar aquele pedaço do opressor plantado dentro delas. Para mim, elas merecem o apoio das pessoas negras em seus esforços. Homens que se declaram feministas, membros da classe média que se unem nas lutas anti-pobreza, heterossexuais que apoiam gays e lésbicas, todos e todas estão tentando crescer e seus esforços os colocam em um lugar muito além da maioria que nunca pensou em se envolver em lutas tão importantes.

Construir empatia do lado subordinado do privilégio também é difícil, mas por razões diferentes. Membros de grupos subordinados relutam em abandonar uma desconfiança básica dos membros de grupos poderosos, porque essa desconfiança básica tem sido, tradicionalmente, fundamental para sua sobrevivência. Como mulher negra, eu seria tola em assumir que as mulheres brancas, ou os homens negros, ou os homens brancos, ou qualquer outro grupo com uma história de exploração das mulheres afro-americanas tenham meu interesse no centro de suas intenções. Esses grupos gozam de mais privilégios do que eu, em quantidades variadas, e, portanto, eu tenho que observá-los cuidadosamente e estar preparada para uma relação de dominação e subordinação.

Assim como os privilegiados, os membros dos grupos subordinados também têm que trabalhar para trocar julgamentos por categoria com novas maneiras de pensar e agir. Recusar-se a fazer isso sufoca possibilidades de coalizões e mudanças sociais efetivas. Deixe-me usar outro exemplo de minha própria experiência. Quando eu estava na graduação,

eu tinha pouca paciência e tempo para teorizar sobre os privilegiados. Meus anos iniciais em uma instituição privada de elite foram difíceis, não porque o trabalho acadêmico fosse desafiador (ele o era, mas isso não era o que me distraía) ou porque eu tinha de trabalhar enquanto meus colegas de classe viviam de mesada de seus pais (eu estava acostumada a trabalhar). A adaptação foi difícil porque eu estava cercada de tantas pessoas que não questionavam seus privilégios. A maioria delas se sentia merecedora de sua riqueza. Isso me deixou estupefata.

Eu me lembro de um incidente no qual eu observei uma mulher branca, no final do corredor do meu dormitório, tentar escolher qual blusa usar. As blusas estavam empilhadas em sua cama em todas as cores do arco-íris, blusa em cima de blusa. Ela pediu meu conselho de uma maneira que deixou evidente que escolher qual blusa usar era uma das decisões mais importantes que ela deveria tomar diariamente. Afundada em suas blusas, eu percebi o quanto nossas vidas eram diferentes. Ela não precisava se preocupar em manter uma média acadêmica sólida para que pudesse receber auxílio financeiro. Como ela era parte da maioria, ela não era tratada como uma representante de sua raça. Ela não tinha que prestar atenção em como seus comentários em sala de aula ou sua própria existência no campus contribuíam para o tratamento que seu grupo viria a receber.

Sua mesada a protegia de ter que trabalhar, de modo que ela podia usar seu tempo livre estudando, festejando, ou, nesse caso particular, se preocupando sobre qual blusa usar. O grau de desigualdade nas nossas vidas e sua ideia de merecimento inquestionável me ofenderam. Por um tempo, eu categorizei

todas as mulheres brancas abastadas como superficiais, arrogantes e super preocupadas com posses materiais; considerava também que elas eram parte do meu problema. Entretanto, se eu tivesse continuado a classificar as pessoas dessa maneira eu não teria feito algumas excelentes amigas cujo desconforto com seus privilégios de classe herdados ou adquiridos as levaram a examinar suas posições.

Como eu comecei com as palavras da Audre Lorde, parece apropriado que eu conclua com outra de suas ideias...

“Cada uma de nós é chamada a tomar uma posição. Assim, nos dias que estão por vir, enquanto nos examinamos – a nós e às outras –, examinamos nossos trabalhos, nossos medos, nossas diferenças, nossa sororidade e nossas sobrevivências, eu as incito a enfrentar o que é mais difícil para todas nós: uma auto fiscalização de nossas complacências, da ideia de que, como cada uma de nós acredita que ela está do lado correto, ela que não necessita examinar sua posição.” (1985)

Eu as incito a examinar sua posição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUTLER, Johnella. 1989. “Difficult Dialogues.” *The Women’s Review of Books* 6, no. 5.

COLLINS, Patricia Hill. 1989. “The Social Construction of Black Feminist Thought.” *Signs*. Summer 1989.

GWALTNEY, John Langston. 1980. *Drylongso: A Self-Portrait of Black America*. New York: Vintage.

HARDING, Sandra. 1986. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

JORDAN, June. 1985. *On Call: Political Essays*. Boston: South End Press

LORDE, Audre. 1984. *Sister Outsider*. Trumansberg, New York: The Crossing Press.

_____. 1985. "Sisterhood and Survival." Keynote address, conference on the Black Woman Writer and the Diaspora, Michigan State University.

SPELMAN, Elizabeth. 1982. "Theories of Race and Gender: The Erasure of Black Women." *Quest* 5: 32-36.

TATE, Claudia, ed. 1983. *Black Women Writers at Work*. New York: Continuum.

O PT e o partido revolucionário no Brasil

Republicamos aqui o caderno lançado em 1981 pelo coletivo do jornal EM TEMPO.

Defendendo um ponto de vista político inédito no interior da esquerda organizada, ele mantém a sua atualidade e é ainda uma referência importante para o debate sobre os rumos do partido.

I - Introdução

O lançamento do movimento por um Partido dos Trabalhadores no Brasil, obtendo desde o início uma ressonância de massas e o apoio das principais lideranças operárias do país, pegou de surpresa a maior parte da esquerda. Afinal, formada principalmente numa interpretação bastante estreita do leninismo (quando não inteiramente stalinizada), acostumada a uma ênfase unilateral no papel da vanguarda na construção do partido, esta esquerda teria mesmo de reagir com surpresa e reprovação diante do PT.

Pouco a pouco, o PT foi se impondo e ganhando terreno. Da reação negativa inicial, muitos grupos passaram ao apoio e à participação no PT. Para isto foram levados tanto pelo peso demonstrado pelo movimento do PT quanto pelo fracasso de propostas alternativas, como a do "Partido Popular" (que era concebido como expressão intuticional e parlamentar de uma frente popular). Estes grupos têm tentado compatibilizar a sua participação no PT com a sua visão anterior, dogmática e estreita do leninismo. De modo geral, insistem em caracterizar o PT como uma frente, uma "frente política", quando não diretamente uma frente popular. Insistem em chamar o PT de partido "tático", forma disfarçada de designar não um partido mas uma coligação eleitoral-parlamentar. Para esses grupos o PT não pode passar de certos limites, ou arrasa com seus esquemas teóricos. A política dessas correntes para o PT é um dos obstáculos ao seu desenvolvimento como partido operário de massas, independente da burguesia.

Outros setores da esquerda, desiludidos com o leninismo, em geral estreito, que praticaram, optaram por um caminho inverso: tomar o PT justamente como a demonstração da falência, da inutilidade ou até da perniciosidade do leninismo, da organização da vanguarda. Sua política só pode ser, então, a de barrar o caminho do PT até o marxismo revolucionário, que tem no leninismo um de seus elementos essenciais.

Os primeiros (os que se agarram à concepção do PT como uma frente política, frente popular ou coisa parecida) reduzem o significado e o alcance do PT. Os segundos (os anti-leninistas) querem chegar ao socialismo sem passar pelo partido revolucionário, organizado e centralizado.

Hoje, só os setores mais burocratizados e degenerados da esquerda, como o PCB, o PCdoB e o MR-8, se obstinam em combater o PT.

Por outro lado, os setores não originários da esquerda organizada, os mais expressivos no PT, como os "sindicalistas autênticos", e como setores de base e de esquerda da Igreja, pela sua falta de tradição marxista só podem ter uma aproximação empírica com o PT. Em geral caminham para o economicismo, em formas variadas (a expressão mais clara disso é a recusa em empunhar a bandeira da Constituinte, da luta contra a ditadura, com o argumento de que "isto não interessa aos trabalhadores").

Nós não fugimos inteiramente a este quadro. Embora estejamos entre os que saudaram a proposta do PT, desde a primeira hora, como um passo decisivo para o movimento operário, tivemos uma dificuldade inicial de compreender o caráter do movimento pelo PT. Tendemos a compreendê-lo como uma expressão da frente

única operária. Lentamente fomos evoluindo para a idéia de que, pelo contrário, o PT era mesmo um movimento para formar um partido, e que nossa política deveria ser de ajudar a que fosse um partido operário de massas, independente.

No entanto, esta perplexidade da esquerda e dos militantes do movimento operário em geral, diante do PT, não pode ser justificada com o argumento tantas vezes utilizado de que o PT é uma experiência nova, diferente de tudo o que já houve na história do movimento operário. É evidente, é certo, que qualquer nova experiência da classe tem algo de novo, e não vai jamais repetir simplesmente alguma outra já vivida.

Mas longe de ser alguma coisa "exótica", a forma de construção do PT é uma proposta que já se apresentou diversas vezes na história do movimento operário! Mais ainda, a política geral a ser adotada pelos marxistas dentro do PT, longe de ser uma coisa "pouco ortodoxa", pouco coerente com a tradição marxista, foi defendida... pelo próprio Marx (e por Engels)! E não em algum texto pouco conhecido ou marginal em seu pensamento, mas no próprio Manifesto Comunista!

O problema chave com o qual se enfrentam hoje no Brasil todos os revolucionários, todos os militantes conscientes do movimento operário, e mais ainda, todos os marxistas, é o de se saber trabalhar dentro do PT, saber que política defender no PT, saber como contribuir para o seu avanço.

Nosso objetivo com este texto é justamente contribuir para fazer avançar esta discussão. Para isto, começamos com a abordagem de como a questão da construção de partidos operários de massa, combinada com a existência de vanguardas marxistas mais reduzidas, e com a necessidade de construção de um Partido Internacional, se colocou na história do movimento operário, e a discussão da situação específica do Brasil hoje. É dentro deste quadro que podemos situar os problemas atuais vividos pela construção do PT, e uma política marxista-revolucionária no seu interior.

II - As lições da história

A necessidade de um partido operário e do marxismo revolucionário

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, isto é, das relações mercantis e da exploração do trabalho assalariado pelo capital, produziu uma classe de proletários cujo único interesse histórico possível é a abolição deste regime econômico e a construção de uma sociedade sem classes, a sociedade socialista.

Mas o processo de formação da consciência da classe proletária, embora tenha as suas raízes na exploração cotidiana sofrida pela classe, não se completa de maneira espontânea. Exige a formação de um partido que integre nas suas formulações básicas a compreensão científica do funcionamento do modo capitalista de produção, de suas leis, de seu desenvolvimento, bem como uma compreensão da história universal. Exige, portanto, a fusão da teoria marxista com o movimento operário, fusão que se dá na construção de um partido, no desenvolvimento de um programa revolucionário e na sua adoção pelo movimento operário.

Logo, já para completar seu processo de formação como classe, consciente dos seus interesses, o proletariado tem necessidade de um partido. E para conduzir seu processo cotidiano de enfrentamento com a burguesia, em cada fábrica ou a nível do Estado burguês, o proletariado precisa de um partido tanto como do ar que respira. Com muito maior razão para poder lutar pelo seu poder e pela transformação revolucionária da sociedade.

Esse é o significado básico de um partido operário, tal como colocado pelos fundadores do marxismo. Mais tarde, Lênin acrescentaria elementos importantes. Para fazer face à centralização conseguida pela burguesia, que dispõe do Estado e de todo o seu aparelho, é necessário conduzir de modo centralizado as lutas contra o capital. Tornaria também mais claro o papel de uma vanguarda de "revolucionários profissionais", capazes de dominar a ciência (e a arte) da luta política. Uma direção tanto nas questões de reinvidicações limitadas quanto na luta para a tomada do poder, pela destruição do Estado burguês e pela construção da ditadura do proletariado.

Tanto para Marx como para Lênin, o partido proletário só poderia ser um partido internacional. Como enfatizou Marx (por exemplo, na "Crítica ao Programa de Gotha"), pelo seu conteúdo mesmo, a luta de classes é internacional. Do mesmo modo que centraliza suas lutas dentro de um país, a burguesia centraliza a sua luta ao nível internacional. Há uma base objetiva para isto: o desenvolvimento do mercado mundial, que unifica todos os países economicamente. Ora, o proletariado não pode ser menos internacionalista que a burguesia.

Esse conceito leninista de partido revolucionário teve sua necessidade confirmada pela história. No entanto, esta confirmação esteve mais no fato de que em diversas regiões ficou clara a falta que fazia um partido revolucionário, capaz de dirigir as massas em direção ao socialismo.

Desde a revolução russa de 1917, diversos processos revolucionários foram derrotados em situações onde a ausência de um partido foi decisiva. Por outro lado, várias vitórias de processos revolucionários, que chegaram até a construção de Estados operários, foram frustradas pelo desenvolvimento de deformações ou degenerações burocráticas. Acompanharam o processo de burocratização da própria URSS. Os partidos que estavam na direção, capazes de conduzir as massas à tomada do poder, tinham importantes deficiências programáticas ou deformações (como a teoria do "socialismo em um só país", que resume uma visão anti-marxista da construção do socialismo). Apesar da inegável base de massas com que contavam, viram-se sem condições de lutar contra o avanço da burocratização (ou se tornaram eles mesmos agentes desta burocratização).

Houve, entre as derrotas do movimento operário, momento sangrentos, como o da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, país que tinha o movimento operário mais forte e mais organizado da época. Essas derrotas foram à origem de inúmeras tragédias para a humanidade, de períodos de barbárie.

A necessidade de partidos operários de massa, armados com um programa marxista-revolucionário, centralizados como organizações de combate, foi dramaticamente confirmada. Confirmada pela tragédia que significou a inexistência deles.

A crise histórica da direção revolucionária

A ausência, por todo um período histórico, e na grande maioria dos países, de partidos revolucionários de massas, só pode ser compreendida a partir da evolução sofrida, primeiro pela II Internacional, depois pela III Internacional.

A II Internacional, formada a partir do fim do século

passado, representou a primeira experiência de partidos de massa com uma orientação, pelo menos em geral, marxista e revolucionária. Até 1914, reuniu a totalidade dos marxistas, e a grande maioria do movimento operário organizado (a exceção eram correntes anarquistas ou anarco-sindicalistas, cuja expressão de massas se reduzia a alguns países). Era o partido indiscutível da classe operária.

Mas a II Internacional não foi capaz de manter este caráter. Vivendo durante décadas em uma situação de prosperidade do capitalismo em países imperialistas, seus partidos acostumaram-se a obter progressivamente conquistas, econômicas e políticas, para a classe operária. Grande parte da sua direção, do seu aparelho, foram sendo progressivamente integrados ao estado. Com o início da guerra de 1914, ficou claro que a maioria da II Internacional deixara de ser uma organização revolucionária para se transformar em uma organização reformista: cada partido social-democrata aliou-se com a burguesia de seu próprio país, traiu os laços internacionais proletários.

Foi a razão para que Lênin (ao lado de outros dirigentes revolucionários) proclamasse a morte da II Internacional como partido revolucionário, sua falência política, e iniciasse um movimento de reagrupamento dos marxistas que haviam mantido posições internacionalistas e revolucionárias. Foi o caminho que conduziu (depois da vitória da revolução russa) à III Internacional.

Criada depois da vitória da revolução russa, reunindo a esquerda dos antigos partidos da II Internacional, mas valendo-se sobretudo do prestígio conquistado pelos bolcheviques com a vitória, da esperança que a revolução russa despertou, a III Internacional teria obrigatoriamente a sua sorte ligada à da revolução russa. Esta, isolada em um país atrasado e pobre, abalado por uma guerra civil (onde os exércitos contra-revolucionários contaram com o apoio de diversos países imperialistas), foi sofrendo um processo de burocratização. Ao cabo de alguns anos, o poder político dos trabalhadores, fundamentado nos soviets (conselhos operários), foi esvaaziado e substituído por uma ditadura da burocracia. Essa burocratização se estenderia à III Internacional. Finalmente, sua morte como partido revolucionário foi comprovada em 1933, quando assistiu sem luta à ascensão de Hitler ao poder, e quando não se mostrou sequer capaz de uma auto-crítica diante de um crime tão monstruoso contra a classe operária e a humanidade. A III Internacional seguiu um caminho semelhante ao da II.

Depois desse duplo processo (degeneração da II e da III Internacionais), foram consolidadas duas correntes reformistas no interior do movimento operário: a social-democracia (da II Internacional) e o stalinismo. Todas as duas institucionalizaram práticas de colaboração de classes, de conciliação, no movimento operário. Com estilos diferentes e em graus variados, opõem-se à revolução proletária.

No caso da social-democracia, isto é bastante evidente. Sua política passou a ser a de se integrar no estado burguês, de respeitar e defender os seus mecanismos, de substituir a luta pelo socialismo pela luta por reformas que significassem uma "gestão social da economia de mercado". Sua prática é frontalmente contrária ao marxismo mais elementar, que diz que numa sociedade fundada na exploração de uma classe por outra, a luta de classes é inevitável. De fato, a maioria dos partidos social-democratas terminou abandonando a referência ao marxismo.

No caso do stalinismo, a colaboração de classes é menos evidente. Não apenas porque mantém uma referência formal (e dogmática) no marxismo, mas porque no lugar de apresentar uma teoria de que é possível chegar ao socialismo (ou à "gestão social") nos marcos do estado burguês, disfarça a integração neste estado com a teoria de etapas rígidas na revolução, a primeira supondo alianças com setores da burguesia, e apenas na segun-



O nascimento do PT: a consciência política brota dos confrontos com o Estado e os patrões.

da se colocando o objetivo socialista. De qualquer modo, a teoria da "revolução por etapas", com uma primeira etapa burguesa, e a teoria e a prática das "frentes populares" são formas não menos daninhas de colaboração de classes.

Essas duas correntes exerceram um domínio quase absoluto sobre o movimento operário desde a década de 30 até o início da crise do stalinismo. Contribuíram para um sem número de derrotas da classe trabalhadora, inclusive a mais sangrenta e terrível, a ascensão do nazismo. Estas derrotas, às quais é preciso acrescentar a de maior importância histórica, a expropriação política do proletariado soviético pela burocracia com a consolidação do stalinismo, isto é, a degeneração da revolução russa, tiveram um efeito devastador sobre o nível de consciência das massas, em especial na sua confiança no futuro socialista (confundido, ademais, com a opressão vivida pelos trabalhadores na URSS). Isto reforçou o domínio destas correntes, que desta forma se nutrem das suas próprias derrotas. E, se desde então continuaram a eclodir revoluções socialistas, da chinesa à nicaraguense, estas se deram sobretudo apesar da orientação e vontade da direção mundial soviética.

Em diversos países, entre os quais se inclui o Brasil, além das correntes reformistas do movimento operário, ainda tiveram uma importância enorme correntes burguesas populistas com base de massas (PTB, peronismo).

A força do populismo tinha uma consequência clara: a maioria da classe operária não tinha um partido próprio, e se prendia ao jogo, à disputa política entre os vários partidos burgueses. No caso do Brasil, o stalinismo deu uma enorme contribuição para esta situação, ligando-se sempre ao populismo, procurando fazer que este "avançasse", no lugar de tentar fazer com que a classe operária rompesse com ele. De fato, o stalinismo deu mesmo uma contribuição decisiva para a própria formação do populismo, como demonstrou por exemplo Francisco Weffort em seu trabalho "Origens do sindicalismo populista no Brasil".

O resultado de tudo isto é que as concepções de colaboração de classes (na versão social-democrata, na versão etapista frente-populista ou simplesmente na versão burguesa populista), penetraram profundamente no movimento, e sobretudo nas suas vanguardas formadas (ou deformadas) por esta ideologia.

Se a III Internacional terminou seguindo o caminho da II, isto é, o caminho reformista, houve contudo uma diferença essencial: não foi possível levar à frente da mesma maneira a construção de uma nova Internacional com base em uma revolução vitoriosa. Além disso, o efeito negativo que o curso reformista da III Internacional teve sobre a consciência de classe do proletariado foi somado ao mesmo efeito já produzido pelo curso da II Internacional, e somado ainda ao efeito devastador sobre a confiança na vitória produzido pela série de derrotas. A construção de uma nova Internacional (a IV) continuava a ser necessária, mas se daria em condições infinitamente mais difíceis.

Em resumo, produzia-se uma crise histórica da direção revolucionária, isto é, a ausência de partidos revolucionários capazes de dirigir as massas, e uma situação de enorme dificuldade para a superação desta crise (dificuldade inclusive, em algumas análises, subestimada por Trotski e pelos fundadores da IV Internacional).

Durante todo um período histórico, a tentativa de construir alternativas revolucionárias ao reformismo enfrentou dificuldades enormes. Além da presença sufocante da social-democracia e do stalinismo, que retirava o espaço político para o crescimento de outras correntes (a social-democracia monopolizando em grande medida o descontentamento com o stalinismo, o stalinismo monopolizando o descontentamento com a social-democracia), é preciso ter em conta a formidável repressão exercida contra os que se colocavam à esquerda destas correntes. Não apenas a repressão policial-burguesa, mas sobretudo a repressão exercida pelas próprias correntes reformistas, repressão que variou do impedimento de participar do movimento sindical, de provocar a demissão do emprego, à delação e ao assassinato.

Desde a década de 60, depois do triunfo da revolução cubana, do conflito do maoísmo com a URSS, com o avanço da crise do stalinismo, as condições começaram a mudar.

Mas durante todo um período sobrava pouquíssimo espaço para a construção de alternativas revolucionárias. Nas épocas contra-revolucionárias, ou de calmaria do movimento, esta dificuldade é transparente: os reformistas dominantes podem com facilidade fazer acreditar que as concepções revolucionárias são radicalismo sectário, propagandismo abstrato, utopia, aventura.

Nos momentos de ascenso, a coisa é algo mais complicada. Um grande número de militantes operários ingressa na vida política com posições classistas, combativas, ao nível sindical, ou rompe com os partidos reformistas nesse nível, rompe na prática com a colaboração de classes. Mas a passagem da consciência sindical classista para a consciência política classista, isto é, para a consciência dos objetivos históricos do proletariado, e para a consciência revolucionária, não é simples e muito menos é automática. Exige uma compreensão de conjunto da sociedade, de seu funcionamento, do funcionamento e do caráter do estado etc. como já mencionamos.

Mais ainda: o processo de formação de uma consciência revolucionária só se completa em uma organização revolucionária. E para que militantes proletários se decidam a uma militância organizada, tendo entrado na luta política pela porta das lutas sindicais, ou tendo rompido com partidos reformistas, mesmo que esta ruptura tenha já chegado num nível avançado de compreensão da traição dos aparelhos reformistas e da necessidade de um partido revolucionário, é necessário que vejam uma alternativa clara e confiável. É preciso que vejam uma organização revolucionária que considerem capaz de desempenhar as tarefas que se colocam na organização da luta, capaz de dirigir a cada momento as massas no seu rumo. Para a classe operária, suas organizações são uma necessidade imediata cotidiana.

Desde a degeneração stalinista da III Internacional, existiram poucas organizações de massa com caráter revolucionário. Algumas, na Iugoslávia, na China, em Cuba, no Vietnã foram capazes de destruir o estado burguês em seus países e iniciar a construção do socialismo. Outras (Nicarágua, El Salvador), tem chances reais de fazer isso agora.

No caso da China, do Vietnã, em alguma medida de Cuba, contudo, as organizações revolucionárias foram moldadas ou influenciadas pelo stalinismo, e mantiveram importantes debilidades programáticas e políticas.

Assim, estas correntes não foram capazes de dar uma contribuição decisiva para a resolução da crise histórica da direção revolucionária, embora, evidentemente, o fato de terem destruído estados burgueses em importantes regiões do planeta e construído estados operários, mesmo burocratizados, mude de maneira significativa a correlação de forças em favor do proletariado.

Desde a degeneração da III Internacional, não têm existido, nos momentos decisivos, alternativas orgânicas confiáveis para a vanguarda emergente da classe operária, que assumam o programa marxista-revolucionário. As organizações marxistas-revolucionárias, ou mesmo a maioria das outras correntes revolucionárias, têm estado presas no círculo vicioso da sua pequenez. Assim, os milhares de militantes operários que adquirem em momentos de ascenso do movimento uma consciência sindical classista, e por este caminho compreendem a necessidade da luta política, ou que rompem ideologicamente com a colaboração de classes dos partidos reformistas, têm enfrentado na sua maioria um destino de dispersão e ceticismo, um destino trágico.

Como observa Ernest Mandel, analisando a situação da Europa, onde as organizações revolucionárias são pequenos Davids contra os imensos Golias da social-democracia e do stalinismo:

"Apenas uma ínfima minoria de trabalhadores, de-

cepionados pelas traições dos aparelhos, se junta às pequenas organizações revolucionárias, cuja eficácia na luta de classes não é clara. E mesmo esta ínfima minoria não permanece muito tempo, a não ser que adquira rapidamente uma sólida educação política que lhe faça compreender não apenas o porquê das traições burocráticas, mas além disso as razões históricas da fraqueza relativa das organizações revolucionárias e a possibilidade (do mesmo modo que uma idéia realista do ritmo!) de superá-la" (E. Mandel, "Crescimento econômico e luta de classes").

A consequência disto é que as organizações revolucionárias ficam reduzidas, a pequenos núcleos de militantes, isto é, àqueles que chegam à compreensão do problema histórico da crise de direção do proletariado. E ainda, estas organizações têm na sua maioria uma importante deformação. Uma proporção anormalmente alta de militantes de origem intelectual, uma proporção reduzida de militantes operários. É o "círculo vicioso da pequenez" que explica o paradoxo de que as organizações que asseguram a continuidade da experiência histórica proletária e do seu programa não sejam na sua maioria organizações de composição predominante operária: é claro que os militantes operários dão uma importância muitas vezes maior ao problema de eficácia dos partidos operários na condução das lutas.

Outra questão decisiva que aumenta as dificuldades é que o stalinismo, ainda que em crise e decomposição, influencia mesmo aos que rompem com ele. Há uma dificuldade para muitos dos militantes que rompem com o stalinismo em adotar as posições radicalmente opostas do marxismo revolucionário. Há uma maior facilidade em assumir formulações centristas que parecem num primeiro momento mais realistas. Além disso, não é fácil remover todas as calúnias que o stalinismo lançou sobre o marxismo revolucionário. Há ainda uma outra base de fortalecimento do centrismo com relação ao marxismo revolucionário: revoluções vitoriosas, que rompem na prática com o stalinismo, como a chinesa, a vietnamita, a cubana (rupturas que não chegaram a se completar), apareceram durante todo um período histórico como alternativas revolucionárias e realistas ao stalinismo.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar todo um conjunto de espinhos no calvário do marxismo revolucionário: o curso seguido por inúmeros grupos "trotskistas". Alguns, é inegável, chegaram aos cumes do ridículo (e perderam toda a referência do marxismo revolucionário). A partir daí, os adversários do trotskismo têm uma base para ampliar até o máximo as calúnias contra ele, e inúmeros militantes revolucionários pensam duas ou três vezes antes de se deixarem identificar com o "trotskismo".

O ridículo de alguns grupos trotskistas, e as deformações de outros, têm uma explicação objetiva. Confrontados durante períodos prolongados com a condição de minoritárias, isto é, sem condições de influir decisivamente sobre os rumos da luta de classes, e além disso, com reduzida participação de operários, com poucos laços sólidos com o movimento, e com um grande número de intelectuais que podem "voar", as organizações revolucionárias correm riscos pesados de degenerescência (de nenhuma maneira limitados ao "trotskismo"). Há dois tipos básicos de degenerescência: a oportunista e a sectária.

A degeneração oportunista consiste em adaptar-se às influências predominantes, em perder o referencial do programa revolucionário. Esse programa, muitas vezes, é visto como um peso a carregar, um entrave a um crescimento mais rápido, ao avanço da organização. O rumo oportunista leva à transformação da organização em um apêndice de alguma corrente reformista mais forte, ou até mesmo à liquidação pura e simples da organização, que deixa de ter justificativas para existir.

A degeneração sectária consiste na perda da identifi-

cação com o movimento de massas, em querer construir a organização em oposição e ao largo do movimento de massas, em colocar os interesses da organização como distintos dos do movimento. Há um exemplo extremo destas concepções no método de construir a organização pela via de denúncias dos crimes e traições dos reformistas, o que leva até mesmo a apostar nas derrotas do movimento para ter o que denunciar e poder dizer: "eu não disse?". Esse caminho transforma a organização em uma seita, e logo em seguida, numa coisa caricatural, que passará a ser alvo da chacota geral e em especial dos reformistas.

Naturalmente além da degeneração, as organizações revolucionárias podem sofrer desvios mais leves, quando obrigadas a viver muito tempo na condição de minoritárias. Podem passar por uma fase de adaptação e influências predominantes sem ir mais longe do que um certo centrismo, podem não chegar a uma seita com interesses distintos dos do movimento, mas apenas mostrar dificuldades de aprender com novas experiências, ter um apego dogmático ao programa, fazer uma defesa abstrata dele, propagandista ou doutrinária, ter dificuldade em, a partir do programa, definir políticas práticas.

Conseguir manter a perspectiva correta — ao mesmo tempo guardar e reforçar a referência ao programa revolucionário, e a identificação com o movimento de massas — procurando agir em cada situação da forma que mais contribua para o avanço do movimento, para a sua vitória, ainda que contando para esta contribuição com forças muito limitadas, tudo isso pode ser compreendido, facilmente, como uma tarefa hercúlea. Ou seja, se já é difícil conseguir manter uma organização revolucionária, com muito maior razão, é difícil transformá-la em uma organização de massas.

Não espanta, pois, que venha sendo tão dura a "longa marcha" do marxismo-revolucionário, que o deserto que atravessa tenha sido tão árido, e que nesta travessia tenha incorrido em erros numerosos. O que espanta é mais o contrário, como conseguiu, bem ou mal, se manter e se desenvolver, inclusive, com um reforço numérico nos anos recentes. É fácil perceber o papel decisivo que desempenharam alguns obstinados que entregaram a sua vida a esta tarefa.

III — O PT e a experiência clássica de construção do Partido Revolucionário

A situação no Brasil hoje, condições objetivas enormemente favoráveis para a construção de um partido marxista-revolucionário

Com o que dissemos até agora, a nossa intenção não é, nem de longe, a de traçar um quadro pessimista. Desde a revolução cubana, em 1959, e mais ainda desde o ascenso das lutas revolucionárias em 1968, o marxismo revolucionário começou a romper o "círculo vicioso da pequenez". E hoje, no Brasil, a situação objetiva é excepcionalmente favorável, tanto para construir imediatamente uma organização marxista-revolucionária, quanto para construir a médio prazo, um partido marxista-revolucionário com influência e reconhecimento de massas.

Há, em primeiro lugar, um ascenso importante das lutas operárias, que vêm se dando em bases combativas e classistas, e mostrando uma enorme sede de formas de



O PT surge como expressão da independência política de classe.

organização de base e democráticas. Em segundo lugar, as forças reformistas (stalinistas) e os burocratas sindicais são relativamente fracos e não controlam o movimento de massas. Todas as correntes stalinistas passam no momento por uma crise.

Há, mais que tudo, o fato objetivo espantosamente promissor que é o PT. Lançado de maneira quase espontânea, como expressão política do movimento sindical classista, o PT vem se desenvolvendo, apesar dos percalços e ambiguidades, como um partido operário independente, classista.

Pelo próprio fato de representar uma expressão política do movimento sindical classista, o PT contribui para o seu avanço, para que passe a níveis superiores de luta. Oferece uma possibilidade de organização para milhões de trabalhadores. Hoje, não é ainda um partido revolucionário, embora cumpra um papel objetivamente revolucionário. Mas tem um significado essencial do ponto de vista da construção de um partido revolucionário: representa uma **alternativa política visível, viável, confiável**, para milhões de trabalhadores, para toda a vanguarda social emergente. Uma alternativa classista desde o início, e portanto pelo menos tendencialmente revolucionária. Uma alternativa às políticas reformistas, stalinistas, de colaboração de classes.

A ligação da proposta do PT com o programa marxista-revolucionário é nitida. Afinal, são os marxistas-revolucionários que têm defendido obstinadamente a necessidade da independência política dos trabalhadores. É significativo que núcleos trotskistas tenham desempenhado até agora no PT um papel que não pode ser desprezado. Já no lançamento da proposta houve alguma participação, embora ele tenha sido basicamente espontâneo. Esta presença deu-se mais ainda na conformação inicial da proposta, o que foi fundamental na marca de independência política de classe, e na defesa e sustentação da proposta quando a enorme maioria da esquerda a bombardeava e os sindicalistas vacilavam. Diante da ofensiva que foi realizada contra o caráter de independência de classe, fica claro o papel que desempenhou a

conformação inicial, a presença de palavras-de-ordem como "um partido sem patrões".

Mas seria um absurdo exagerar o papel dos núcleos de marxistas-revolucionários. A proposta nasceu e se desenvolveu fundamentalmente a partir da necessidade objetiva representada pelo ascenso do movimento operário, que foi colocado diante da questão de construir seu partido. Além disso, a presença dominante, e inclusive a que mais contou para o desenvolvimento da proposta, é a dos "sindicalistas autênticos", como Lula.

A existência do movimento pela construção do PT representa um avanço para a classe operária brasileira. Prolonga e aprofunda o processo de ruptura com o reformismo, com o stalinismo, impulsionado pela vitória da revolução cubana.

No início dos anos 60, a corrente influenciada pelo castrismo rompeu com a teoria stalinista-populista da "revolução por etapas", e defendeu corretamente a combinação das tarefas democráticas e socialistas na revolução latino-americana. Aplicou um golpe nas concepções de "blocos" históricos com a burguesia nacional contra a oligarquia e o imperialismo.

Mas a forma com a qual o castrismo realizou esta ruptura tinha lados fracos importantes. Em primeiro lugar, dava uma ênfase quase que exclusiva na necessidade da luta armada, dando à forma da luta mais peso do que à questão da composição e do conteúdo de classe das forças revolucionárias, não colocando no devido lugar a necessidade da direção do processo revolucionário pela classe operária. Em segundo lugar, com a sua concepção de luta armada, enfatizando de maneira unilateral o papel das guerrilhas, não via que o problema central é a construção de um partido revolucionário de massas, isto é, capaz de dirigir as massas para que elas enfremem e destruam o estado burguês, e construam o seu próprio estado, um estado operário.

É exatamente nesta direção que o PT avança, embora com as limitações e ambiguidades apontadas.

O tratamento de situações semelhantes na história do movimento operário

A questão de como os marxistas deveriam se situar diante de um movimento espontâneo ou não pela constituição de um partido operário, ou diante de um partido operário de massas e com poucas definições programáticas, foi discutida diversas vezes pelos clássicos do marxismo revolucionário.

A primeira referência a uma situação deste tipo encontra-se no próprio Manifesto Comunista de Marx e Engels, onde se diz:

"Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos demais partidos operários. Não têm interesses que os separem do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendiam modelar o movimento operário (...)

Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona os demais: teoricamente, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nitida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário".

Como observa Michael Lowy em "Marx e o Partido Comunista" (Revista Teoria e Prática, 04/1968), Marx e Engels tinham em vista quando escreveram isto a situação de seus partidários, na Inglaterra, que formavam um grupo chamado de "Fraternal Democrats" (Democratas Fraternalistas), e ao mesmo tempo participavam do partido cartista, o primeiro partido de massas do proletariado inglês. Os marxistas não deveriam se dissolver, e muito menos dar as costas ao movimento de massas proletárias. Deveriam formar um grupo com um programa próprio no interior do partido de massas, procurando ajudar o avanço deste partido. Como fica claro, pela in-

clusão desta passagem no "Manifesto", esta era a tática geral da Liga dos Comunistas para construir partidos de massas marxistas. Anos depois um problema semelhante ocorreria nos EUA, quando surgiu uma organização operária independente, os "Knights of Labour" (Cavaleiros do Trabalho). Um grupo de socialistas alemães se recusava a participar desta organização. Em diversas cartas a correspondentes americanos, Engels criticará esta atitude. Na carta a Sorge, de 29/11/1886, ele dirá:

"O primeiro grande passo a ser dado em todos os países que tenham recentemente entrado em movimento é a constituição dos operários em partido político-independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário distinto. Esse passo foi dado antes do que esperávamos, e isso é o mais importante. Que o primeiro programa deste partido seja confuso e dos mais incompletos, isto é um inconveniente inevitável, mas, no entanto, passageiro. As massas devem ter tempo e oportunidade de se desenvolver, e esta oportunidade elas terão no momento em que possuírem um movimento próprio, onde serão impulsionadas pelos seus próprios erros, tornando-se sábias às suas próprias custas. O movimento a que assistimos hoje na América se encontra no mesmo estágio daquele existente no nosso país antes de 1848; as pessoas realmente inteligentes exercerão inicialmente o papel que antes de 1848 exercia a Liga dos Comunistas entre os grupos operários". (Karl Marx, Engels, Lênin, Trotski — A questão do Partido — Kairós Editôra — p. 26).

No mesmo sentido, em carta a Florence Kelly, em 28/12/1886, dirá:

"É muito mais importante que o movimento se estenda, progrida regularmente, ganhe raízes e abranja o mais possível o proletariado americano em seu todo que vê-lo partir e progredir desde o início sobre um traçado teoricamente perfeito. Não existe melhor caminho para se chegar a uma clareza teórica e compreensão que se instruindo pelos próprios erros. E para uma classe em seu conjunto, não há outro caminho, principalmente numa nação que tanto desdenha a teoria como a dos americanos. O importante é levar a classe operária a pôr-se em movimento enquanto classe; uma vez alcançado isso, as pessoas encontrarão rapidamente a direção correta, e aquela que resistir — Henry George ou Powderly — será tranquilamente posta de lado com suas pequenas seitas. É por isso que também vejo nos Knights of Labour um fator muito importante para o movimento, que não deveria ser vilipendiado de fora, mas revolucionado por dentro, e considero que muitos alemães cometeram um grave equívoco quando tentaram fazer — diante de um poderoso e glorioso movimento que eles não haviam inventado — de sua teoria importada, e nem sempre compreendida, uma espécie de dogma, fora do qual não existia salvação, e cometeram graves equívocos também mantendo-se à distância de qualquer movimento que não aceitasse tal dogma. Nossa teoria não é um dogma, mas a exposição de um processo de evolução, que compreende fases sucessivas. Esperar que os americanos comecem plenamente conscientes da teoria formada nos países industriais mais velhos é esperar o impossível. O que os alemães deveriam ter feito era agir segundo sua própria teoria — se é que eles a compreendem como nós fazíamos em 1845-1848 —, caminhar para todo movimento real do conjunto da classe operária, aceitar o ponto de partida como um fato concreto e conduzi-lo gradualmente ao nível teórico, ressaltando que cada falta cometida, cada derrota sofrida, consistia numa consequência necessária dos erros teóricos do programa original. Eles deveriam, como diz o Manifesto Comunista, "representar no presente do movimento o futuro do movimento" e, antes de tudo, dar ao movimento tempo para se consolidar, não fazer da inevitável confusão inicial uma confusão pior, fazendo as pessoas engolir coisas que elas não podem realmente digerir atualmente, mas que elas aprenderão logo mais. No próximo mês de



Em 1980, a greve que obteve uma ampla solidariedade e sacudiu o país durante quarenta dias.

novembro, um ou dois milhões de vozes operárias por um partido de operários de boa fé, atualmente, têm muito mais valor que cem mil vozes em favor de uma plataforma doutrinariamente perfeita". (p. 23/24).

Mais próxima ainda de uma situação como a que vivemos com o PT é a discussão de Trotski com o SWP americano, em 1938. Podemos resumir como segue os elementos fundamentais da sua análise da situação:

- a inexistência de partidos operários de massas;
- a existência de uma situação que empurra os sindicatos e as massas para a ação política, a ação política torna-se claramente necessária para que a combatividade das massas não seja esmagada. O partido operário é uma necessidade objetiva.

- por outro lado, a crise caminha muito mais depressa do que o partido marxista-revolucionário (no caso, o SWP); este é demasiado pequeno, tem demasiado pouca autoridade para organizar os trabalhadores nas suas fileiras.

Assim, um elemento central da tática a ser seguida pelos marxistas-revolucionários é dizer às massas: formem o seu partido. Construam um partido operário independente.

É verdade que este partido pode vir a ser oportunista, reformista; mas seria um erro sectário deixar de defendê-lo por isto. Nós, por outro lado, defendemos que seja independente e revolucionário; os trabalhadores só podem impor a sua vontade por meio de um partido revolucionário. Assim, lutaremos para que este partido adote nossas palavras de ordem de transição (não todas de uma vez, mas uma a uma, à medida que se apresentem situações concretas).

A política dos marxistas-revolucionários, é de lançar duas palavras de ordem:

- por um partido operário independente;
- juntem-se ao nosso partido (o SWP, a organização marxista revolucionária).

A primeira palavra de ordem é necessária porque os

marxistas revolucionários não têm autoridade suficiente para dizer diretamente aos trabalhadores: entrem no nosso partido. Se numa reunião pode ocorrer que 5 pessoas estejam de acordo com isto, certamente 500 pessoas estarão de acordo com a construção de um partido operário. A segunda palavra de ordem é para os elementos mais avançados, e a primeira já prepara o terreno para ela. É preciso saber tornar concreta a palavra de ordem de um partido operário, e mostrar que deve ser um partido independente.

Trotski chegou a dar à primeira palavra de ordem a forma "partido operário baseado nos sindicatos". Tinha em mente um processo semelhante ao que deu origem ao Partido Trabalhista Inglês.

Segundo Trotski, seriam possíveis três tipos de partidos operários nos EUA naquele período: um partido pouco definido, um partido oportunista e centralizado, que criaria problemas para a participação dos revolucionários, e um partido revolucionário, com vários tipos de combinações possíveis entre estes tipos "puros".

Trotski chamava a atenção ainda para a possibilidade de que o partido operário viesse a ser reformista e oportunista levando à questão da forma de atuar neste período. A única coisa absolutamente certa, dizia ele, é que devemos deixar claro que a dissolução de nossa organização está fora de questão (nas condições existentes), que nós a julgamos necessária. Mas isto não significa que todos os companheiros devam se colocar abertamente na condição de militantes do SWP. Isto depende das circunstâncias; um companheiro que venha a se declarar abertamente militante do SWP deve ter uma atuação muito mais cuidadosa para fazer face às possibilidades de exclusão, etc. (sobre estas questões, e como estas se colocaram na história do movimento operário, existe um artigo de Michel Lowy "O marxismo e os partidos de trabalhadores", publicado no jornal "EM TEMPO", de 14 a 27/08/80, além da coletânea já citada sobre "A questão do partido").

A construção do partido revolucionário no Brasil — um caminho clássico

Voltando ao caso do PT no Brasil, podemos dizer então que é uma situação clássica. No momento em que foi lançada a proposta, não havia nenhum partido de massas operário no país, já que o PCB, a experiência que mais avançou nesta direção, sofrera um grande abalo na década de 60 (com inúmeras cisões, e com as consequências do golpe de 64). A imensa maioria da classe não conhecia jamais a independência política. Depois de um corte histórico, o proletariado apenas começa a por-se em movimento.

A radicalização das lutas sindicais, dos movimentos grevistas, empurra a classe para a luta política, deixa clara a necessidade de um partido próprio. E este partido tem um desenvolvimento programático inicial confuso com traços marcantes de economicismo, basismo. Mas vai aprendendo por seus próprios erros.

No seu interior, atua uma vanguarda marxista (na verdade, várias organizações e vários grupos de vanguarda, com posições que variam entre um reformismo de esquerda, o sectarismo e o marxismo revolucionário).

Essé é um caminho clássico. Como já vimos, trata-se de um caminho que foi considerado por Marx, Engels e Trotski.

Aqui, é possível a pergunta: e Lênin?

Grande parte da vanguarda formada sob influência do stalinismo adquiriu uma visão estreita do leninismo. Esta visão pode ser resumida na idéia de que um pequeno núcleo de vanguarda pode chegar a construir um partido capaz de dirigir um processo revolucionário se for capaz de ter um programa correto, e de ir agregando um a um novos militantes.

O que devemos dizer é que esta concepção não está de acordo com a história da construção do próprio Partido Bolchevique.

Já o grupo de Plekhanov, "Emancipação do Trabalho", pioneiro na introdução do marxismo na Rússia, encontrou por todo o país dezenas de iniciativas naturais semi-espontâneas no sentido da construção de um partido operário. Depois continuaram a existir iniciativas isoladas: Trotski, por exemplo, quando ainda estava acabando de aderir ao marxismo, construiu sem nenhuma conexão maior com o restante do nascente movimento social-democrata russo de então a sua "União Operária Da Rússia Meridional", na região do Nicolaiev.

Lênin militou por vários anos no único partido operário que se construía na Rússia, a Social-Democracia, que era então um dos mais frouxos em militância e centralização. Foi depois disso que passou a defender a sua concepção. Ainda assim, até o período entre 1912 a 1914, quando ocorre a cisão definitiva da social-democracia russa entre bolcheviques e mencheviques, somente a fração bolchevique que funcionava segundo o centralismo democrático, e Lênin ainda lutava pela unidade de todo o partido.

O partido bolchevique foi então formado a partir de uma fração dentro do Partido Operário Democrata Russo, através de um esforço de centralização e de clarificação programática. Nas épocas em que existia uma situação revolucionária, como em 1905 ou em 1917, Lênin virtualmente abriu o partido para que fosse integrado por toda uma vanguarda proletária emergente.

Os partidos da III Internacional, depois, foram formados de duas maneiras básicas. Nos países onde já havia grandes partidos social-democratas de massas, foram formados pela aglutinação da ala esquerda destes partidos, da ala que se identificou com a revolução russa. Nos países onde não havia partidos social-democratas expressivos, ou seja, nos países fora da Europa, os partidos comunistas foram formados reunindo rapidamente os militantes de origens diversas que se identificavam com a revolução russa.

Podemos concluir duas coisas: a primeira, que Lênin não praticou o método do pequeno grupo que apenas cresce militante por militante, tendo um programa já definido; a segunda, é que a situação com que se defrontou na formação da III Internacional é radicalmente diferente da que enfrentamos hoje: no lugar de contarmos com a identificação com a Revolução Russa, com as esperanças que despertou, para construirmos nossas fileiras, temos de enfrentar o stalinismo, que se apoia sobre a burocratização da URSS, temos que explicar porque tal burocratização foi possível, etc.

A teoria leninista do partido revolucionário define as características essenciais que deve ter este partido; mas não pode definir seus métodos de construção, que dependem de condições históricas gerais e das condições particulares de cada país.

Com estas colocações não pretendemos fazer uma análise detida do leninismo. Queremos apenas mostrar que, pelo fato de não encontrarmos na vida política de Lênin uma situação igual à do PT não podemos concluir que haja alguma oposição entre nossa política na construção do PT e o leninismo. Defendemos a necessidade, para a vitória da revolução proletária, de um partido centralizado, leninista. Mas tal partido, nas condições do Brasil, não pode ser construído simplesmente através da tentativa de ganhar militantes para um núcleo leninista. Pois um partido, para poder dirigir o processo revolucionário, tem de ser capaz de dirigir o movimento de massas.

A construção do partido revolucionário no Brasil — não é possível apenas refazer o caminho clássico

Em resumo, o proletariado está construindo o seu próprio partido no Brasil através do PT, com uma vanguarda marxista no seu interior. E este é um caminho clássico na construção de partidos operários. Mas não é possível simplesmente querer repetir a história.

Isto não pode ocorrer, simplesmente, porque a história andou muito desde a construção dos primeiros grandes partidos operários. Podemos desdobrar este "andou muito" em dois aspectos:

— há uma série de experiências da luta de classes que precisam ser integradas no programa operário, para permitir que sua luta avance melhor. Isto dá à atuação da vanguarda marxista um peso muito maior do que supunham Marx e Engels. Engels, sobretudo, tinha uma visão excessivamente otimista, de que o desenvolvimento dos partidos operários seria alguma coisa linear. Sabemos hoje, que não foi assim.

— em segundo lugar, a marcha da história significou a cristalização de diversas correntes no movimento operário, que não é possível desconhecer. Não há apenas uma vanguarda marxista trabalhando dentro do PT, há várias, e com projetos bem distintos. Há correntes internacionais (social-democracia, stalinismo, e temos de considerar também a igreja), que têm sólidos apoios materiais. Hoje, no Brasil, a social-democracia tem pouca força, não existe como corrente organizada, e o stalinismo "duro" não está no PT. Mas estão diversas correntes, sobretudo centristas, que têm para ele um projeto que não é o da independência política de classe.

Há um conjunto de razões, e em primeiro lugar a correlação de forças entre as diversas forças que estão no PT, que impedem o PT de ser hoje um partido revolucionário. Como desenvolveremos mais adiante, só podemos pensar em o PT vir a se tornar um partido revolucionário (não no sentido de ser objetivamente revolucionário, o que já é, mas no sentido do marxismo revolucionário) numa conjuntura revolucionária e com a existência de uma organização marxista-revolucionária suficientemente forte para disputar a sua direção. Assim, hoje temos de dar uma importância muito maior à atua-



Partido de massas, o PT tem as suas potencialidades vinculadas ao avanço da luta de classes.

ção organizada dentro do partido do que consideravam Marx e Engels no "Manifesto Comunista".

Hoje, o correto não é os marxistas se considerarem uma vanguarda que trabalha para a construção do partido operário como partido revolucionário, o correto é constituírem uma organização revolucionária que luta pela sua própria construção no interior de um movimento mais amplo pela construção de um partido operário.

Porque se justifica a necessidade de uma organização marxista-revolucionária hoje?

Tentemos desdobrar o que foi colocado acima sobre a necessidade de uma organização marxista revolucionária. É necessário ter uma compreensão inteiramente clara sobre esta questão, pois é um dos pontos de questionamento mais importante, que se apresenta a todo momento nos debates sobre a construção do PT.

O primeiro argumento é que esta construção do PT não vem sendo e não será espontânea. Tem sido, e será necessário assumir um projeto de construção do PT, tanto para fazer frente às visões distintas (que não consideram o PT um partido operário), quanto para lutar pela superação das debilidades do PT, para que assuma uma atitude mais ativa nas lutas políticas, etc.

Um segundo argumento é que a luta de classes já trouxe uma série de ensinamentos, resumidos em um programa revolucionário, que o PT não tem condições de assimilar hoje: querer que ele faça isto, seria querer estreitá-lo. Portanto, esse programa tem que ser adotado e desenvolvido por uma organização revolucionária distinta do PT. Só com a existência desde já de uma organização formada na defesa deste programa revolucionário será possível que o PT, numa outra conjuntura, possa vir a assumir este programa.

Por outro lado, embora seja incorreto pretender que hoje o PT assuma um programa marxista-revolucionário, no seu conjunto, não é incorreto lutar para que as-

suma certos elementos deste programa. De qualquer maneira, esta defesa só pode ser feita a partir de uma organização revolucionária. Os elementos básicos desse programa são:

- a) A luta pela democracia interna: apesar de ter nascido sendo em grande parte organizado pela base, o PT não deixou de ser marcado por deformações quanto à democracia interna, por incompreensões de elementos importantes. Dois pontos devem ser destacados: o controle da direção pela base; e a importância de garantir os direitos das minorias em todos os níveis do partido, inclusive da direção. A democracia interna é um elemento fundamental para evitar a burocratização do partido.
- b) A luta pela democracia operária e pela auto-organização do proletariado:

Não há a menor dúvida de que é uma questão decisiva. Tanto porque sem democracia operária ficam reforçadas as tendências à divisão da classe, diminuindo a unidade na luta, quanto porque a luta por formas de auto-organização, por uma democracia o mais participativa possível, joga um papel estratégico na preparação da luta por um estado operário, um estado baseado na democracia direta exercida pelas massas.

Naturalmente, a democracia operária é importante para garantir o sucesso da luta contra as deformações burocráticas, inevitavelmente ligadas a políticas de colaboração de classes, reformistas.

Não é difícil ver que esta questão está longe de ser assimilada pelo PT. Entre as organizações que participam dele, há algumas com fortes traços stalinistas. Os sindicalistas autênticos, por outro lado, como já foi lembrado, foram formados dentro do sindicalismo atrelado brasileiro, uma das estruturas menos democráticas que existem. Apesar de toda a sua evolução, não perderam alguma influência, por exemplo o paternalismo, práticas de manipulação, uma desconfiança diante de formas de auto-organização de base (o que tem sido notado dentro do PT, por exemplo na reticência a dar um peso mais forte aos núcleos nas decisões).

- c) A natureza dos países ditos socialistas, a democracia socialista;

Esta é uma questão-chave nas relações internacionais do PT. Que posição adotar diante da repressão aos "dissidentes" no Leste europeu? Que posição adotar diante das greves na Polônia?

A determinação da natureza dos países do "bloco socialista" é também importante para a definição da natureza dos PCs (são correntes do movimento operário ou não?) e para definir a política a ser seguida diante deles. Isto nos conduz à questão da política de frente única operária, e da luta pela unidade da classe.

d) A relação do PT com a política de frente única operária, embora complexa, será discutida mais adiante. De qualquer maneira, é fundamental que o PT assimile o elemento básico desta política: a necessidade de lutar pela unidade de classe, e de fazê-lo numa perspectiva classista, e não de colaboração de classes.

Neste aspecto, há vários problemas no PT:

— diversos setores não compreendem a importância de lutar junto com os reformistas, tendem então a uma política esquerdista.

— por outro lado, existe também dentro do PT a defesa de uma "frente popular", tanto por parte de parlamentares quanto de organizações centristas. Não está clara a necessidade da independência política de classe, apesar de o PT ter sido formado com base nisto, e apesar do forte sentimento classista dos sindicalistas autênticos.

— falta a compreensão da importância de um aspecto decisivo na luta pela unidade da classe: a defesa da democracia operária, da organização pela base.

e) O internacionalismo:

Já há no PT uma aceitação do princípio da "solidariedade internacional". Mas nem de longe há a compreensão de que a luta dos trabalhadores é uma luta internacional, que exige uma organização internacional. Há correntes dentro do PT totalmente opostas a isto. Este foi um dos terrenos em que o stalinismo fez mais estragos, tanto diretamente (dissolvendo a III Internacional, dizendo que ela não era mais necessária) quanto indiretamente (pela repulsa provocada por seu tipo de internacionalismo: submissão de todo o movimento comunista à burocracia do Kremlin).

Fatos extremamente positivos foram a decisão do Lula de ir às comemorações do primeiro aniversário da revolução nicaraguense, e o esforço em conseguir apoio internacional para a luta contra os julgamentos dos líderes da greve do ABC.

f) As reivindicações de transição:

Esta questão decisiva para uma tática de conduzir as massas na direção do socialismo, para ajudá-las a compreender que o socialismo é necessário, ainda não foi discutida enquanto tal no PT, apesar de diversas palavras de ordem de transição terem constado da plataforma inicial.

g) Finalmente, é preciso lembrar que a base da construção do PT, a questão chave da necessidade da independência política dos trabalhadores, vem sendo questionada dentro do PT, que há organizações participantes do PT que se opõem a ela.

Por fim, há ainda um terceiro argumento, que justifica uma organização revolucionária. A capacidade de centralização e de direção das lutas. Hoje, o que o PT tem feito neste sentido é quase nada. Devemos lutar para que avance, mas de qualquer maneira, pela sua necessária heterogeneidade hoje, pela impossibilidade de que assumam um claro programa revolucionário, e o centralismo democrático, a capacidade de direção do PT será limitada.

As limitações do PT

O PT poderá vir a ser um partido marxista-revolucionário de massas?

Naturalmente, as insuficiências de definição do PT

mencionadas são apenas algumas questões-chave, que devemos defender desde já. Na verdade, é o conjunto do marxismo, da teoria da luta da classe operária, que não foi assimilado pelo PT.

Diante disso, cabe a dúvida: é possível considerar o PT como um partido operário, como um caminho na construção de um partido marxista-revolucionário de massas? Não seria uma ilusão acreditar que o PT poderia vir a assimilar o marxismo, ainda que em um prazo bastante longo?

Colocar esta dúvida significa esquecer o que é o programa marxista-revolucionário: uma compreensão científica do funcionamento da sociedade, da história, e um resumo, uma síntese de experiências fundamentais da luta de classes. Não tem nada de artificial ou de particularista. Muito pelo contrário: é um resultado natural (embora não espontâneo, já que exige uma teoria científica) ao qual chegamos necessariamente se nos mantemos fiéis aos interesses dos trabalhadores.

Isto é comprovado pelo desenvolvimento histórico do marxismo na América Latina. O desenvolvimento inicial assumiu formas claramente revolucionárias, muito mais próximas da teoria da revolução permanente que da teoria da "revolução por etapas", de colaboração de classes, de confiança na burguesia nacional-menchevique e stalinista. Esta concepção reformista só passou a predominar pela influência, pelo controle que a III Internacional degenerada exerceu sobre o movimento comunista a partir de meados da década de 30. E quando a revolução cubana começou a questionar o domínio da burocracia sobre a esquerda latino-americana, houve de novo uma tendência à retomada de uma visão revolucionária.

A dificuldade de assimilação e divulgação do programa marxista-revolucionário no Brasil e em particular dentro do PT não vem nem da sua "artificialidade" nem de alguma suposta incultura, ou algum atraso do proletariado brasileiro. Vem muito mais da presença de vanguardas ainda muito marcadas por concepções stalinistas (etapistas, frente-populistas, burocráticas), ou por vanguardas tornadas céticas com relação ao leninismo por repulsa ao stalinismo. A experiência recente do proletariado brasileiro mostra que a importância das formas de auto-organização, de democracia de base, é assimilada facilmente. Dentro do PT, conceitos como "partido sem padrões" tiveram uma grande importância na popularização da proposta.

Mais uma vez, é bom lembrar que também os partidos operários marxistas "clássicos" tiveram inicialmente um programa muito confuso. Assim, é totalmente incorreto já querer estabelecer como uma preliminar que o PT não é e não pode vir a ser um partido revolucionário marxista.

Mas como já mencionamos anteriormente, há um conjunto de razões (o caráter inicial do movimento do proletariado brasileiro rumo à independência política, rumo a assumir a plena consciência dos seus interesses históricos), mas principalmente a correlação de forças entre as diversas correntes do movimento operário, que impede o PT de ser hoje um partido marxista-revolucionário, um partido com um programa claramente revolucionário.

Para que o PT possa vir a ser um partido revolucionário, são necessárias duas condições:

— um avanço qualitativo no grau de consciência e de combatividade das massas, que mudasse de maneira decisiva a correlação de forças entre as diversas correntes do movimento operário em favor das que estão mais à esquerda: o que ocorreria, por exemplo, numa situação pré-revolucionária, ou revolucionária.

— a existência, neste momento, de uma organização marxista-revolucionária, forte o bastante para poder disputar e conseguir que o PT assumam um programa e uma ação revolucionária completa.

Hoje, esta não é, evidentemente, a situação. Portan-

do, devemos dizer claramente: nossa política atual não é transformar abruptamente o PT num partido revolucionário; este seria uma política inviolável, estreita, e nos levaria a um processo de sectarização. Nosso horizonte hoje é mais modesto: que o PT se mantenha um partido claramente classista, e que lute contra a ditadura militar, e a exploração capitalista.

O máximo que devemos buscar como programa para o PT é o programa de transição, que não representa todo o programa revolucionário, mas apenas a sua parte mais "assimilável", mais próxima às condições da consciência das massas. E não devemos querer que o PT assumo o programa de transição todo de uma vez, mas uma palavra de ordem depois da outra, à medida que se apresentem condições concretas.

Não lutamos para construir um partido reformista, é evidente: lutamos por um partido revolucionário. Mas é preciso saber como fazê-lo, que passos se colocam a cada momento.

A construção de uma organização marxista-revolucionária

Trotsky dizia, nas discussões com o SWP americano, que era necessário colocar duas palavras de ordem:

— os trabalhadores devem construir seu próprio partido.

— integrem o nosso partido (o partido marxista-revolucionário).

Nas condições atuais do Brasil, isto significa:

— é necessário construir o Partido dos Trabalhadores, como um "PT mesmo", isto é, um partido independente da burguesia, sem patrões; um partido que organize os trabalhadores para a luta, que seja uma direção;

— trazer os trabalhadores para o marxismo revolucionário e para uma organização revolucionária.

Como já dissemos no item 2, isto exige não apenas um ascenso do movimento operário, que traga os trabalhadores para posições mais radicais, mas também a existência de uma organização que seja vista como uma alternativa confiável. Hoje, isto quer dizer uma organização que esteja cumprindo um papel decisivo na construção do PT.

Assim, a construção de uma organização hoje pode ser resumida em:

— construir uma organização marxista-revolucionária de combate, que participe ativamente das lutas operárias e populares, que seja capaz de orientar estas lutas, e que desempenhe um papel decisivo na construção do PT. Tal organização poderá ser uma referência para os setores da esquerda do PT, integrar a vanguarda emergente do movimento operário, levar à vanguarda proletária o marxismo revolucionário, realizar sua fusão com esta vanguarda.

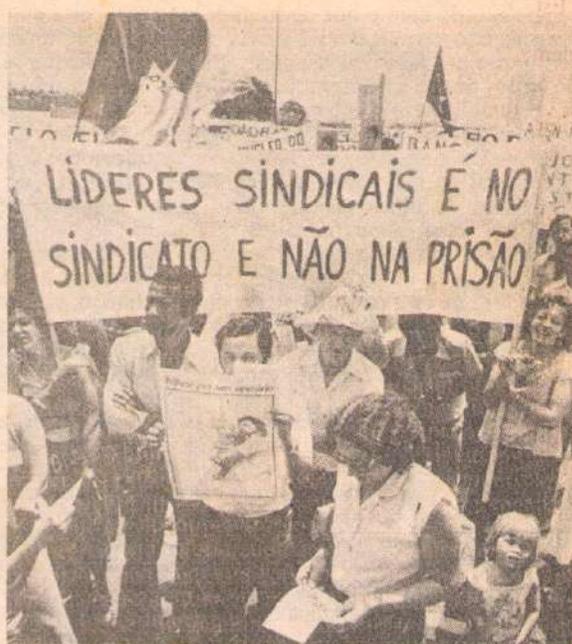
Problemas envolvidos em uma política marxista-revolucionária para o PT

a) o questionamento da "dupla militância"

Esse questionamento tem assumido a forma de chamar de "vestir duas camisas", de deslealdade, a participação em um organização revolucionária no interior do PT.

Podemos responder a isto sem dificuldades: a "camisa" dos revolucionários é a revolução proletária, é trabalhar pela revolução proletária. Isto hoje exige tanto construir o PT quanto construir uma organização marxista-revolucionária. São duas maneiras complementares de chegar ao mesmo objetivo, isto é, o partido marxista-revolucionário, de massas, necessário, para a derrocada do poder burguês.

Os marxistas reconhecem que não existe ainda um



Durante toda a sua história, as lideranças do PT têm sofrido a ameaça permanente da repressão política

partido revolucionário no Brasil, não podemos pretender que alguma organização seja este partido hoje. O programa marxista inclui um partido operário de massas, lutamos para construir este partido. Hoje, reconhecemos que o PT — ainda em construção — é o partido que tem a maior possibilidade de ser um partido operário independente de massas; mais que isso, hoje é a única possibilidade de construção deste partido.

Por isto os marxistas estão no PT como militantes leais, não fazem "entrismo", como o que se poderia fazer uma organização reformista, contra-revolucionária, mas trabalham para construir o PT. Não estão aparelhados ou "parasitando" o PT: lutam pela sua construção.

Mas o PT não está pronto. Nem podemos vir a garantir que chegue a um bom resultado. Acreditamos que, para atender aos interesses históricos de classe operária, o PT deverá adotar o programa do marxismo revolucionário.

Enquanto o PT mantiver seu caráter inacabado, julgamos necessário, por estas razões, a existência de uma organização. Se o PT completar seu processo de formação, será marxista-revolucionário (caso em que, naturalmente, não se justificaria manter uma organização distinta, e se colocaria a questão da dissolução no seu interior), ou terá sofrido um desvio no seu caminho, (caso em que será necessário definir uma outra tática).

Esta falsa questão das "duas camisas" pode ser resolvida com a instauração de uma ampla democracia no PT, que garanta o direito de tendência e de fração para todas as correntes, e com a cobrança de todos os militantes do PT de lealdade na sua construção.

b) Em todas as atividades, é preciso construir o PT.

Esta é uma necessidade básica. O PT deve ser um partido operário militante, e portando um partido que participe ativamente enquanto tal de todas as lutas, que procura organizar os trabalhadores, tornar-se a sua direção. Portanto, em qualquer frente de trabalho, é necessário encontrar a maneira de ao mesmo tempo estar construindo o PT: fazendo que intervenha através de um núcleo, que tome uma posição como partido, que mobilize os seus militantes para cada situação que se apresentar.

c) O PT e a frente única operária.

Em vários momentos, tem aparecido a idéia de que o PT é a realização da frente única operária.

De acordo com o que discutimos até agora, esta concepção não é correta: o PT é um partido, e não agrupa o conjunto da classe. Mas é necessário precisar melhor as relações do PT com a política de frente única operária.

Esta política foi desenvolvida a partir de uma situação específica, existente nos primeiros anos da III^a Internacional. Uma situação em que havia partidos operários de massa, mas dividindo a classe: além dos partidos comunistas, revolucionários, continuavam existindo os partidos social-democratas, reformistas.

Não era esta a situação alguns anos antes: no momento do auge da III Internacional, em vários países, havia partidos que unificavam a massa dos trabalhadores, que dirigiam o conjunto dos sindicatos. E eram partidos marxistas, classistas. No entanto, sofreram um processo de integração na sociedade capitalista e no estado burguês.

A partir daí, a sua ala esquerda rompeu com eles, e iniciou a construção de partidos revolucionários novos e de uma nova Internacional. A princípio, Lênin e seus camaradas tiveram a ilusão de que, na conjuntura de crise do capitalismo do pós-guerra, com a influência e o exemplo da revolução russa, seria possível retirar toda a massa da influência da velha social-democracia. Como sabemos, esta possibilidade não se realizou.

A política de frente única operária, assim, foi elaborada para retomar a luta pela unidade da classe operária. Tinha uma dupla característica: reconhecer os partidos social-democratas como partidos operários (embora tivessem uma política favorável à burguesia), e reformistas, dos quais é preciso retirar toda a influência. Os partidos reformistas são adversários da revolução, lutam contra ela, são contra-revolucionários. Mas têm uma base operária e não podemos exigir que esta base acredite na nossa palavra de que seu partido, suas direções, são inimigos da revolução socialista. Só podemos retirar esta base da influência dos partidos reformistas através de demonstrações práticas da sua recusa em assumir lutas de interesse da classe.

Para levar à frente esta política, é claro, é preciso dispor já de um partido. Depois que também a III Internacional tomou o curso do reformismo, passaram a existir em muitos países dois partidos reformistas de massas, e nenhum revolucionário! Lutar pela unidade da classe numa perspectiva classista continuou sendo necessário, mas tornou-se muito mais difícil.

O problema se coloca de maneira diferente em países onde não há partidos operários de massa: a questão central então passa a ser construir um partido operário de massas.

Não poderia ocorrer que este partido (no nosso caso, o PT), reunisse no seu interior todas as correntes fundamentais do movimento operário, e se tornasse então ele mesmo uma expressão da unidade da classe, da frente única? A hipótese existe, mas é pouco provável. As divisões dentro da classe operária estão muito consolidadas; há partidos reformistas que já se julgam o "verdadeiro" partido (como o PCB e o PC do B), que não vão desaparecer: têm aparelhos de razoável solidez. Não está num horizonte próximo a participação destas correntes na construção do PT.

O que está acontecendo, então, e é provável que continue, é que o PT se construa, ao lado de uma corrente reformista (PCB, PC do B, MR-8). E que então a partir do PT seja necessário fazer uma política de frente única com esta corrente (que aliada a pelegos ainda terá uma força grande).

d) a questão da legalização

A legalização do PT é importante para que ele possa reforçar seu caráter de massas, para que possa aproveitar momentos importantes e ricos de possibilidades como as eleições, etc. No nosso entender, pode ser feita sem atentar contra seu caráter de classe, e garantindo o essencial da democracia interna.

No entanto, a necessidade da legalização foi brandida

por setores reformistas, especialmente ligados a parlamentares do PT, como um argumento em favor da descharacterização do PT, e como uma maneira de queimar as correntes mais à esquerda, sob a alegação de que não se preocupam com a legalização.

É fundamental que os marxistas-revolucionários continuem à frente do esforço pela legalização. Tanto pela importância de que isto se reveste, quanto para não deixar o campo aberto a que os setores reformistas do PT conduzam a legalização de modo a descaracterizar o PT e a restringir a democracia interna.

Um outro problema é a necessidade de combater a ideia de que a legalização pode ser garantida com esperanças na definição dos estatutos e do programa do PT, com concessões à burguesia. Naturalmente, é conveniente evitar ao máximo armadilhas legais que possam ser usadas contra o PT.

Mas devemos afirmar claramente, qualquer que seja a nossa espreiteza ou a nossa disposição de fazer concessões, a ditadura sempre poderá encontrar algum pretexto para não legalizar o PT. Assim, em última análise, a garantia da legalização do PT estará na força do próprio movimento de sua formação, na força do movimento operário e da oposição em geral.

e) A possibilidade de degeneração do PT

O caminho para a construção do PT, para que ele assimile o programa revolucionário, será sem dúvida não apenas longo, mas tortuoso. Já houve momentos de recuo (como o do Encontro Nacional de 1980), em que a proposta sofreu uma sensível diluição, e, mais importante ainda, evidenciaram-se importantes deformações burocráticas, restringindo a democracia interna (em especial, a recusa em admitir a participação de correntes minoritárias na direção, o inchaço do plenário com convidadas com direito a voto, etc.). Outros momentos semelhantes certamente virão.

Um risco que correm os marxistas revolucionários, neste processo, é o de concluir prematuramente que o PT se degenerou. A regra básica a adotar é uma extrema prudência nesta caracterização. Afinal, o PT ganhou força como uma proposta de construir um partido dos trabalhadores, sem patrões, com um programa na linha dos interesses históricos dos trabalhadores, lutando por um governo dos trabalhadores, etc. É tamanha a força desta proposta, sua necessidade objetiva hoje, que ela de certa maneira limitou o raio de ação das correntes que se opõem a ela, fez com que ninguém se colocasse abertamente contra ela.

A proposta inicial do PT tem uma força enorme, caiu em terreno fértil. Não vai ser enterrada com facilidade. Será preciso alguma prova prática muito clara para concluir que o PT degenerou.

Por uma razão semelhante, é preciso prudência no lançamento de uma corrente pública dentro do PT, em torno da defesa do "PT mesmo".

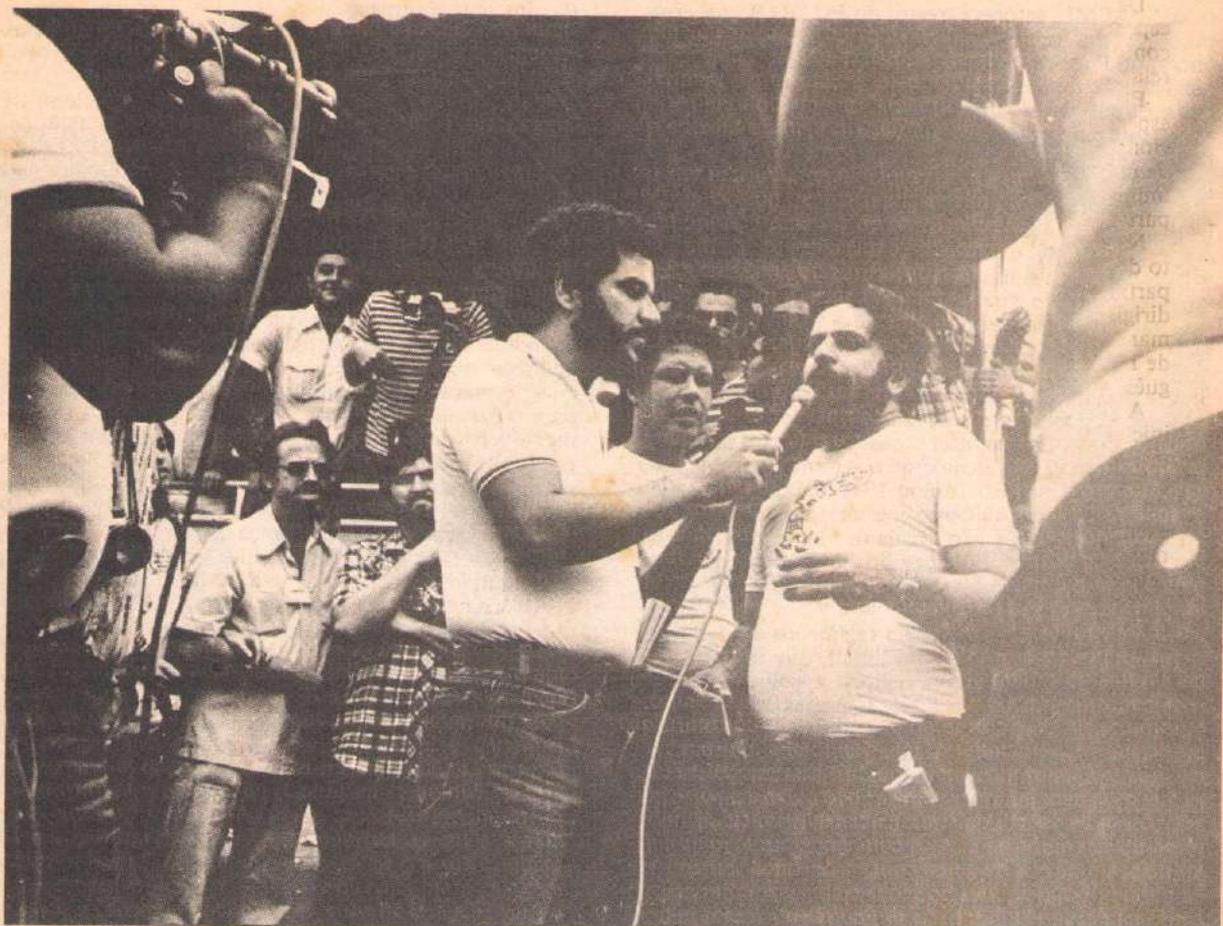
Diante de divisões pouco claras e pouco consolidadas, o mais correto é ter intervenções localizadas em defesa da democracia interna, da independência política, que já sirvam a um combate político e ideológico, mas sejam menos cristalizadoras.

Isto não significa, de nenhuma maneira, que julgemos impossível a degeneração do PT. Significa que não consideramos que ela esteja próxima, e que com a política definida, estaremos nas melhores condições para saber o que fazer quando a ocasião se apresentar (se se apresentar).

f) A necessidade de evitar a diluição no PT

A orientação que os marxistas devem seguir é a de jogar toda a sua força para garantir a construção do PT como partido operário independente. Sabemos que esta construção não seguirá (como não seguiu até agora) caminhos tranquilos; terá momentos de recuo, nos quais os revolucionários deverão ter muita flexibilidade.

Ter esta flexibilidade será tanto mais fácil quanto mais claramente os marxistas tenham uma personalidade



Lula, de dirigente sindical a partidário: uma experiência vivida por uma vasta vanguarda classista surgida nas greves.

de pública própria, quanto mais claramente aparecerem dentro do PT com o seu perfil político próprio. Mantendo sua identidade, os marxistas estarão menos dependentes das oscilações por que pode e deve passar o PT, poderão respeitar mais tranquilamente os ritmos do próprio partido. Não estarão obrigados a forçar alguma posição revolucionária artificial.

Resumo da política marxista-revolucionária no PT.

a) é uma política de massas, para ajudar as massas a se colocarem em movimento na cena política, a passarem de lutas sindicais para lutas especificamente políticas; não é uma política apenas para setores de vanguarda.

Sendo uma política em direção às massas, será preciso evitar qualquer precipitação. Vale a regra de que as massas aprendem fundamentalmente pela sua própria experiência.

b) é uma política para ajudar as massas a lutar contra a ditadura militar e a se colocar num caminho anti-capitalista, e lutar pelo seu próprio poder, a adotar uma perspectiva revolucionária. Isto se desdobra;

— na luta pela independência política dos trabalhadores, pela sua auto-organização independente.

— na luta por reivindicações de transição (ponte entre a consciência atual das massas e as lutas anti-capitalistas). Não se trata de buscar de uma vez só a aprovação do Programa de Transição, mas de defender suas palavras de ordem à medida que se apresentem situações concretas.

c) o método básico para tornar o PT tanto massivo quando revolucionário é a sua ligação com as lutas ope-

rárias, sua organização como partido de intervenção, partido para a luta: desta maneira será reconhecido pelas massas, e desta maneira ocorrerão situações que permitirão a assimilação de reivindicações de transição.

d) é uma política para construir um partido marxista-revolucionário de massas.

Como já dissemos, não podemos garantir que o PT se torne marxista-revolucionário, e nem mesmo revolucionário.

Ele pode vir a ser revolucionário sem ser marxista-revolucionário; neste caso, poderá até tomar o poder, destruir o capitalismo, mas terá dificuldades em evitar deformações burocráticas. Portanto, é necessário lutar por um partido marxista-revolucionário de massas.

Não podemos defender isto para o PT desde já: isto seria estreitá-lo. Portanto, os marxistas defendem suas posições, organizam uma corrente, e procuram construir uma organização. Com um avanço qualitativo do grau de consciência e de mobilização de massas, numa situação revolucionária ou pré-revolucionária, aí sim será possível lutar para que o PT adote o programa do marxismo revolucionário. Isto exigirá uma organização revolucionária suficientemente forte e respeitada para concretamente imprimir esta direção ao PT.

IV - O PT hoje

a) No último ano e pouco, o progresso da construção do PT foi notável. Já com a realização do Encontro Nacional em 1980, o partido deu uma nova prova de sua viabilidade.

Contudo, esse avanço não se fez sem alguns recuos.

Pouco antes do Encontro, assistimos à entrada no PT de organizações e grupos que defendiam o "partido po-

pular": APLM, setores egressos do PC DO B, que compuseram uma frente com setores que já estavam há mais tempo no PT: Ala Vermelha, grupo Unidade. Cresceu a participação de parlamentares, em geral mais preocupados com um partido que funcione como máquina eleitoral do que para organizar a luta. Também cresceu a participação de setores de base e de esquerda da Igreja, que passaram a ter um peso importante.

Estes setores compuseram um bloco, para os encontros regionais do Rio e de São Paulo, e para o Encontro Nacional de 1980, e conseguiram avançar fazendo pesar as posições que viam o PT não como um partido de classe, mas como um "partido popular" ou uma frente.

Para isto, o elemento chave foi a influência que alguns de seus principais porta-vozes ganharam sobre os sindicalistas mais importantes. Osmarzinho, um dos seus pontas de lança, estava além disso no auge da popularidade, depois da greve de São Bernardo. Com esta influência, conseguiram fazer passar regras para os encontros que viçavam a democracia interna: existência de convidados (afinal fixados em 10% dos delegados eleitos, mas de fato em número superior), aceitação de delegados de núcleos que não existiam. Mais importante do que tudo, o apoio do Lula garantia a vitória de qualquer chapa, pois é inconcebível hoje organizar o PT sem a sua participação.

Tudo isto foi reforçado pelo regimento adotado nos encontros (de São Paulo e nacional), que estabelecia a eleição de uma direção com maioria absoluta de votos, sem direito de representação de minorias.

Com estes mecanismos, a "corrente popular" do PT se tornou majoritária sem ter a maioria dos militantes filiados, e sem ter a maioria sequer dos delegados.

Naquela altura, manifestaram-se ainda duas outras correntes. Uma, a que defendia claramente o PT como um partido classista, além de reunir numerosos militantes independentes, contou fundamentalmente com as organizações ou grupos que se reclamam do marxismo revolucionário e do trotskismo, e com setores da antiga Política Operária. Foi a corrente excluída da direção nacional.

Outra, é a impropriamente chamada de "social-democrata". Caracteriza-se por recursar o leninismo. Mas, defendendo o PT como partido operário, e apesar da pouca clareza na luta pela independência política dos trabalhadores, estaria antes na esquerda do PT.

Finalmente, devemos considerar a existência do MEP, organização que, apesar de ter posições diferentes, gravitou em torno do bloco da "corrente popular".

Mas a vitória da "corrente popular" foi pouco profunda, e efêmera. Em primeiro lugar, não conseguiu mudar as definições básicas do PT, que foram preservadas no Encontro, embora algo diluídas. Em segundo lugar, depois do Encontro, o bloco se rompeu, e o PT caminhou na direção de se consolidar como partido de classe.

Além de continuar a ganhar audiência entre a classe trabalhadora, cresceu no interior do PT a concepção de que deve ser construído como partido operário e de massas. Uma prova clara disto foi justamente a saída dos principais defensores da concepção de "frente popular". O partido começou a mostrar maior sensibilidade para a necessidade de uma linha sindical, para a necessidade de um jornal. Foi consolidada a idéia de partido organizado em núcleos militantes, um dos pontos que fora mais bombardeado pela "corrente popular".

b) A condução do processo de legalização do PT, feita garantindo no fundamental a democracia interna, a construção de baixo para cima, foi uma grande vitória.

A ditadura realizou diversas investidas contra o partido: os processos movidos contra os seus principais dirigentes, enquadrados na Lei de Segurança Nacional; o assassinato de um dirigente municipal do PT, no Acre, invasões de sedes do partido, demissões de militantes do

PT dos seus empregos.

Apesar de tudo isto, e apesar das dificuldades postas pela própria legislação, as condições para o registro provisório do partido estão dadas.

c) A pré-convenção nacional de 1981 consolidou os principais progressos do partido. No plano político, reforçou a importância da independência política, e definiu uma tática eleitoral apoiada na idéia da mobilização e da participação das bases. Definiu um eixo central de luta para o partido, contra o desemprego e calcado na plataforma do 1º de maio em São Bernardo.

No plano da democracia interna, foram corrigidas as principais distorções do encontro anterior. Foram definidas como norma as pré-convenções, e a formação de conselhos de núcleos, garantindo a sua participação nas deliberações.

A formação da direção apresentou mais progressos: para o Diretório Nacional, foi levado em conta basicamente o tirado em cada estado, e foi garantida a participação de toda as correntes políticas petistas. Por outro lado, na formação da Executiva Nacional, houve ainda um processo fechado, e indicando além disso a persistência de uma certa desconfiança com relação às correntes de esquerda organizadas. (EM TEMPO nº 134).

O alinhamento de forças se modificou sensivelmente.

A corrente que defende o PT como partido operário independente apareceu reforçada. Além dos antigos defensores, outros setores se aproximaram desta posição (Ala Vermelha, a corrente conhecida como "PT de lutas") e, sobretudo, os sindicalistas assumiram no geral esta concepção. Os setores mais explicitamente identificados com o frente-populismo ficaram extremamente minoritários, travando um combate de retaguarda (principalmente na defesa das coligações).

d) Apesar da evolução fundamentalmente favorável do PT, continuam a existir problemas, e importantes.

— o avanço da idéia "PT mesmo", PT militante, tem ocorrido porque esta é a concepção da base do partido, e por uma evolução significativa da vanguarda sindical. Mas permanecem diversos grupos (centristas) que se orientam pelo "PT frente", ao mesmo tempo que se incorporaram com certo peso organizações que não têm um compromisso claro com a construção do partido (OSI, CSI). Os parlamentares continuam a dar mais peso à concepção de organização de tipo eleitoral: há diversos setores dentro do partido que compartilham destas concepções parlamentaristas.

As forças que defendem de maneira consequente e organizada o "PT mesmo" são ainda poucas.

— permanece a dificuldade de funcionar como partido, de fazer política. Aumentou a sensibilidade para estes problemas, mas ainda está por ser organizado o partido de maneira militante, e estão por serem definidas orientações claras para a luta em todos os movimentos sociais e no combate à ditadura. No último período, o esforço pela legislação atrasou a solução destas questões.

— o regime continua e continuará a colocar obstáculos ao funcionamento do partido.

d) Diante deste quadro, as principais prioridades para o PT são:

— após garantir a legalização, lutar pela nucleação dos militantes, pelo funcionamento dos núcleos como estrutura fundamental do partido; consolidar as conquistas no plano da democracia interna;

— lutar pela construção de um aparato que permita ao PT funcionar como partido; boje a tarefa mais importante neste sentido é o lançamento de um jornal nacional;

— lutar pela construção política do partido, para que tenha orientações claras, para que seja capaz de ter uma intervenção sindical ativa, de lutar contra a ditadura, de estar presente em todos os planos da luta de classes.

Agosto de 1981

JUVENTUDE E TRABALHO: PRESSUPOSTOS PARA INÍCIO DE UM PROGRAMA

O tema do trabalho da juventude é complexo e suscita debates vigorosos na academia e nas organizações de esquerda. Neste artigo, desenvolve-se o argumento de que a reflexão sobre a realidade social do trabalho da juventude e a elaboração de políticas públicas direcionadas a interferir neste quadro no país precisa se assentar em cinco pressupostos básicos.

Primeiro, considerar que o tema do trabalho é pertinente para o segmento juvenil. A maioria dos jovens está no mundo do trabalho e as políticas desse campo os afetam profundamente. **A juventude é uma etapa do ciclo de vida, com diversidades e desigualdades intrínsecas a ela, e, no Brasil, temos uma juventude majoritariamente trabalhadora.**

Segundo, para além da constatação empírica que a juventude está no mundo do trabalho, há que se reconhecer que **a juventude tem direito ao trabalho - e trabalho decente**, garantidos na Constituição Federal e no Estatuto da Juventude. **Isso significa que não é suficiente pensar as políticas de juventude como políticas de “não-trabalho”, ou dedicadas exclusivamente à retardação da entrada no mundo do trabalho.** Ainda, deve-se combinar a luta por garantia de possibilidades de inserção protegida no mundo do trabalho com a luta contra a crescente precarização e contra os programas que estimulam formas de subemprego, relações sem vínculo formal, sem direitos e sem proteção. As medidas de superação do desemprego não podem estar apoiadas na promoção de trabalho precário.

Terceiro, reconhece-se que as experiências da juventude com o mundo do trabalho são diversas e exigem diferentes tipos de políticas públicas que, a partir deste reconhecimento, atuem no sentido de promover direitos e reduzir desigualdades.

Quarto, as proposições para uma transformação do futuro não podem prescindir do enfrentamento da situação presente e deixar sem resposta as questões vividas pelos jovens no mercado de trabalho. Não se pode falar do mundo que há de vir sem enfrentar o mundo que há. A juventude é setor especialmente afetado pela precarização do trabalho, radicalizada pelo atual estágio do neoliberalismo e agravada pela pandemia da COVID-19.

Quinto, deve-se compreender os jovens como atores políticos centrais desse processo, já que os jovens trabalhadores também tomam parte nas lutas de resistência e por transformações no mundo do trabalho, e devem ser vistos e levados em conta como tal: sujeitos com uma experiência e voz a participar da elaboração das soluções.

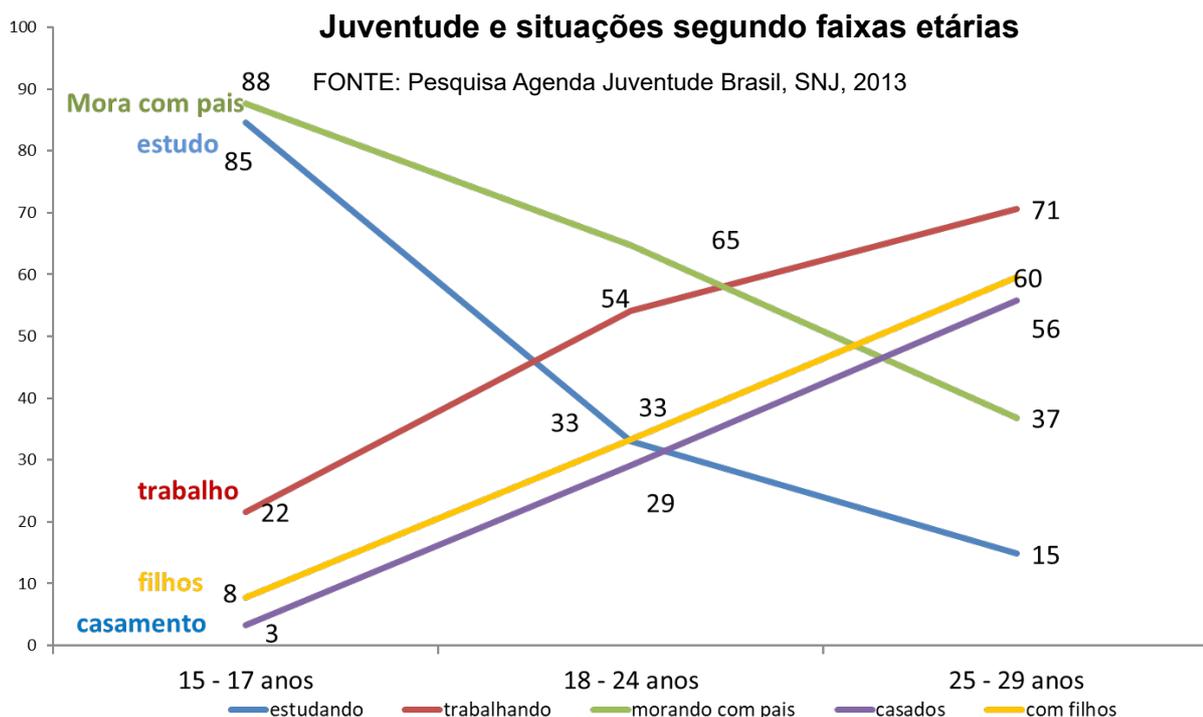
I. JUVENTUDE COMO ETAPA DO CICLO DE VIDA

Há muitas maneiras de definir juventude como categoria social. Para a formulação de políticas públicas baseada em direitos, é importante ressaltar a dimensão de etapa do ciclo de vida em que se processam vários percursos de inserção (concomitantes a processos de formação e experimentação) na vida social, econômica, cultural e política. Não necessariamente lineares ou constituídos por degraus sucessivos e ordenados; pelo contrário, muitas vezes esses processos se fazem de modo sobrepostos, e são intermitentes, reversíveis, incompletos.

Tais processos comportam momentos de transição e pontos de inflexão durante essa etapa do ciclo de vida em diversos aspectos: situação familiar, com a passagem da família de origem para constituição da própria família, saída da casa dos pais, casamento, filhos, e intensificação das responsabilidades familiares; formação escolar, com o término da educação básica, configuração da inserção em estudos de terceiro grau ou técnico ou outras formas de qualificação; inserção laboral e construção da trajetória profissional, com o início da vida laboral no mercado de trabalho, formal ou informal, com diversas destinações possíveis da renda do trabalho, seja para colaborar com a família como para sustentação de planos de autonomia, para ganhar independência da família de origem , , para poder constituir a própria família ,e também na dimensão da intensificação da socialização, com a constituição de grupos de identidade por interesse e afinidade, e da participação e autonomia social, cultural e política, com a possibilidade de participar do sistema político (votar e ser eleito) e maior autonomia de circulação e de presença no espaço público e na definição de valores, identidades e afinidades ideológicas..

A referência etária para balizar a ocorrência dessa longa e intensa etapa da vida, neste século, estabelecida como marco legal pelo Estatuto da Juventude (2013) no Brasil, é a de **15 a 29 anos**. O que significa que os processos citados acima ocorrem normalmente dentro desse arco amplo de idade, com várias diferenças individuais e condicionadas pela localização social. O que implica a necessidade de pensar em **momentos distintos dessa longa trajetória**: a adolescência (15 a 17 anos), período que antecede a maioridade jurídica e que tem outro marco legal consubstanciado no ECA (Estatuto da Criança e Adolescente); o núcleo da juventude (18 a 24 anos); e a etapa final da transição (25 a 29 anos), cada uma dessas fases com características e questões específicas relacionadas aos processos mencionados acima. Isso implica, também, obviamente, a necessidade de termos políticas, programas e ações adequados a cada uma dessas etapas, em cada uma dessas dimensões

Para observar a ocorrência de alguns dos múltiplos processos que ocorrem durante a fase da juventude, traz-se este gráfico produzido com os resultados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude em 2013, juntando alguns dos eventos que caracterizam essa fase da vida. Certamente alguns dos valores (os números que aparecem no gráfico são percentuais que refletem a situação dos entrevistados no momento da pesquisa, divididos pelas três subcategorias etárias) já se modificaram, quase dez anos depois; mas o que interessa nesse quadro é observar a diferença de situação ao longo da trajetória dessa etapa da vida, e chamar a atenção tanto para o fato de que essa etapa é caracterizada por uma série de eventos de passagem de situação de vida, como para o fato de que é preciso diferenciar os diagnósticos assim como as propostas de políticas públicas segundo cada uma dessas fases internas à juventude.



Entre os adolescentes (15-17 anos), a maioria vive com os pais, está estudando e ainda não trabalha; na faixa dos 18 aos 24 anos, os percursos começam a sofrer a maior parte das inflexões, e as sobreposições se acumulam: a maioria já está no mercado do trabalho, parte combinando o trabalho com os estudos e parte só trabalhando, tendo concluído ou não os estudos. No último trecho, entre os 25 e 29 anos, a grande maioria já está trabalhando, não mais na escola, e mais da metade já com família própria, embora haja uma parcela significativa que não tenha ainda realizado um ou mais desses processos de transição.

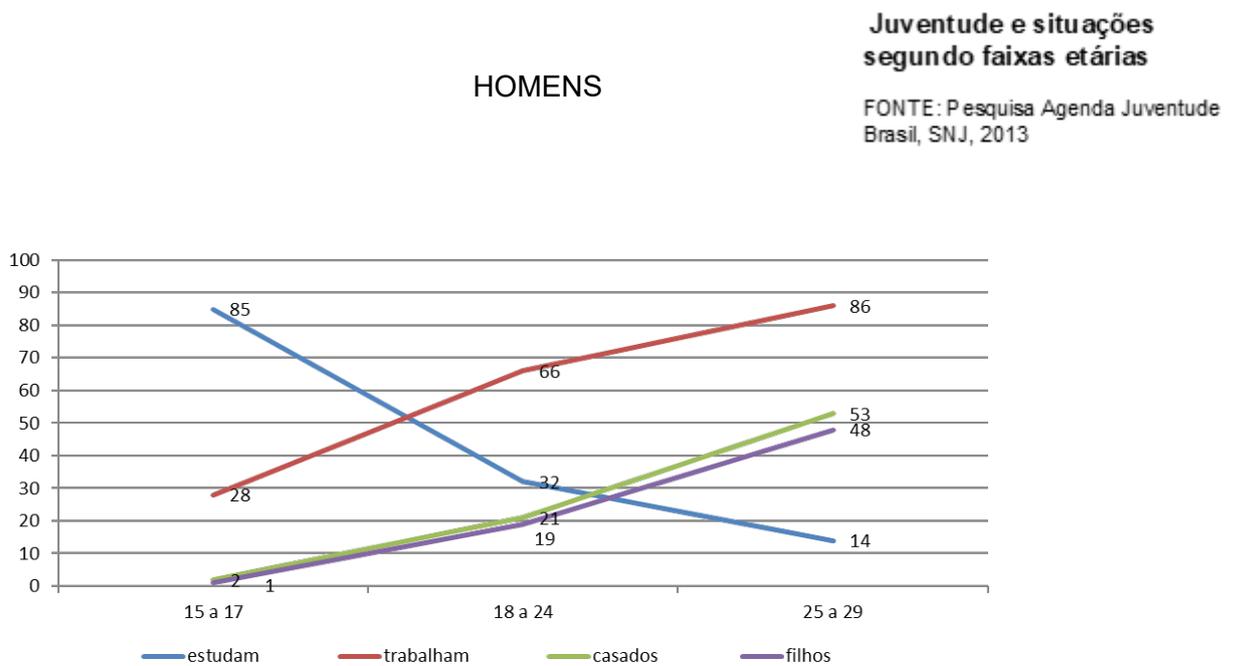
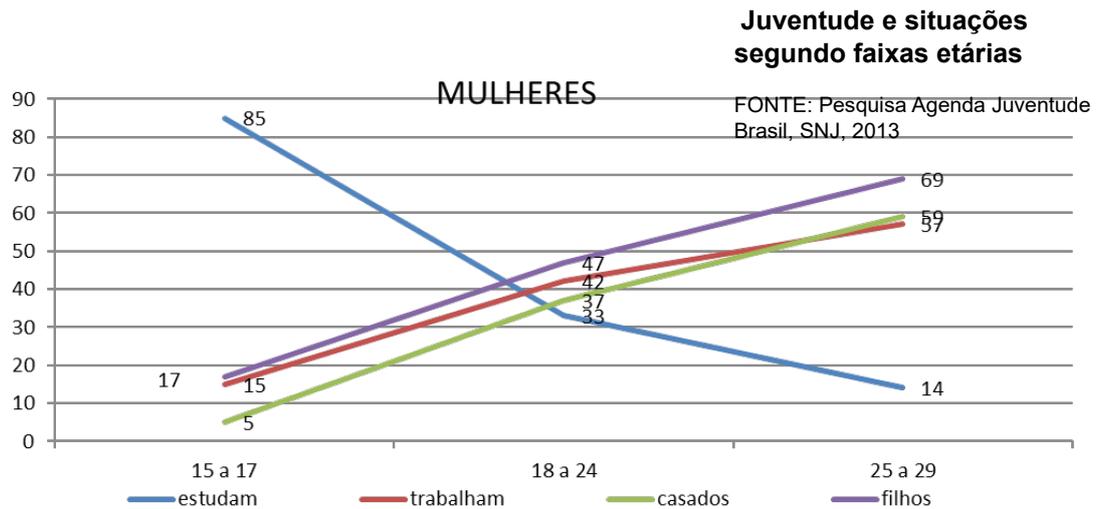
II. DIVERSIDADE E DESIGUALDADE NOS PERCURSOS JUVENIS

Mas o modo como esses processos são vividos diferem conforme a condição de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, situação/território de moradia e outros marcadores de diferença. Certas diversidades produzem desigualdades e discriminações, e muitas delas não apenas se acumulam como se potencializam; produzem desigualdades no acesso a direitos básicos, nas condições de aproveitamento das políticas e serviços existentes, na idade de ocorrência dos pontos de inflexão, na qualidade da vida juvenil e nas possibilidades de estruturação de trajetórias de futuro.

O ritmo dos processos descritos acima também se diferencia, e uma das maiores desigualdades é a relacionada a gênero. O mesmo quadro exposto acima se revela bastante diferente quando olhamos o que ocorre entre jovens homens e jovens mulheres, nos dois gráficos abaixo. A frequência à escola (linha azul) é praticamente igual em todas as faixas etárias; mas a participação no mundo do trabalho (linha vermelha) não: uma parcela maior de rapazes entra cedo no mercado de trabalho e nele permanece, diferença que continua ao longo de toda a etapa juvenil. Entre os adolescentes do sexo masculino, mais de ¼ (28%) estava, em 2013, trabalhando, o que ocorria para uma parcela bem menor das meninas (15%).

Na faixa intermediária, pouco menos de metade (47%) das moças trabalhavam, o que ocorria para 2/3 dos rapazes (66%).

As mulheres jovens tendem a se casar e a ter filhos mais cedo que os homens jovens. E tendem a ter uma carga de trabalho e responsabilidade pelas tarefas domésticas, principalmente a de cuidados com outros membros da família, muito maior, desde a adolescência: vemos através da linha roxa que quase metade das jovens mulheres já têm filhos antes de completar 25 anos de idade e, na última fase da juventude, mais de 2/3 delas já têm filhos.. Entre os homens, menos de 1/5 tem filhos antes dos 25 anos, e a paternidade só está presente para metade do segmento na última fase, que vai dos 25 a 29 anos.



II. A JUVENTUDE BRASILEIRA ESTÁ, EM SUA MAIORIA, NO MUNDO DO TRABALHO

Em 2019, a maioria dos(as) jovens (62%) brasileiros com idade entre 15 e 29 anos estava inserida no mercado de trabalho, procurando emprego, trabalhando ou já vivendo a experiência do desemprego. Eram cerca de **35,6 milhões de pessoas**.

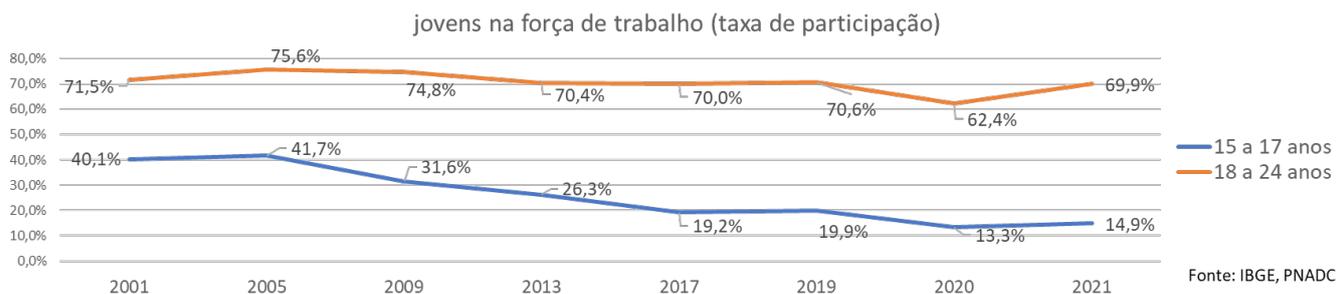
A maioria dos brasileiros inicia sua vida laboral ainda na etapa da juventude. Esse é um aspecto em que **é muito importante diferenciar a situação dos adolescentes, entre 15 e 17 anos, dos jovens acima de 18 anos**, pois o peso e o significado do trabalho mudam profundamente segundo cada uma dessas etapas.

Podemos verificar que, no que se refere à inserção no mercado de trabalho, a situação muda radicalmente na passagem da adolescência para a vida juvenil propriamente dita: até os 17 anos, a parcela que está na força de trabalho (dada pela taxa de participação) corresponde a cerca de 1/5 dos adolescentes brasileiros (o que ainda é alto, e se constitui em problema a ser enfrentado no bojo da política de proteção à infância e adolescência). Mas, para além da adolescência, procurar se inserir no mercado de trabalho é a realidade para a grande maioria dos jovens, mais de 2/3 na faixa dos 18 aos 24 anos; e mais de ¾ na faixa dos 25 aos 29 anos.

IBGE PNADC	2019		
	15-17 anos	18-24 anos	25-29 anos
Taxa de participação	19,9%	69,4%	82,3%
Nível de ocupação	11,1%	50,5%	72,6%
Nível de desocupação	8,9%	18,9%	9,8%
Taxa de desocupação	44,5%	27,3%	11,9%

A maior parte dos diagnósticos feitos hoje no Brasil traz os dados apenas da porcentagem de jovens ocupados (o nível de ocupação, descrito na segunda linha do quadro acima), o que mascara um pouco a magnitude da relação dos jovens com o mundo do trabalho, uma vez que o desemprego atinge forte e especialmente essa mesma faixa etária. Se olharmos apenas esse dado, podemos pensar que é só a metade dos jovens entre 18 e 24 anos que está preocupada com o trabalho, enquanto se somarmos a porcentagem dos que estão efetivamente ocupados no momento da pesquisa com os que estão em busca de trabalho, a configuração é outra: **7 em 10 jovens brasileiros estão na força de trabalho, trabalhando ou procurando emprego**.

Na perspectiva temporal, podemos ver também que a taxa de participação do jovens variou pouco nos últimos anos, com exceção do segmento de adolescentes (para o qual a queda foi, felizmente, bastante significativa); mas para os jovens entre 18 e 24 anos, a oscilação foi pequena, chegando mesmo a aumentar (pouco menos de 5 pontos percentuais) durante a primeira década do século, voltando ao patamar de 70% após uma queda significativa no primeiro ano da pandemia



Por isso dizemos que **o trabalho tem sido uma questão central e permanente para os jovens, sendo um tema muito forte nas preocupações, opiniões, valores e imaginário dos jovens**, embora variem os sinais e sejam diversos os significados das demandas a eles relacionadas ao longo das diferentes conjunturas.

Portanto, para além da constatação fática de que a juventude está no mundo do trabalho, é importante compreender que o trabalho é também aspecto fundamental na experiência de vida, na construção da identidade e no desenvolvimento dos projetos e estratégias de construção do desenvolvimento, de inclusão social e da autonomia dos jovens no Brasil.. Não por acaso, nos últimos anos, o direito ao trabalho decente para os jovens, isto é, o trabalho com direitos e proteção social exercido em condições de liberdade e equidade, esteve na pauta das demandas de coletivos e movimentos juvenis, presentes em todas as conferências e consultas participativas, entrando, ainda que timidamente, na agenda de formulação de programas e políticas públicas.

Por vezes, argumenta-se que as políticas de juventude no tema do trabalho devem resumir-se a políticas de “não-trabalho”, que retardem ao máximo a inserção laboral da juventude, com o foco centrado apenas na preparação , através da educação, para uma inserção futura no mercado de trabalho. ~~Essa compreensão parece encontrar duas grandes objeções: uma empírica, decorrente do fato de que a juventude recorre à inserção laboral por sua iniciativa, nem sempre tão somente por não haver alternativa; e uma normativa, já que o trabalho constitui direito da juventude, portanto, não deve ser imposto à juventude a exclusão do mundo do trabalho, mas pelo contrário, garantida sua inserção com direitos.~~

Por isso é preciso entender como os jovens vivem o mundo do trabalho hoje no Brasil, quais são os problemas, os desafios e os conflitos experimentados, **para poder elaborar um conjunto de proposições que permita o seu enfrentamento e a extensão do direito ao trabalho decente para esse segmento populacional.**

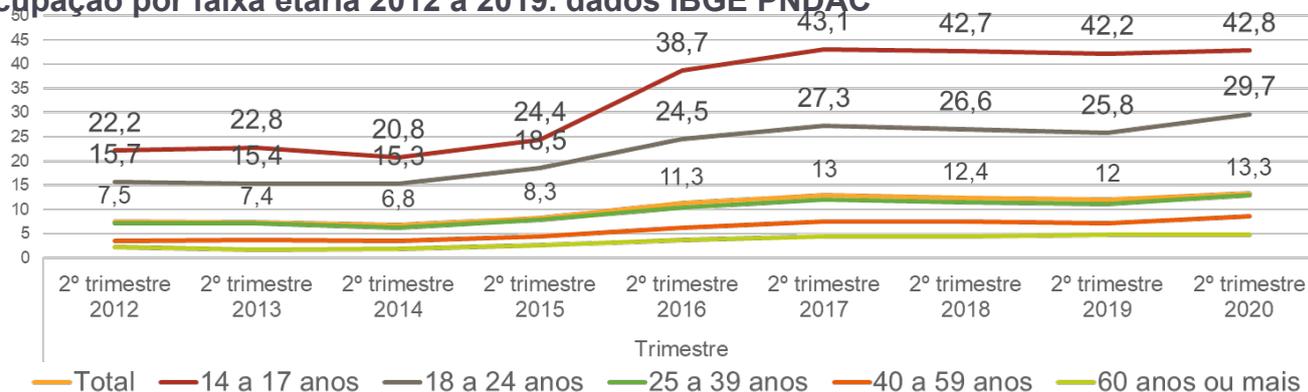
IV. OS JOVENS ENFRENTAM MÚLTIPLOS PROBLEMAS NO MUNDO DO TRABALHO

A situação dos jovens no mercado de trabalho é perpassada por inúmeros problemas e conflitos que demandam toda uma agenda de enfrentamento nesse campo. Costuma ser sempre mais precária e vulnerável que a dos trabalhadores adultos; e mais sensível às injunções da conjuntura econômica e política. Quanto mais jovem, mais vulnerável, e maiores chances do trabalho encontrado ser marcado pela precariedade.

Desemprego

O problema mais evidente é, sem dúvida, o do desemprego, que atinge os jovens sempre em uma proporção muito maior do que a população adulta. Abaixo apresentamos um gráfico com a evolução, nos últimos dez anos, da taxa de desocupação (que mede a porcentagem de desempregados sobre a Força de Trabalho, ou seja: quem, dentre os que estão disponíveis para o trabalho naquela faixa etária, está desempregado). Vemos que há uma relação constante: a taxa de desocupação entre os jovens de 18 a 24 anos é sempre, mesmo nos períodos de melhora econômica, pelos menos duas vezes maior que as dos adultos; e a dos adolescentes, cerca de 3 vezes maior. Na última medição antes da pandemia (2019) era de 25,8% para o grupo de 18 a 24 anos, o que significa que 1 em cada 4 jovens procurando trabalho não o conseguia.

Taxa de desocupação por faixa etária 2012 a 2019. dados IBGE PNDAC



A questão do desemprego entre os jovens tem múltiplos determinantes; revela-se tanto na dificuldade de encontrar o primeiro emprego como na dificuldade de se manter empregado, dado que a taxa de rotatividade também é mais elevada para os jovens. Também envolve as dificuldades da conciliação entre estudo e trabalho, entre trabalho e responsabilidades familiares (sobretudo para as jovens mulheres e, dentre essas, para as que têm filhos pequenos). E, além do nível de escolaridade do jovem trabalhador (normalmente o único elemento levado em consideração nas análises diagnósticas) a dificuldade de encontrar emprego e se manter empregado está ligada também à existência, no mercado de trabalho, de uma série de barreiras e mecanismos de operação de desigualdades que bloqueiam a contratação ou compõem modos de expulsão dos jovens de empregos formais, como o racismo, o sexismo (e a permanência da ideia de que as mulheres são força de trabalho secundária, menos produtivas e mais onerosas, justamente pelo envolvimento delas com os cuidados familiares); a intolerância com jovens LGBTQ+, o preconceito territorial que se soma ao social e racial (jovens que moram em periferias e favelas são recusados pelo medo da associação à violência e pelo custos do deslocamentos), cultural (religioso, linguístico, entre outros).

Rotatividade

A rotatividade é expressivamente maior na população juvenil, configurando uma trajetória caracterizada pela intermitência, pontuada por frequentes períodos de desemprego, dificultando o acúmulo de experiência que se torna, também, uma credencial importante para a entrada e percurso no mundo do trabalho.

Os trabalhadores mais jovens perdem o emprego mais frequentemente do que os mais velhos. Estudo do IPEA (Corseuil 2014), usando dados da RAIS, apenas para o mercado formal, são de que a taxa de separação dos jovens entre 15 e 29 anos no Brasil alcança 72,4%. Isto é, sete em cada dez trabalhadores jovens, em média, experimentam desligamento de seus postos de trabalho ao longo de um ano. A taxa de separação dos trabalhadores mais velhos, por sua vez, situa-se em torno de 41,3%. As conclusões desse estudo apontam para o fato de que há todo um setor do mercado de trabalho formal que destina “vagas de baixa qualidade” para jovens com pouca qualificação, substituindo-os, em menos de um ano, por outros com iguais características.

Condições de trabalho

Além da dificuldade de entrar e se manter no trabalho, os jovens são submetidos a diversas dimensões de **precariedade**. O trabalho juvenil é caracterizado pela informalidade; empregos de curta duração; baixos salários e pouca ou nenhuma proteção.

O primeiro emprego tende a apresentar características associadas à pior qualidade em dimensões relacionadas a salário, informalidade e estabilidade. Mais da metade (53%) dos jovens entram no mercado de trabalho pela via do emprego informal.

As trajetórias dos jovens no mundo do trabalho são de alta intensidade, atravessadas por muitos períodos de desemprego e por mudanças de posição na ocupação: um mesmo jovem pode ter experiências de inserção temporária (bicos), emprego assalariado formal, emprego assalariado informal, tentar um empreendimento ou atividade de conta própria, em percursos os mais variados. São o segmento etário mais desprotegido no mundo do trabalho: em 2019, apenas pouco mais de ¼ dos jovens trabalhadores contribuíam para a previdência.

2019	Pop total	18 a 24 anos
informalidade	36,3%	45,0%
Rendimento mensal médio da ocupação principal	R\$2.261,00	R\$1.390,00
Contribuição para a previdência	51%	28,9%

Posição na ocupação, tipo de vínculo, setor de atividade - informalidade

As taxas de informalidade entre os jovens sempre foram altas, mas oscilaram nos últimos vinte anos, recuando no período entre 2005 e 2013 (de 48,1% para 38%), e voltando a aumentar, acentuadamente, de 2017 para cá, chegando a 49,5% em 2021.

Em 2013, 56% dos jovens trabalhadores estavam em empregos formais, e mais 2,6% eram empreendedores ou conta própria contribuintes. Em 2019, a proporção de jovens trabalhadores empregados com carteira caiu para 50,4% e a de conta própria contribuintes subiu para 4,5%. Subiu também a proporção de “empreendedores informais”, ou seja, os conta própria não contribuintes, de 11% para 13,7% (Corseuil 2020).

Posição ocupação jovens 15 a 29 anos				
Elaboração Corseuil (IPEA/OIT 2020) com dados PNADC 1º trimestre				
	2013	2015	2017	2019
EMPREGADOS FORMAIS	55,9%	56,4%	53,2	50,4%
EMPREGADO SEM CARTEIRA	30,3	28,8%	29,5%	31,3%
EMPREENDEDORES FORMAIS (empregadores e conta pp contribuintes)	2,6%	3,2%	4,3%	4,5%
EMPREENDEDORES INFORMAIS (empregadores e conta pp não contribuintes)	11%	11,5%	12,8%	13,7%

Os setores de atividade que absorvem o trabalho juvenil também são aqueles mais sujeitos à maior informalidade e precariedade. Historicamente, comércio e serviços são a grande porta de entrada dos jovens no mundo do trabalho, e essa concentração tem aumentado. Mais de 60% dos jovens ocupados estavam, em 2019, em tais setores. Houve um decréscimo da inserção nos outros setores, de 2013 para 2019, principalmente nos setores da indústria e da construção.

Setor de atividade dos jovens ocupados (formal e informal)			
Elaboração Corseuil – IPEA/OIT 2020 com dados PNADC 1º trimestre			
	2013	2019	
Administração Pública	4,6	3,7	
Agropecuária	9,1	8,1	
Comércio	24,1	24,9	
Construção	8,1	6,4	
Indústria	16,3	13,6	
Serviços	32,6	38,7	
Serviços domésticos	4,3	3,7	
Locação de mão de obra	0,7	0,2	

V. OS JOVENS ESTÃO NO CENTRO DO PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Os fenômenos de precarização do mundo do trabalho são amplos e mesmo globais, mas atingem mais veloz e fortemente certos países e segmentos populacionais. Os jovens estão entre os mais afetados, pois as áreas e o tipo de emprego que logram conseguir (que o mercado de trabalho destina a eles) são justamente os mais atravessados pelos processos de desmonte dos direitos e mesmo de descaracterização dos vínculos formais com o empregador: a terceirização, o trabalho por demanda, por meta (o “trabalho de shopping” como dizem os jovens). No Brasil, esses processos vêm agravados pelos efeitos das “reformas trabalhistas” dos

últimos 5 anos. Além disso, tem havido um crescimento expressivo nos últimos anos de ocupações em atividades afetadas pelo uso de aplicativos, tais como os setores de transporte e serviços de entrega.

Alguns dados:

- 52% dos operadores de telemarketing têm entre 18 e 24 anos (a maior parte mulheres, no seu 1º emprego, com Ensino Médio completo cursado em escola pública).
- Entre os entregadores de aplicativos, a maioria é jovem (ao contrário dos motoristas de taxi); grande maioria no caso dos bikeboys: entregador ciclista de aplicativo (típico) é homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo.

A contribuição para a Previdência que, ao mesmo tempo, é indicador do grau de formalização do trabalho e das condições de proteção que encontram no mercado de trabalho, também oscilou: cresceu na primeira quinzena dos anos 2000 e caiu no período mais recente (de 36,5% em 2012 para 28,9% em 2018).

VI. OS JOVENS E AS DESIGUALDADES NO MUNDO DO TRABALHO

Os jovens trabalhadores, além de viverem o mercado de trabalho de um jeito singular e desigual por serem jovens, também experimentam o trabalho através de todas as outras formas da desigualdade.

2019 IBGE	Jovens mulheres	Jovens homens	Jovens brancos	Jovens negros
desemprego	25%	20%	18,9%	24,7%
formalização	54,6%	53,9%	61,4%	48%
Taxa de participação	54%	66,7%	63,1%	58,6%

A dificuldade de entrar e se manter no trabalho (dada pela taxa de participação e pela taxa de desemprego) atinge mais as jovens mulheres que os homens jovens, principalmente as que têm filhos pequenos ou as que precisam se dedicar aos cuidados domésticos; a informalidade atinge muito mais os jovens negros que brancos, desigualdade verificada também nas chances de encontrar emprego, mesmo em menor grau que a desigualdade vivida pelas jovens mulheres. **Jovens mulheres negras** estão na ponta mais sensível das discriminações no mercado de trabalho.

As discriminações produzidas por preconceitos e intolerâncias como as que segregam jovens LGBTQ+ e os jovens que moram nas periferias e em territórios considerados violentos não aparecem nos dados colhidos pelo IBGE, mas são amplamente apontados em pesquisas qualitativas. Em tais pesquisas, temos percebido que maior parte dos conflitos sentidos e denunciados por jovens nos últimos anos vêm sendo expressos pela confluência de explorações, más condições de trabalho (e falta de observação de direitos) com discriminações e violências relacionadas ao racismo, ao sexismo, ao assédio moral assentado pelos

preconceitos de cor/raça, gênero, idade e localização social (marcas de pobreza, “endereço”, identidades culturais não hegemônicas).

Nesse sentido, uma agenda de luta pelos direitos dos jovens no mundo do trabalho tem de considerar as demandas dos trabalhadores jovens nessas questões e envolver a defesa de mecanismos de combate às discriminações e violências nas relações de trabalho, apoiando e ampliando as ações afirmativas e a superação das desigualdades em todos os seus aspectos.

ESBOÇO DE PROPOSTAS

Por fim, com base nos pressupostos e argumentos expostos, uma agenda mínima de políticas públicas para a juventude brasileira, trabalhadora e vítima da precarização, deve incluir:

1. A **luta contra o trabalho infantil**, que perdeu espaço na agenda política do Brasil e que enfrenta grande desafio com o aumento da pobreza e da extrema pobreza no país, e que já revelou um recrudescimento nesse período da pandemia da covid19

2. A **provisão de suportes para a continuidade dos jovens nos estudos através de políticas públicas**. Se é certo que o trabalho decente é um direito da juventude, também o é a garantia de condições para que os jovens, e principalmente os adolescentes, possam dedicar-se exclusivamente aos estudos, retardando, se assim o desejarem, a entrada no mundo do trabalho. nesse sentido, é fundamental propor e fortalecer medidas para garantir a conclusão da educação básica, para todos os jovens, e da educação superior, para os que desejarem continuar sua formação. São necessários investimentos massivos na escola e universidades públicas e a estruturação de medidas de assistência estudantil que contemplem também a educação básica, inclusive com bolsas que garantam as condições de permanência até o final do Ensino Médio.

Observamos que é importante diferenciar as propostas que podemos construir das propostas de “poupança jovem”, ou “poupança escola”, já existentes em alguns estados, que não estão voltadas para garantir condições de frequência dos adolescentes à escola, mas que visam operar como uma espécie de estímulo para que o estudante termine a etapa do ensino médio e possa então sacar o valor guardado em poupança durante esse período; é importante atentar para o fato de que esse tipo de programa localiza o problema em uma suposta falta de interesse, empenho ou perseverança dos jovens e não nas condições para a garantia do direito à educação.

Além disso, devem ser mantidas e aprimoradas as políticas de ação afirmativa de caráter social e étnico-racial que tem sido fundamentais para diminuir a desigualdade e ampliar a presença de jovens das classes populares e provenientes da escola pública, negros, indígenas e com deficiência, na universidade.

3. A **Ampliação e potencialização dos contratos de aprendizagem como inserção protegida no trabalho**. Apesar de ser lei em vigência desde 2004, como regulamentação de princípio definido no ECA, o número de jovens aprendizes ainda é muito baixo, por falta de

cumprimento das empresas na oferta de vagas e falta de fiscalização para obrigar as empresas a cumprir a lei. O número de jovens aprendizes cresceu de 57 mil em 2005 até 450 mil em 2015, depois estacionou (caiu no último ano). Representam 4% dos trabalhadores jovens formais. Se a lei fosse cumprida, deveria haver no mínimo 980 mil aprendizes, e no caso da cota máxima (15%), as vagas chegariam a 3 milhões. O contrato de aprendizagem em muito difere das propostas de “programas de primeiro emprego”, de “falsos estágios” e falsas aprendizagens sem direitos trabalhistas, como nos programas apresentados na MP 1045 pelo governo federal em 2021. Jovens aprendizes têm jornadas de até 30 horas, carteira assinada, exigência de conciliação com os estudos e todos os direitos trabalhistas, inclusive o piso salarial da categoria. Contudo, é necessária fiscalização governamental para obrigar as empresas a abrirem as vagas e para acompanhar o cumprimento dos direitos relacionados.

4.A inclusão da juventude nas medidas de proteção no trabalho, e na agenda proposta nesse sentido. Como exemplo, tem-se as propostas sobre seguro desemprego: da maneira como está hoje, onde só tem direito ao seguro trabalhadores que foram desligados após pelo menos 12 meses de trabalho, pouquíssimos jovens podem se beneficiar, uma vez que muitos deles apenas logram entrar em empregos formais que, mesmo com contrato de tempo indeterminado, duram menos de 1 ano (ver estudos sobre rotatividade entre jovens). Além disso, é preciso ter algum tipo de suporte para os que estão procurando o primeiro emprego, e devem ser considerados desempregados. Em 2015, 52,3% dos jovens entre 18 e 24 anos desligados tinham ficado menos de 11 meses no emprego (portanto, sem direito ao seguro desemprego). A razão entre o número de segurados e o número de rescisões sem justa causa era de 60%, no caso dos jovens de 18 a 24 anos (e de 77% para os com mais de 30 anos).

5. A inclusão dos jovens como um dos públicos prioritários no combate à precariedade do trabalho, principalmente nas áreas de novas tecnologias, que concentram trabalhadores jovens: trabalho de plataforma e trabalho de telemarketing. Atentar para o fato de que é nesses setores que tem havido mobilização de jovens trabalhadores e apresentação pública de denúncias das péssimas condições de trabalho, do caráter perverso das novas formas de relação de trabalho e demanda por regulamentação e proteção no trabalho, principalmente no período da pandemia.

6. O apoio à inserção de jovens em iniciativas relacionadas ao fomento da economia popular e solidária de modo vinculado com a plena inserção no sistema público de seguridade social. Ao invés de propor o empreendedorismo como saída principal ou “virtuosa” para a resolução do trabalho dos jovens, disputar a construção de saídas alternativas na perspectiva coletiva e solidária, de modo a assegurar que todos os trabalhadores jovens envolvidos nas diferentes atividades de empreendimentos e conta própria (normalmente os mais vulneráveis) também encontrem proteção e segurança no trabalho.

7. O desenvolvimento de mecanismos de ação afirmativa e combate à discriminação (racial, de gênero e identidade de gênero, regional e territorial) no mercado de trabalho, visando a promoção dos direitos especialmente para jovens mulheres, negros, moradores das periferias, pessoas LGBTQ+ e imigrantes e refugiados.

8. A integração das políticas de garantia dos direitos no trabalho às políticas de cuidados, especialmente para mulheres jovens com filhos pequenos, buscando avançar em mecanismos que permitam a conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar, no mesmo sentido proposto pelo Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

Esse rol de políticas não se propõe a ser taxativo. Pelo contrário, a ideia é abrir o debate sobre a agenda de trabalho decente para a juventude. É necessário inserir o tema do trabalho dos jovens no interior do debate sobre o modelo de desenvolvimento e o futuro do trabalho, mas também orientando **proposições para o imediato e para as conjunturas de médio prazo**, considerando a necessidade de compor uma agenda de lutas e proposições na perspectiva de aumentar a proteção social e a garantia dos direitos da juventude trabalhadora.

Juventude e socialismo: questões fundamentais

17 de julho de 2012 - Carlos Henrique M. Menegozzo

1. Introdução

1.1 Juventude: um tema controverso

Se há consenso no debate sobre a questão da juventude, ele passa pelo reconhecimento da enorme controvérsia que envolve até a definição do termo. Isto, em parte, se deve e é agravado pela aparente transparência de seu conteúdo: muitos de nós já vivemos a experiência de ser jovem ou convivemos com grupos juvenis, o que faz com que todo mundo tenha uma opinião sobre o tema. De um ponto de vista geral, pode-se dizer que as várias opiniões sobre a própria definição do conceito de juventude oscilam entre dois extremos.

De um lado, há uma visão demasiado subjetivista, que entende a juventude com uma espécie de estado de espírito ou atitude diante do mundo. Materializada no culto ao corpo e em padrões de consumo, a juventude é alçada, assim, à condição de ideal para todas as idades. No extremo oposto, bastante arbitrário, as percepções e experiências específicas deste segmento da sociedade acabam ocultadas pela delimitação estanque de faixas de idade. Neste caso, ser jovem equivale a ter de 16 a 29 anos, por exemplo.

1.2 A juventude sob os olhares da esquerda

Também na política, sobretudo entre as esquerdas, as opiniões a respeito do tema são variadas. Raramente, entretanto, a discussão se pauta por uma definição qualificada do conceito. É comum, por exemplo, a associação da juventude com uma tendência natural à rebeldia e à identificação com as lutas populares. Assim como a consideração da juventude como um momento de dedicação abnegada a uma causa, o que acaba por reduzir o seu papel estratégico à rotina “tarefeira” na celebrada condição de “pau pra toda obra”.

Noutros casos, a juventude é entendida, de modo mais rigoroso, como uma etapa específica da vida, atravessada por situações concretas muito diversas – não se tratando de uma juventude genérica no singular, mas de juventudes, no plural (juventude negra, feminina, trabalhadora, etc) – e merecedora de cuidados especiais. Ocorre que a consideração das várias situações concretas em se apresenta a condição juvenil, e que reflete um entendimento mais qualificado do assunto, há anos vem sendo repetido como novidade, sem desdobramentos imediatos ou estratégicos significativos. O mais significativo desses desdobramentos corresponde, provavelmente, à acertada tradução deste entendimento mais qualificado em políticas públicas. Estas, todavia, acabam muitas vezes reduzidas a visões estritamente reformistas ou ao mero eleitoralismo: perde-se de vista a articulação entre reformas parciais e revolução.

A ausência de uma compreensão mais apurada das condições em que vive e, portanto, dos limites e potencialidades da juventude numa estratégia de transformação social, por parte das esquerdas, torna-se evidente nas declarações que se ouve quando da aparente apatia ou da explosão de movimentos juvenis. Ora a desmobilização é atribuída a nociva intervenção dos partidos, ora a uma cultura política conservadora e consumista, ora à traição das direções. Pouco se fala, por exemplo, dos fatores de ordem econômica que determinam os fluxos e refluxos de movimento. Como também falta muita autocrítica das forças políticas organizadas a respeito de sua própria incompreensão do fenômeno.

Ao contrário, frente às explosões de movimento, não tardam em se manifestar as leituras segundo as quais a tendência à rebeldia é natural da juventude. Bem como as posturas autocelebratórias por parte das forças políticas organizadas que, traçando paralelos diretos com explosões de movimento do passado – aí as referências sobre 1968 e sobre os caras-pintada em 1992 são obrigatórias – procuram extrair, de modo oportunista, algum saldo político de uma onda de protestos para cuja emergência deram pouca ou nenhuma contribuição efetiva. Essas explosões têm sido muito mais fruto de uma combinação de fatores circunstanciais onde as forças organizadas têm cumprido um papel passivo, que o resultado de uma construção efetiva desde as bases.

Tais considerações nos levam a constatar que falta às esquerdas um entendimento mais elaborado a respeito da condição juvenil. O que se deve considerar como algo da maior gravidade, já que este entendimento é imprescindível não apenas a uma percepção mais completa dos reais limites e possibilidades que oferece a juventude do ponto de vista da luta pelo socialismo; mas também à potencialização dessa capacidade transformadora por meio de ações que não passam, necessariamente, pelos próprios movimentos juvenis.

Mais que um exercício meramente acadêmico, portanto, a tarefa de estabelecer uma rigorosa definição para o conceito de juventude compreende um esforço de análise da realidade concreta, imprescindível a toda a ação transformadora que, dialogando com este segmento específico da sociedade, se pretenda politicamente eficaz.

2. Conceito de juventude

2.1 Juventude como etapa transitória da vida

Não se pode negar que a vida humana é marcada por um ciclo que se inicia com o nascimento e que se encerra com a morte. E que em toda e qualquer cultura, este ciclo vital é segmentado em etapas diferenciadas de desenvolvimento biológico e social, marcadas em maior ou menor grau por um período de imaturidade, de maturidade, e de decaimento ou inatividade. Apesar das polêmicas existentes em torno do conceito de juventude, uma ideia fundamental, e relativamente difundida, é de que a juventude corresponde a um momento intermediário entre duas etapas deste ciclo da vida – mais precisamente entre a imaturidade e a maturidade plena, ou entre a infância e a fase adulta.

Os critérios que caracterizam essa passagem, todavia – e aí reside a polêmica de um debate mais qualificado – não podem ser apreendidos em toda a sua complexidade a partir da redução do conceito de juventude a um estado de espírito ou uma atitude diante do mundo; a faixas etárias estanques ou a um comportamento, supostamente natural, de rebeldia e identificação com as causas populares. Os critérios que definem a condição juvenil são muitos e envolvem fatores biológicos, psicológicos, econômicos, educacionais e culturais. A ênfase num ou outro aspecto varia conforme as visões adotadas em diferentes campos do conhecimento científico.

Em vertentes da medicina ocidental moderna, por exemplo, a ênfase recai no amadurecimento biológico do organismo humano perspectiva à qual corresponde, mais precisamente, o conceito de puberdade. Na psicologia, por seu turno, esta fase de transição é associada mais ao desenvolvimento de aspectos cognitivos ou de certas faculdades mentais e

corresponde, geralmente, ao conceito de adolescência. Finalmente, esta etapa intermediária pode não estar associada a critérios biológicos ou psicológicos, mas a um conjunto determinado papéis – um conjunto de direitos e deveres social e historicamente estabelecidos – que são reservados a grupos sociais específicos, e que se encontra mais comumente associada ao conceito de juventude.

2.2 A condição juvenil de um ponto de vista totalizante

A visão especializada que cada uma dessas áreas oferece certamente contribui para um entendimento mais aprofundado de cada aspecto do complexo fenômeno da juventude. Entretanto, não se pode perder de vista uma visão de conjunto dessa passagem. Em função disso é que um entendimento mais completo da condição juvenil pressupõe a adoção de um ponto de vista totalizante. Um ponto de vista que leva em consideração a complexa interação de fatores de ordem biológica, psicológica, educacional, econômica e social derivados do reconhecimento da especificidade desta etapa transitória da vida.

São vários os pontos a partir dos quais podemos avançar na caracterização da condição juvenil, sendo um deles o que corresponde ao esforço por descrever o conjunto de direitos e deveres que singulariza a condição juvenil – entendendo este conjunto como uma construção histórica e social que se faz sobre processos de ordem biológica e psicológica, a ele subjacentes. Mas é preciso reconhecer que essa tarefa é das mais difíceis. Não que seja impossível empreendê-la. É que se trata, primeiramente, da descrição de meias medidas postas entre situações e papéis sociais mais facilmente identificáveis porque definidos como extremos: completa imaturidade e maturidade plena. Mas essa dificuldade se deve também ao fato de que tais direitos e deveres são estabelecidos socialmente em condições históricas determinadas. Isto quer dizer que o seu conteúdo pode variar de uma sociedade para outra bem como numa mesma sociedade ao longo do tempo.

Esta necessária relativização histórica, vale dizer, não impede que se descreva minuciosamente os fatores que concretamente envolvem a condição juvenil. Apenas exige que essa descrição deve se dar sempre com referência a um contexto social concreto e levando em consideração, insistindo num ponto de vista totalizante, fatores como situação de classe, condição de gênero e identidade étnica, por exemplo. E o contexto social concreto no qual nos inserimos é o das modernas sociedades capitalistas.

3. Juventude no capitalismo: situação e potencial político

3.1 Relação experimental com o presente e capacidade de renovação cultural

Um primeiro traço marcante da condição juvenil no capitalismo corresponde àquilo que na sociologia tem sido definido como uma espécie de moratória em relação a certas obrigações consideradas próprias da idade adulta, tais como exercício de uma atividade profissional em caráter definitivo, a responsabilidade pelo próprio sustento, além da constituição e sustento de um núcleo familiar autônomo.

Essa moratória abre a possibilidade da vivência de uma relação provisória ou experimental com o presente marcada pela busca do próprio papel e lugar no mundo, pela preparação para o exercício deste papel e, portanto, pelo amadurecimento da própria identidade. Isso não significa que a juventude corresponda a uma fase de inteira liberdade. Ao contrário, sobre ela recaem pressões e responsabilidades específicas. A pressão pela necessária definição de um papel e de um lugar no mundo é a primeira delas.

Esta combinação particular de fatores encerra um potencial explosivo, que corresponde à chamada crise da juventude. Em termos gerais esta crise consiste na incompatibilidade entre expectativas e aspirações alimentadas nesta fase de busca e de preparação, com as possibilidades reais de desenvolvimento pessoal e profissional oferecidas nos limites da ordem estabelecida. As frustrações advindas dessa incompatibilidade, não raro, se combinam com conflitos de ordem geracional, isto é, com o confronto entre as próprias aspirações e expectativas e aquelas projetadas sobre o jovem pelas gerações pregressas, notadamente pelos pais.

Isso se combina também com a insegurança e a ansiedade derivadas da impossibilidade de ocupação de qualquer espaço na sociedade. Nas formações modernas capitalistas, as relações de produção são reguladas pelas leis de mercado, não havendo papéis sociais reservados os quais aqueles reconhecidos como jovens devam assumir através de uma transição institucionalizada em ritos de passagem, como as provas de força e resistência em sociedades indígenas, por exemplo. Dito claramente: a juventude nas modernas sociedades capitalistas vivem uma insegurança advinda do risco do desemprego.

Ansiosos e inseguros na busca pela definição de seu papel na sociedade, os jovens procuram agregar-se em torno de afinidades, adotando valores e práticas próprios. Nesse contexto, os jovens tornam-se uma força potencialmente disponível a movimentos que ofereçam possibilidades de identificação e de ocupação efetiva de um papel na sociedade – o que pode ocorrer com movimentos transformadores ou conservadores (vide, por exemplo, a experiência das juventudes nazista e fascista nos anos 1930 e 1940). As tensões e rupturas envolvidas nesse processo de agregação e conflito no meio juvenil fizeram associar intimamente os jovens à instabilidade social, à potencial ruptura das normas socialmente estabelecidas, determinando seu ingresso na sociologia como um “problema social”.

Esse potencial que carrega a juventude, de inovar no campo de práticas e valores, cuja manifestação pode assumir dimensões conflitivas, coincide com sua capacidade – politicamente das mais relevantes – de renovação cultural da sociedade. Essa capacidade renovadora que carrega a juventude e que consiste, digamos, num de seus maiores trunfos políticos, se deve fundamentalmente ao caráter transitório de sua condição enquanto momento de passagem à idade adulta. Ao mesmo tempo, todavia, é a este seu caráter transitório que deve sua maior debilidade, inclusive em termos políticos: a brevidade e turbulência da experiência juvenil não permite um olhar mais aprofundado e sistemático sobre as relações nas quais os próprios jovens se vêm inseridos.

Em termos políticos, isso tem uma consequência significativa. Em primeiro lugar, as ideologias juvenis – entenda-se por ideologia uma visão de mundo não sistemática que se tem da realidade a partir de um lugar social concreto – enfrentam enorme dificuldade de apreender o mundo e de nele, assim, projetar-se estrategicamente. Isso equivaleria a reconhecer a autonomia impossível da práxis juvenil, pondo em evidência, em função disso, sua maior suscetibilidade à tutela e à manipulação externa. Na prática, essa suscetibilidade se traduz, sobretudo, na sensibilidade dos movimentos juvenis aos estímulos da mídia, sendo frequentemente manipulados pelas classes dominantes. E também na reverberação mais ou menos imediata da incapacidade de organizações partidárias em refletir sobre os limites e capacidades destes movimentos de juventude, viabilizando-os estrategicamente.

3.2 Pontos de encontro juvenis e movimentos de juventude

Importante registrar também o modo como a ansiedade, as expectativas e as frustrações dos jovens se agregam, conformando aqueles movimentos de dimensão coletiva que realizam concretamente a capacidade culturalmente renovadora da práxis juvenil. Uma analogia que ilustra bem esse processo é a da preparação de um bolo. Seu preparo adequado exige dois elementos básicos, a saber: uma receita produzida a partir de ingredientes combinados em proporções exatas e também a acomodação da massa resultante dessa mistura numa assadeira. Sob calor, a massa cresce e o bolo fica pronto.

Nesses termos, podemos considerar a ansiedade, as expectativas e as frustrações juvenis como os ingredientes de uma receita que, sem forma ou influência do calor dos acontecimentos, terminaria simplesmente como uma massa espalhada. A assadeira corresponde exatamente às instituições que canalizam e regulam os fluxos de relações sociais no meio juvenil, contribuindo ou não para sua formatação em movimento coletivo organizado.

As assadeiras sociais de “bolos de juventude”, digamos, são de enorme variedade e estão geralmente associadas à responsabilidades e compromissos socialmente atribuídos aos jovens, entre os quais se destaca a preparação escolar, do que se depreende o papel da escola enquanto espaço privilegiado de vivência juvenil; ou então estão associadas ao uso do tempo livre e ao lazer, tais como a quadra, o espaço da rua e do bairro, as lanchonetes, bares, boates, cinemas, bailes, shows musicais, exposições e cafés. Nesses espaços, a juventude se encontra, experimenta os limites de sociabilidade da ordem estabelecida, desenvolve práticas e valores próprios – que se manifestam por meio da linguagem, do vestuário, dos gostos musicais e dos padrões de relacionamento afetivo, por exemplo – projetando papéis sociais culturalmente inovadores.

Naqueles vários pontos de encontro a juventude compartilha suas frustrações e ansiedades, seja para consolidá-las em formas de organização coletiva que desestabilizam as normas vigentes – num sentido que não é necessariamente progressista, mas que pode se orientar também pela celebração do ódio e da violência. Seja para reelaborá-las em perspectivas conservadoras – o que inclui a canalização de suas frustrações e inseguranças no consumo de

produtos voltados ao público jovem e que reelaboram a capacidade renovadora destas culturas juvenis emergentes, anulando-a ou contendo-a em espaços socialmente delimitados e em práticas tanto previsíveis quanto politicamente negociáveis. Em outras palavras, deve-se reconhecer que a experiência juvenil pode conduzir, também, a uma integração ao sistema de práticas e valores imposto pela sociedade – completando dessa forma, sem “problemas”, o processo de socialização das novas gerações.

É importante registrar que nesses processos os jovens enfrentam uma resistência ativa, começando pelos conflitos que se estabelecem na própria família. As expectativas e desejos que a juventude assume para si e projeta na sociedade nem sempre coincidem com as práticas e valores considerados os mais adequados e justos pelas gerações pregressas – notadamente os pais. A família também projeta no jovem suas próprias expectativas, sendo a primeira delas a de que ele representa a possibilidade de aproveitamento de oportunidades de elevação ou manutenção de um padrão de vida já alcançado. E para isso, investiu tempo e recursos, a custo de sacrifícios pessoais. Quando as expectativas e desejos dos próprios jovens se chocam com os dos adultos (incluindo-se aí a família), temos o que se define como conflito de gerações.

Mas não é somente em função de questões de ordem econômica ou de prestígio que esses conflitos se estabelecem. Na sociedade (inclusive no seio familiar) encontramos práticas e valores arraigados que, por outras razões, podem tolher a possibilidade de vivência de uma relação experimental com o presente. As práticas e valores conservadores e restritivos associados a certas crenças religiosas são um exemplo disso. O machismo também é uma variável importante. Sua influência sobre as possibilidades de vivência da condição juvenil vem de há muito tempo: até meados do século XIX as moças não frequentavam a escola, por exemplo, e eram criadas desde cedo como mulheres em miniatura, destinadas a casar, a servir ao marido, e a permanecer reclusa na esfera familiar, alijadas do convívio social e do trabalho – atividade que poderia lhe conferir uma margem de autonomia – restringindo-lhe o acesso a certas condições econômicas e sociais indispensáveis ao exercício da condição juvenil. Estes são elementos arraigados culturalmente que ainda hoje se manifestam em maior ou menor medida.

3.3 Condições econômicas para a realização da juventude

Vimos que a juventude, definida como o direito a uma relação experimental com o presente, carrega um potencial de renovação cultural da sociedade e que este potencial se condensa em certos contextos institucionais podendo, ainda que sob a resistência ativa dos adultos, dar origem a movimentos coletivos de juventude. Isso, todavia, não explica tudo. Falta um elemento frequentemente omitido em debates sobre a questão da juventude, e que nos remete à questão econômica. A juventude se define como um papel social relacionado à possibilidade de vivência experimental com o presente na exata medida em que lhe é assegurado o direito à desresponsabilização com o próprio sustento. Dito claramente: a possibilidade efetiva de usufruto do direito à juventude está intimamente associado a uma certa condição de classe.

Quando, por força das circunstâncias, alguém é obrigado a engajar-se numa atividade profissional, seja para sustentar-se, seja para garantir o sustento de um núcleo familiar pelo qual é responsável, então não existe a possibilidade de uma vivência experimental com o presente, de escolha, e de preparação para um papel futuro. As opções já estão dadas e a margem para inovação cultural é muito pequena. Pois é exatamente o que acontece entre as famílias economicamente menos privilegiadas – aspecto que em nosso país encontra-se indissociavelmente atrelado à questão étnica ou racial. Nesses casos a experiência juvenil acaba restrita praticamente à entrada num mercado de consumo tipicamente jovem que é particularmente voltado ao lazer e à moda e que acaba tomado como válvula de escape de uma realidade massacrante. Na raiz desse fenômeno encontra-se a divisão entre as classes e a exclusão social, inscritas como traços estruturais do capitalismo.

No extremo oposto temos os filhos e filhas das famílias muito privilegiadas. Nestes casos a condição juvenil é experimentada, frequentemente, em situações de completa dependência econômica em relação à família. Essa dependência, inclusive, tem se alargado historicamente, na medida em que se alonga o período necessário a preparação educacional para a disputa do mercado no trabalho e o exercício de uma profissão especializada.

Essa situação de alargamento é produto de uma tendência, resultante da pressão – sobretudo da classe média – de ampliação, para si, das oportunidades educacionais no capitalismo, tidas erradamente, inclusive, como condição suficiente à diminuição das igualdades sociais (é a chamada ideologia da ascensão social). O fato é que essa pressão, sob as restritas oportunidades de trabalho oferecidas pelo sistema, fazendo massificar um dado nível de formação educacional, cria a necessidade nível superior de formação como critério de recrutamento da força de trabalho. Esse fenômeno de alargamento do tempo de escolarização adia a entrada dos jovens de famílias privilegiadas no mercado de trabalho, reforçando uma situação de dependência que se tem descrito como “adolescência tardia”.

Como o próprio conceito indica, essa situação de dependência econômica prolongada reduz a margem de autonomia do jovem, incidindo inclusive sobre os processos de amadurecimento psicológico que envolvem a elaboração da própria identidade. Não apenas pelos laços de dependência emocional, que se reforçam nessa situação, mas também pelos mecanismos de controle sobre o jovem que a família continua a dispor – inscritas na relação de dependência econômica –, e que se traduzem na maior possibilidade desta em regular o uso do tempo livre do jovem, canalizando suas energias em direção à realização do projeto que ela, a família, reserva para ele.

Isso significa, em suma, que as possibilidades de exercício efetivo da condição jovem são restringidas por situações econômicas desfavoráveis. Enquanto no extremo oposto, as condições econômicas para o efetivo exercício da condição juvenil estão dadas, mas a dependência absoluta em relação à família geram situações que são restritivas do ponto de vista geracional: em contextos culturais menos liberais a dependência econômica reforça os mecanismos por meio dos quais a família se impõe como um elemento de resistência ativa à possibilidade de experimentação e inovação cultural.

Frente a isso, poderia-se considerar que a situação econômica mais favorável ao pleno exercício da condição juvenil, ao contrário do que se pensa, não é uma situação de dependência absoluta em relação a família, mas de dependência relativa. O exercício de uma atividade profissional, desde em que caráter parcial ou provisório, permite ao jovem dispor de recursos que pode investir conforme o critério de suas próprias expectativas e desejos – pressupondo que sua situação econômica lhe permita, ao mesmo tempo, completar o necessário ao seu sustento.

Em outras palavras, a situação de dependência econômica relativa garante uma margem de autonomia, também relativa, em relação às pressões e resistências ativas que as novas gerações sofrem dos adultos, sobretudo no contexto familiar, potencializando a realização da experiência juvenil entendida como momento de vinculação experimental com o presente e como possibilidade renovação e inovação culturais. Nesse processo, desde que garantidas certas condições institucionais – isto é, desde que os pontos de encontro juvenil existam e que neles o convívio e a interação sejam garantidos – então aquela energia potencialmente renovadora poderá se manifestar na forma de movimentos coletivos de juventude.

4. Os socialistas e a juventude, a juventude e o socialismo

À luz dos elementos até aqui expostos, pode-se concluir o seguinte: o estágio particular da vida que se define como juventude está associada a um conjunto de direitos e deveres. Na modernidade capitalista, em poucas palavras, estes correspondem ao direito à vivência experimental do presente, à busca por um lugar no mundo e à elaboração da própria identidade; mas que se realiza sob a pressão de integração definitiva na sociedade, materializada na preparação escolar como uma obrigação ou um dever.

Além disso, vimos que a possibilidade de experimentação, de definição da própria identidade, e de busca por um papel na sociedade, se realiza num contexto material e cultural concreto. Ou seja, existem certos fatores que condicionam ou determinam a possibilidade de usufruto da condição juvenil e da conformação de sua capacidade de renovação cultural em movimentos coletivos. A dependência econômica relativa em relação à família é o primeiro destes fatores. Ela permite ao jovem uma margem de manobra em relação às pressões sociais e também o tempo livre necessário à busca e à experimentação.

Mas essa experimentação não se realiza plenamente em escala individual. É no convívio e na interação que os desejos, expectativas, frustrações e insegurança são reelaborados e se materializam em movimentos coletivos, de ordem cultural ou política, por exemplo. E para que isso aconteça algumas condições institucionais devem ser garantidas além das econômicas, é preciso que os jovens tenham a possibilidade de estabelecer seus pontos de encontro. E que estes pontos comportem a possibilidade de integração. Do contrário, o potencial de renovação cultural se dissipa.

Frente a isso podemos, finalmente, estabelecer alguns nexos entre a condição juvenil e o programa e estratégia socialistas. Antes de mais nada, é preciso reconhecer que a opção por potencializar a presença e a prática da juventude enquanto elemento culturalmente inovador

pressupõe uma opção ético-política por uma sociedade dinâmica, atravessada por pressões renovadoras. A plena realização deste objetivo implica, em última, numa luta pelo fim das classes sociais, ou seja, a implantação e o aprofundamento do projeto socialista. Ao mesmo tempo, introduz neste projeto um componente de instabilidade indispensável à sua caracterização enquanto projeto radicalmente democrático de organização da vida coletiva. Afinal, o socialismo não representa o fim dos conflitos humanos, e sim uma maneira radicalmente democrática de equacioná-los. Nessa equação deve-se preservar o papel da juventude enquanto agente potencial de renovação cultural.

Mas não é somente do ponto de vista do programa socialista que a juventude pode ocupar um papel importante. Na própria construção deste projeto a juventude pode ser incorporada como elemento dinâmico. Neste caso, cabe aos socialistas lutar para que o potencial de renovação cultural que se opera a partir do meio juvenil se realize, sob o capitalismo, no sentido de consolidação de uma cultura participativa e humanista, marcada pelo respeito à diferença e pelo intransigente combate à desigualdade e às opressões de toda ordem. Cabe aos socialistas, ao mesmo tempo, lutar para que essas energias sejam aproveitadas nas lutas pelo alargamento das condições sociais e econômicas que condicionam os movimentos de renovação cultural da sociedade.

Isso implica num duplo movimento: primeiro, reunir e organizar as energias disponíveis no meio juvenil, procurando, a partir de uma análise da realidade, identificar os lugares e setores da sociedade em que o seu potencial de renovação se manifesta sob condições mais favoráveis, sobretudo em termos econômicos e sociais. E, segundo, aproveitar as energias já existentes neste e noutros segmentos da sociedade para alargar as condições existentes, onde quer que estas sejam restritivas à experiência juvenil. Tarefa esta que se desdobra em duas frentes: a luta por dentro do Estado, traduzindo as mudanças necessárias, por exemplo, em políticas públicas voltadas ao segmento jovem; e também na luta por fora do Estado, reunindo energias e exercendo pressões sem as quais nenhuma mudança significativa no plano institucional pode efetivamente se realizar.

** Nota do autor:* Agradeço à comissão organizadora e aos participantes do Seminário “*Os Movimentos Sociais e a Luta pelo Socialismo*”, ocorrido em julho em São Paulo, onde apresentei uma primeira versão do texto. E também à Evelize Pacheco e Joana Borges, pela leitura crítica e contribuições.

**Carlos Henrique M. Menegozzo é sociólogo e bibliotecário, especialista em arquivologia. Dedicou-se à história da esquerda e dos movimentos estudantis no Brasil nos anos 1970 e 1980, e ao tratamento de fontes documentais relacionadas a essas temáticas. Trabalha atualmente no Centro Sérgio Buarque de Holanda/FPA.*

Neoliberalismo como “jaula de ferro” | Juarez Guimarães

A vitória central do neoliberalismo foi a de disputar e, pelo menos por um período, vencer o conflito fundamental sobre o que deve ser a liberdade no mundo moderno e contemporâneo. Esta dupla vitória foi obtida tanto sobre as tradições socialistas como sobre o chamado liberalismo social ou keynesiano.

A liberdade é um valor fundamental no processo de formação do que se chamou de Modernidade. É o fundamento central de legitimação do Estado moderno em relação às ordens políticas anteriores, centradas na legitimação por adesão a um princípio teológico, da origem divina da autoridade política. É um grande mérito dos historiadores da filosofia política ter documentado, ao longo das últimas décadas, que as chamadas revoluções que formaram o mundo moderno ocidental – as revoluções inglesa, norte-americana e francesa e também a revolução haitiana – tiveram no seu centro a disputa sobre o que devia ser a liberdade entre as tradições do republicanismo democrático e do liberalismo.

Esta documentação é decisiva porque a tradição liberal, em seu processo de dogmatização antipluralista como visão de mundo dominante no mundo moderno, identificou Modernidade e liberalismo, este último sendo apresentado como historicamente formador das liberdades e dos direitos contemporâneos. Até hoje, é muito frequente que historiadores, teóricos marxistas ou marxizantes e ativistas da esquerda apresentem estas liberdades como “burguesas”, isto é, como liberais.

Através desta nova perspectiva histórica, hoje fartamente documentada, havia um conceito republicano de liberdade antes e alternativo ao conceito liberal de liberdade, vinculada à noção básica de autonomia e autogoverno. Esta tradição republicana democrática disputou com o liberalismo em formação ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX o que seria uma ordem política baseada na liberdade. O liberalismo, portanto, se formou em disputa com as ordens teológicas mas também, e cada vez mais, contra estas correntes republicanas democráticas.

O socialismo democrático de Marx, a formação do feminismo como emancipação, as lutas contra a escravidão e o antirracismo formaram-se como herança e

atualizações críticas destas tradições republicanas democráticas. É, portanto, um grande erro apontar o liberalismo como origem da democracia moderna. Seria mais verdade apontar que ele foi, desde sempre, em suas correntes majoritárias, fortemente crítico à própria noção de soberania popular, à universalização dos direitos humanos, em particular aos direitos do trabalho, aos nascentes movimentos feministas e antirracistas.

O liberalismo social ou keynesiano, chamado por Norberto Bobbio de “liberal socialista” ou “socialista liberal”, dominante no centro da tradição liberal do período do pós-guerra até o fim dos anos setenta, foi decerto uma tentativa, que se revelou instável e conformada apenas aos países capitalistas centrais, de compatibilizar liberalismo e democracia, justiça social e liberalismo, democracia liberal e uma promessa de uma crescente expansão e universalização dos direitos de cidadania. O neoliberalismo como teoria política, nasceu em disputa com este sincretismo, esta mistura, este arranjo liberal-social, que para os fundadores do neoliberalismo, de Walter Lipmann aos ordoliberalis alemães, passando por Hayek, desorganizava o sentido do próprio liberalismo clássico e colocava esta tradição em uma situação defensiva e precária diante das pressões reformistas dos trabalhistas e social democratas ou mesmo revolucionárias das esquerdas marxistas.

Assim, o grande investimento neoliberal foi disputar e vencer o significado, o valor e o sentido da liberdade e, através desta mudança, atacar frontalmente o próprio valor da justiça social ou da igualdade. Apesar de se auto designarem como herdeiros e atualizadores do liberalismo clássico, este conceito de liberdade neoliberal é, de fato, uma refundação da tradição liberal da liberdade. Neste sentido rigoroso, o neoliberalismo é um liberalismo; inscreve-se nesta tradição e tem muitas relações fundamentais de afinidade com ela. Mas é, e isto é decisivo, um novo liberalismo.

Este novo liberalismo ou neoliberalismo afirmou-se na década final da chamada “Guerra Fria” e, depois, após o fim da URSS e de seu sistema internacional de domínio no Leste Europeu, massificou uma nova concepção de liberdade, hoje dominante no mundo ocidental. Essa nova concepção é, na verdade, um novo princípio de legitimação da dominação da ordem capitalista contemporânea.

É preciso entender, assim, este novo conceito de liberdade que explica porque os neoliberais paradoxalmente bradam contra a democracia em nome da liberdade.

Uma nova concepção de liberdade

É no livro “A constituição da liberdade” (1961) que Hayek organiza, de forma sistemática, este novo conceito de liberdade. Após afirmar no título e na introdução o valor central da liberdade, Hayek procede a quatro operações simultâneas que redefinem a liberdade em diálogo com o liberalismo clássico, mas claramente formando um novo conceito. A liberdade deixa de ter um sentido puramente “negativo”, isto é, de limitação da atuação do Estado frente a certas dinâmicas mercantis e passa a ser associada positivamente a um valor ontológico mercantil, isto é, o exercício do autodesenvolvimento das individualidades no cosmos do mercado. A pergunta fundamental deixa de ser sobre as fronteiras da atuação do Estado na economia e na liberdade privada e passa a ser sobre o sentido mesmo desta atuação; se favorece ou não essa liberdade ontologicamente mercantil.

A primeira operação é aquela voltada a separar liberdade de autogoverno, liberdade de democracia ou liberdade de soberania política. Hayek faz a crítica do entendimento da “liberdade política”, isto é, da liberdade que é fruto da atuação ativa dos cidadãos na vida pública. O alvo central aí são exatamente as tradições do republicanismo democrático ou do socialismo democrático, que Hayek caracteriza como idealista e inconsistente teoricamente. A democracia como soberania popular passa a ser a principal ameaça à liberdade: o argumento contramajoritário da necessidade de limitar os poderes legislativos da maioria, presente no liberalismo do século XIX, ganha aqui uma forma extremada.

A segunda operação é definir a liberdade como estritamente individual. Hayek trabalha com o par de oposição individualismo/ coletivismo, identificando a liberdade com o primeiro. Não há sentido, nesta gramática nova da liberdade, em falar de vontade geral ou esfera pública, de interesse público ou bem comum. Apenas as ações individuais têm sentido: Hayek critica mesmo o utilitarismo (que faz a agregação dos interesses individuais para pensar o interesse da maioria) ou as noções pluralistas liberais de democracia (que pensam a democracia como a barganha permanente de grupos de interesses no interior das instituições da democracia via partidos).

A terceira operação é a de separar radicalmente liberdade de igualdade, o que lhe permitirá no momento seguinte fazer a apologia da desigualdade como fruto inevitável e motor do progresso das sociedades através dos mecanismos da competição mercantil. Uma sociedade igualitária seria, além de injusta e incompatível com a liberdade, estagnada e carente de inovação. A compreensão do porquê as democracias liberais nas últimas décadas foram palco do crescimento das desigualdades sociais, raciais e de gênero passa por esta redefinição do estatuto da liberdade com a igualdade. Aquela tensão entre liberdade e igualdade encontrada nas formas clássicas do liberalismo é aqui superada por uma cisão e por uma apologia da desigualdade.

A quarta operação é voltada contra o feminismo. Não há lugar no conceito de liberdade de Hayek nem para a aventura da subjetivação da liberdade, que é própria do feminismo, nem para a dimensão pública da reprodução social, inserindo-se esta liberdade em um conceito estritamente patriarcal de sociedade. A via mercantil de autorrealização das mulheres é, assim, oposta ao feminismo como uma teoria da emancipação socialista: a própria prostituição é legitimada como parte deste processo de mercantilização da vida social.

Para Hayek, o oposto de liberdade é a coerção, exercida pelo Estado como monopólio do uso da força. Um sujeito faminto, obrigado a vender-se no mercado para sobreviver, não constituiria coerção já que ele tem alternativas no mercado e, em casos extremos, uma renda mínima provisoriamente fornecida pelo Estado. Hayek evoca mesmo a figura do miserável livre oposta à do bem saciado mas constringido pelas ordens do Estado.

Marx livre

Seria necessário entender o contexto político no qual esta nova concepção de liberdade neoliberal se afirma. Pois as tradições opositoras aos neoliberais, a social-democrata e a tradição socialista encontravam-se centradas em seus apelos às políticas distributivistas ou de igualdade social, mas problematicamente situadas em relação ao princípio da igualdade como autodeterminação, como autonomia, como soberania popular.

Em particular, aquela tradição ainda dominante no mundo do pós-guerra que se apresentava como socialista ou falando em nome do marxismo – a tradição estalinista – apresentava aberta ruptura com o valor da liberdade e da autodeterminação. As correntes de época da social-democracia e do trabalhismo, como documenta em várias passagens Hayek, não sem exercer o direito arbitrário de citar, exaltavam a necessidade da planificação central mas eram pouco ciosas de conferir a este planejamento uma dimensão democrática ou participativa.

É esta disjuntiva ou cisão de época entre liberdade e igualdade que está por detrás da famosa declaração do liberal-socialista Norberto Bobbio que define ser de esquerda no mundo contemporâneo através da afinidade com o valor da igualdade. Bobbio, como a tradição liberal, afirmava que houve historicamente liberalismo não democrático mas não pode haver democracia sem liberalismo. A relação do socialismo com o valor da liberdade não havia passado nas duras provas da história.

Dá a necessidade de reconstruir um marxismo para o século XXI – como era o socialismo democrático de Marx – com um fundamento forte de liberdade e

igualdade em seu centro. Pois só podemos ser iguais – não escravos, servos ou dependentes, seres sem autonomia – se formos livres, individual ou coletivamente. Só uma tradição renovada do socialismo democrático poderá derrotar o neoliberalismo.

REFORMA OU REVOLUÇÃO?

Rosa Luxemburgo

PARTE I – CAP. 3 - A REALIZAÇÃO DO SOCIALISMO PELAS REFORMAS SOCIAIS

Ao recusar a teoria da catástrofe, Bernstein recusa-se a encarar a derrocada do capitalismo como via histórica conduzindo à realização da sociedade socialista. Qual é a via para os teóricos da "adaptação do capitalismo"? Bernstein faz apenas breves alusões a essa questão a que Conrad Schmidt procurou responder detalhadamente, dentro do espírito de Bernstein (ver o Vorwärts de 20 de Fevereiro de 1898, revista dos livros). Na óptica de Conrad Schmidt "a luta sindical e a luta política pelas reformas teriam como resultado um controlo social cada vez mais directo sobre as condições de produção" e chegariam a "restringir cada vez mais, por meio da legislação, os direitos do proprietário do capital, reduzindo-o à condição de simples administrador" até ao dia em que finalmente "levará ao capitalista, no limite da sua resistência, vendo a sua propriedade perder progressivamente o valor para si, a direcção e a administração da exploração" até se introduzir finalmente a exploração colectiva.

Em resumo, os sindicatos, as reformas sociais e, acrescenta Bernstein, a democratização política do Estado, são os meios para realizar progressivamente o socialismo.

Comecemos pelos sindicatos: a sua função principal – ninguém a expôs melhor que o próprio Bernstein, em 1891 na Neue Zeit – consiste em permitir aos operários a realização da lei capitalista dos salários, quer dizer a venda da força de trabalho ao preço conjuntural do mercado. Os sindicatos servem o proletariado utilizando no seu próprio interesse, a cada instante, essas conjunturas do mercado. Mas as próprias conjunturas, isto é, por um lado a procura da força de trabalho determinada pelo estado da produção e, por outro, a oferta da força de trabalho criada pela proletarianização da classe operária, enfim, o grau de produtividade do trabalho, estão situadas fora da esfera de influência dos sindicatos. Assim, esses elementos não podem suprimir a lei dos salários. Podem, na melhor das hipóteses, manter a exploração capitalista no interior dos limites "normais" determinados em cada momento pela conjuntura, mas estão longe do processo de suprimir a exploração em si-mesma, mesmo que progressivamente.

É verdade que Conrad Schmidt considera o sindicalismo actual como estando "num fraco estado inicial", e espera que, no futuro, o "movimento sindical exerça uma influência reguladora progressiva na produção". Mas essa influência reguladora na produção só pode ser entendida de duas maneiras:

trata-se de intervir no domínio técnico do processo, ou de fixar as próprias dimensões da produção. De que natureza poderá ser, rios dois campos, a influência dos sindicatos? É evidente que no concernente à técnica da produção, o interesse do capitalismo coincide até certo ponto com o progresso e o desenvolvimento da economia capitalista. É a necessidade vital que o impele a aperfeiçoar-se tecnicamente. Mas a situação do operário individual é absolutamente inversa: toda a transformação técnica se opõe aos interesses dos operários directamente implicados e agrava a sua situação imediata, depreciando a força do trabalho, tornando o trabalho mais intensivo, mais monótono, mais penoso. Na medida em que o sindicato pode intervir na técnica de produção, só o pode evidentemente fazer nesse sentido, quer dizer, ordenando a atitude de cada grupo operário directamente interessado, por consequência opondo-se necessariamente às inovações. Nesse caso, não se trata do interesse global da classe operária nem da sua emancipação, que coincide sobretudo com o progresso técnico, quer dizer, com o interesse de cada capitalista, mas, muito pelo contrário, de uma defesa de interesses orientada no sentido da reacção. Com efeito, tais intervenções no domínio técnico reencontram-se não no futuro, onde os procura Conrad Schmidt, mas no passado do movimento sindical. São característicos da mais antiga fase do trade-unionismo inglês (até metade dos anos de 1860), onde se encontram sobrevivências corporativas da Idade Média, que se inspiravam no princípio caduco do "direito adquirido num trabalho conveniente", segundo a expressão de Webb, na sua teoria e prática dos sindicatos ingleses (t. II, p. 100 e seguintes). A tentativa dos sindicatos para fixar as dimensões da produção e dos preços das mercadorias é, muito pelo contrário, um fenómeno recente. Só que a vimos aparecer nos últimos tempos, mais uma vez e somente em Inglaterra (ibid., t. II, p. 115 e seg.). É de inspiração e tendência análogas às precedentes. A que se reduz com efeito a participação activa dos sindicatos na fixação das dimensões e do custo de produção das mercadorias? A uma concentração, reunindo os operários e os empresários contra o consumidor, a utilizar contra os empresários concorrentes medidas coercivas que nada devem aos métodos da associação patronal ordinária. Já não se trata aí de um conflito entre o trabalho e o capital, mas de uma luta travada solidariamente pelo capital e pela força do trabalho contra a sociedade consumidora. Se ajuizarmos do seu valor social, é um empreendimento reaccionário, não se pode constituir como um estádio da luta para a emancipação do proletariado, porque é o oposto de uma luta de classes; se ajuizarmos do seu valor prático, é uma utopia: basta um relance para se ver que não pode ser alargada a grandes sectores da produção, trabalhando para o mercado mundial.

A actividade dos sindicatos reduz-se, essencialmente, à luta para aumento dos salários e para a redução do tempo de trabalho, procura unicamente ter uma influência reguladora sobre a exploração capitalista, segundo as flutuações do mercado; toda a intervenção no processo de produção é-lhe, pela própria natureza das coisas, interdita. Mas, além do mais, o movimento sindical desenvolve-se num sentido oposto ao da hipótese de Conrad Schmidt: tende a cortar totalmente o mercado de trabalho de qualquer contacto directo com o resto do mercado. Citemos um exemplo característico dessa tendência: toda a tentativa para ligar directamente o contrato de trabalho com a situação geral da produção, pelo sistema de escala móvel de salários, é ultrapassada pela evolução histórica, e as trade-unions afastam-se cada vez mais dela (Webb, *ibid.*, p. 115). Mesmo no interior dos limites da sua esfera de influência, o movimento sindical não aumenta indefinidamente a sua expansão, como o suponha a teoria da adaptação do capitalismo. Muito pelo contrário. Se se examinarem vários longos períodos de desenvolvimento social, é-se obrigado a constatar que, no conjunto, vamos enfrentar uma época não de expansão triunfante, mas de dificuldades crescentes para o movimento sindical. As reformas chocam-se algures com os limites dos interesses do capital. Claro que Bernstein e Conrad Schmidt consideram que o movimento sindical actual é um "fraco estágio inicial"; esperam, para o futuro, reformas que se desenvolvam até ao infinito, para maior bem da classe operária. Aí, cedem à mesma ilusão em que acreditam, quando consideram a expansão ilimitada do sindicalismo. Quando o desenvolvimento da indústria atingir o seu apogeu e o mercado mundial iniciar a fase descendente, a luta sindical tornar-se-á difícil: 1º, porque as conjunturas objectivas do mercado serão desfavoráveis à força do trabalho, a procura da força de trabalho aumentará mais lentamente e a oferta mais rapidamente, o que não é o caso actual; 2º, porque o próprio capital para se compensar das perdas sofridas no mercado mundial, se esforçará por reduzir a parte do produto pertencente aos operários. A redução dos salários não é, em resumo, segundo Marx, um dos principais meios de travar a baixa das taxas de lucro? (ver Marx, *Capital*, livro III, cap. XIV, 2, Tomo X, p. 162). A Inglaterra oferece-nos o exemplo do princípio do segundo estágio do movimento sindical. Nessa fase, a luta reduz-se necessariamente e cada vez mais à simples defesa dos direitos adquiridos e mesmo isso é cada vez mais difícil. Esta é a tendência geral da evolução cuja contrapartida deve ser o desenvolvimento da luta de classe política e social.

Conrad Schmidt comete o mesmo erro de perspectiva histórica no referente à reforma social: espera que "obrigue a classe capitalista com a ajuda das coalizões operárias sindicais, às condições em que possa adquirir a força de trabalho". É a reforma social assim compreendida, que Bernstein assimila

a legislação social, considerando-a um bocado de "controlo social" e como tal um bocado de socialismo. Da mesma maneira, Conrad Schmidt chama ao falar das leis de protecção operária: "controlo social"; depois de ter transformado, do mesmo modo e com felicidade, o Estado em sociedade, acrescenta, com uma confiança magnífica: "quer dizer a classe operária". São vítimas da mesma ilusão, quando acreditam fervorosamente numa expansão ilimitada do sindicalismo.

A teoria da realização progressiva do socialismo por intermédio de reformas sociais implica – e é aí que se encontra o seu fundamento – um certo desenvolvimento objectivo tanto da propriedade capitalista como do Estado. No referente à primeira, o esquema do desenvolvimento futuro tende, segundo Conrad Schmidt, a "restringir progressivamente os direitos do proprietário do capital, reduzindo-o a um papel de simples administrador". Para compensar a pretensa impossibilidade de destruir de uma só vez a propriedade dos meios de produção, Conrad Schmidt inventa uma teoria de expropriação progressiva. Imagina que o direito de propriedade se divide em "direito supremo de propriedade" atribuído à "sociedade" e obrigado, segundo ele, a alargar-se sempre mais, e direito de usufruto que, nas mãos do capitalismo, se reduzirá cada vez mais à simples gestão da empresa. Ora, de duas coisas, uma: ou essa construção teórica não passa de uma inocente figura de retórica a que não se dá a mínima importância e então a teoria da expropriação progressiva perde todo o fundamento; ou representa, a seus olhos, o verdadeiro esquema de evolução jurídica; mas, neste caso, engana-se de uma ponta à outra. A decomposição do direito de propriedade em diversas competências jurídicas, a que Conrad Schmidt recorre para engendrar a sua teoria da "expropriação progressiva" do capital, caracteriza a sociedade feudal baseada na economia natural: a repartição do produto social entre as diferentes classes da sociedade praticava-se naturalmente e fundamentava-se nas relações pessoais do senhor feudal com os seus vassallos. Em compensação, a passagem à produção mercantil e a dissolução de todas as ligações pessoais entre os diversos participantes no processo de produção reforçou as relações entre o homem e a coisa, quer dizer, a propriedade privada. A partir desse momento, a repartição já não se fundamentava em relações pessoais, mas realizava-se através dos meios de troca; os diferentes direitos de participação na riqueza social não se mediam em fracções do direito de participação à riqueza social, não se medindo em fracções do direito de propriedade de um objecto, mas pelo valor conferido a cada um no mercado. De facto, a primeira grande transformação introduzida nas relações jurídicas na sequência do aparecimento da produção mercantil nas comunas urbanas da Idade Média foi a criação da propriedade privada absoluta no próprio núcleo das relações jurídicas feudais, a criação do regime de propriedade parcelada. Mas na produção capitalista essa evolução não

parou. Por acréscimo, quanto mais o processo de produção é socializado, mais se fundamenta exclusivamente na troca e mais a propriedade privada capitalista adquire um carácter absoluto e sagrado. A propriedade capitalista, que era um direito sobre os produtos do seu próprio trabalho, transforma-se crescentemente num direito de apropriação do trabalho dos outros. Enquanto o capitalista gerava ele próprio a fábrica, a repartição contínua estava ligada, em certa medida, a uma participação pessoal no processo de produção. Mas, na medida em que se pode ultrapassar o capitalista para dirigir a fábrica – que é o caso das sociedades por acções – a propriedade do capital, enquanto participação na repartição, liberta-se completamente de qualquer relação pessoal com a produção, surge na sua forma mais pura e absoluta. É no capital-acção e no capital de crédito industrial que o direito de propriedade capitalista atinge a sua forma mais acabada.

O esquema histórico de Conrad Schmidt que mostra o proprietário passando da função de "proprietário a simples administrador" não corresponde de modo algum à tendência real da evolução; esta mostra-nos, pelo contrário, a passagem do proprietário e administrador a simples proprietário.

Aqui, encontra-se um paralelo entre Conrad Schmidt e Goethe: "o que se possui vê-o como longínquo, o que não existe torna-se, a seus olhos, a realidade".

O seu esquema histórico apresenta-nos uma evolução económica .que retrogradaria o estágio moderno da sociedade por acções para a manufactura ou mesmo oficina artesanal; mesmo juridicamente pretende levar o mundo capitalista para o seu berço, para o mundo feudal da economia natural.

Nessa perspectiva, o "controlo social", tal como é apresentado por Conrad Schmidt, aparece sobre outra focagem. O que hoje é a acção de "controlo social" – a legislação operária, controlo das sociedades por acções, etc., – não tem, de facto, nenhuma relação com uma participação no direito de propriedade, com uma "propriedade suprema" da sociedade. A sua função não é limitar a propriedade capitalista, mas, pelo contrário, protegê-la. Ou ainda – economicamente falando – não constitui um ataque à exploração capitalista, mas uma tentativa de a normalizar. Quando Bernstein põe a questão de saber se esta ou aquela lei de protecção operária é mais ou menos socialista, podemos responder-lhe que a melhor das leis de protecção operária tem mais ou menos tanto socialismo como as disposições municipais de limpeza das ruas e o acendimento dos bicos de gás – que também revelam o "controlo social".

Notas:

(1) Cada Estado (Land) do Império Alemão tinha a sua Constituição e o seu Parlamento (Landstag) . Depois da considerável expansão do movimento socialista, e desde a abolição da lei de excepção, o Saxe instaurou um sistema eleitoral análogo ao existente na Prússia baseado nas categorias do rendimento (Dreiklassenwahl). (retornar ao texto)

(2) Rosa Luxemburg dá esta designação às diversas formas modernas de concentração do capital: trusts, concentrações, etc. –(N. T.). (retornar ao texto)

(3) Numa nota ao ,livro III do Capital, F. Engels escreveu em 1894: "Desde que estas linhas foram escritas (1865), a concorrência aumentou consideravelmente no mercado mundial, devido ao rápido desenvolvimento industrial de todos os países civilizados. especialmente na América e na Alemanha. A constatação do rápido e gigantesco crescimento das forças produtivas modernas ultrapassa em cada dia e cada vez mais as leis da troca capitalista das mercadorias, no quadro das quais essas forças se devem movimentar, e esta constatação impõe-se na hora actual com uma evidência progressivamente crescente, mesmo perante a consciência dos capitalistas. Esta constatação verifica-se sobretudo através de dois sintomas. Em primeiro lugar, na mania proteccionista que se generalizou e difere do anterior sistema proteccionista principalmente por proteger em particular os artigos mais aptos para a exportação. Depois, nos monopólios através dos quais os fabricantes de grandes grupos totais de produção regulamentam a produção e, por consequência, os preços e os lucros. Note-se que essas experiências só são possíveis quando a situação económica é relativamente favorável. A primeira perturbação reduzi-las-á a nada e demonstrará que, embora a produção precise de ser regulamentada, não é certamente a classe capitalista que será chamada a fazê-lo. Enquanto esperam, esses monopólios em concentração só têm um objectivo: tomar todas as medidas para que os mais pequenos sejam engolidos pelos maiores e ainda mais rapidamente que no passado". (Capital III, tomo IX, 'PP. 204- -205, tradução Molitor, ed. Costes).

PARTE II – CAP. 1 - O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E O SOCIALISMO⁽⁵⁾

A maior conquista da luta da classe proletária, no decurso do seu evoluir, foi descobrir que a realização do socialismo encontra apoio nos fundamentos económicos da sociedade capitalista. Até

esse momento o socialismo que era um "ideal", objecto dos sonhos milenários da humanidade, tornou-se uma necessidade histórica.

Bernstein contesta a existência, na sociedade actual, desses fundamentos económicos do socialismo. A sua argumentação sobre este assunto sofreu uma evolução deveras interessante. A princípio, na *Neue Zeit*, constava simplesmente a rapidez do processo de concentração industrial e baseava-se numa comparação dos números de estatística profissional na Alemanha de 1895 e de 1882. Para poder adaptar esses resultados aos seus fins, foi obrigado a recorrer a procedimentos sumários e mecânicos. Mas, mesmo na melhor das hipóteses, Bernstein, demonstrando a sobrevivência tenaz das empresas médias, não podia enfraquecer minimamente a análise marxista. O marxismo não implica, como condição para a realização do socialismo, nem um certo ritmo de concentração industrial, quer dizer um prazo determinado para a realização do objectivo final do socialismo, nem, como o demonstramos, a desapareição absoluta dos pequenos capitais, ou por outras palavras, a desapareição da pequena burguesia.

Seguidamente, Bernstein fornece, no seu livro, novo material comprovativo, a saber: a estatística das sociedades por acções que, segundo ele, deveria demonstrar que o número de accionistas cresce constantemente e por consequência, a classe capitalista, em vez de diminuir numericamente, aumenta. É espantoso verificar até que ponto Bernstein conhece pouco os documentos existentes e como os utiliza mal na defesa da sua tese!

Se tinha procurado, fundamentando-se nas sociedades por acções, provas contra a lei marxista do desenvolvimento industrial, deveria citar outros números totalmente diferentes. Qualquer pessoa que conheça a história das sociedades por acções na Alemanha, sabe que o capital inicial por empresas diminui quase regularmente. Assim, antes de 1871, esse capital ascendia a cerca de 10,8 milhões de marcos, em 1871, não ultrapassava os 4,01 milhões de marcos, em 1873 – 3,8 milhões, de 1882 a 1887 menos de um milhão; em 1891 – 0,52 milhões e em 1892 ascendia a somente 0,62 milhões de marcos. Desde que esses números começaram a oscilar à volta de um milhão de marcos, chegaram mesmo a descer dos 1,78 milhões em 1895 a 1,19 milhões de marcos no decurso do primeiro semestre de 1897 (Van der Borcht: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 1).

Eis os números espantosos: Bernstein podia deduzir toda uma tendência antimarxista do desenvolvimento, que seria a redução das grandes empresas e o retorno às pequenas empresas. Mas,

neste caso, não importa o que se lhe poderia responder, porque essas estatísticas têm um valor de prova, deve-se provar que se reportam aos mesmos sectores da indústria; deve-se demonstrar que as pequenas empresas surgem em substituição das grandes empresas, e não em sectores onde predominem o capital familiar ou mesmo o artesanato ou ainda a empresa de minúsculas dimensões. Mas esta é uma prova que não se pode fazer, porque a substituição de inúmeras empresas médias ou pequenas por sociedade por acções só se pode explicar pela penetração, em novos sectores da produção, do sistema das sociedades por acções. É verdade que esse sistema, que inicialmente só se applicava a um pequeno número de grandes empresas, adaptou-se progressivamente às médias e mesmo pequenas empresas (constatamos mesmo a constituição de sociedades por acções com menos de mil marcos de capital!).

Mas que significa, no plano económico, a cada vez maior utilização do sistema de sociedades por acções? Significa a socialização crescente da produção no interior do capitalismo, a socialização da grande, mas também da média ou pequena produção, por consequência qualquer coisa que não contradiz a teoria marxista mas, pelo contrário, a confirma da forma mais evidente.

Com efeito, se é necessário definir economicamente a produção das sociedades por acções, dir-se-á que esse fenómeno consiste em, por um lado, reunir um grande número de pequenas fortunas num grande capital de produção e, por outro, separar a produção da propriedade do capital; consequentemente, consegue ultrapassar de duas maneiras o modo de produção capitalista sem alterar os seus fundamentos capitalistas. Perante estes factos, o que significa a estatística citada por Bernstein do grande número de accionistas participando numa empresa? Prova simplesmente que hoje uma empresa capitalista não corresponde, como outrora, a um único proprietário do capital, mas a um número cada vez mais considerável de capitalistas e que, por consequência, a noção económica do "capitalista" não dissimula um indivíduo isolado, significa que o actual capitalista industrial é uma pessoa colectiva composta por centenas ou mesmo milhares de indivíduos, e que a própria categoria capitalista tornou-se, nos quadros da economia capitalista, uma categoria social, que se socializou.

Como explicar agora o erro de Bernstein que vê no fenómeno das sociedades por acções uma dispersão e não uma concentração do capital e que descobre uma extensão da propriedade capitalista onde Marx via muito pelo contrário, a "supressão dessa mesma propriedade?" Esse erro explica-se por uma confusão económica muito simples: para Bernstein a noção de capitalista abrange não uma

unidade económica mas uma unidade fiscal e por capital não entende um factor de produção mas simplesmente uma certa fortuna em dinheiro. Por isso no exemplo que cita, o de um monopólio inglês siderúrgico, não vê a fusão de 12.300 indivíduos numa só pessoa colectiva, mas a de 12.300 capitalistas individuais; assim o seu engenheiro Schulze que recebeu do usufrutuário dos rendimentos Müller, à maneira de dote da mulher, "um grande número de acções" (p. 54) é a seus olhos um capitalista. É assim que todo o mundo lhe surge como um formigueiro de "capitalistas"⁽⁶⁾. Esta confusão herdada da economia vulgar serve de base teórica a Bernstein para uma "vulgarização" do socialismo. Transferindo a noção de capitalista da esfera de produção para a da propriedade e "falando de homens em vez de falar em empresários" (p. 53), Bernstein transfere, igualmente o socialismo do campo da produção para o campo das relações de fortuna; transforma as relações entre o capital e o trabalho em relações entre ricos e pobres.

Eis-nos atirados de Marx e Engels para o autor do Evangelho do pobre pecador, com a diferença que Weitling, com um autêntico instinto proletário, via precisamente nesse antagonismo entre ricos e pobres os antagonismos de classe na sua forma primária, e pretendia fazer dele uma alavanca do socialismo; Bernstein vê a realização do socialismo pela transformação dos pobres em ricos, quer dizer, na atenuação dos antagonismos de classe; e aí compromete-se numa via pequeno-burguesa.

É verdade que Bernstein não se limita à estatística dos rendimentos. Fornece-nos igualmente estatísticas das empresas em Vários países: a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Suíça, a Áustria e os Estados Unidos. O que valem essas estatísticas? Não compara esses números dos diferentes períodos em cada país, mas de cada período nos diferentes países, não compara por consequência – à excepção da Alemanha onde retorna à velha comparação entre os anos 1895 e 1882 – a estatística de um determinado país em épocas diferentes, mas unicamente números absolutos para os diferentes países (para Inglaterra em 1891, para a França em 1894 e para os Estados Unidos em 1890, etc.). Chega à conclusão de que se "a grande exploração ainda hoje domina efectivamente a indústria, mas já só representa, incluindo as empresas que dela dependem, mesmo num país tão desenvolvido como a Prússia, mais ou menos metade da população ocupada na produção". O mesmo para a Alemanha, Inglaterra, Bélgica, etc.

O que demonstra não é evidentemente tal ou qual tendência do desenvolvimento económico, mas exclusivamente a relação absoluta entre forças de diferentes formas de empresas e de diferentes

classes profissionais. Pretende provar dessa maneira a possibilidade de realizar o socialismo, mas a sua argumentação fundamenta-se na tese pela qual o que decide a resultante da batalha social é a relação entre as forças numéricas materiais dos elementos que se defrontam; por consequência, a única violência. Bernstein que anteriormente invectivara de todas as maneiras o blanquismo, cai no mais grosseiro erro blanquista. Com a diferença que os blanquistas que são de tendência social-revolucionária, partem do postulado da possibilidade de realização económica do socialismo e baseiam nesse postulado as hipóteses de vitória de uma revolução violenta, mesmo que levada a efeito por uma minoria; Bernstein, ao contrário conclui que uma maioria numérica insuficiente do povo conduz à impossibilidade da realização económica do socialismo. A social-democracia não espera realizar o seu objectivo final pela violência vitoriosa de uma maioria, e muito menos de uma superioridade numérica da maioria; é a necessidade económica – e a consciência dessa necessidade que conduzirá ao derrubamento do capitalismo pelas massas populares. A expressão mais visível dessa necessidade é a anarquia capitalista.

Quanto a esse problema fulcral da anarquia na economia capitalista, o próprio Bernstein não nega as grandes crises gerais mas nega as crises parciais ou nacionais. Ao fazê-lo contesta que haja muita anarquia. Admite a existência de uma certa anarquia. É, para Bernstein, na economia capitalista como, para citar Marx, essa virgem louca com o seu filho "que era muito pequeno". Mas o azar é que num assunto desta natureza, muita ou pouca anarquia tudo vai dar rigorosamente ao mesmo. Se Bernstein admite a existência de um pouco de anarquia, o mecanismo da economia-mercantil provoca automaticamente a expansão monstruosa dessa anarquia – até ao afundamento do sistema. Mas, se Bernstein espera que, enquadrada nessa economia mercantil, essa pouca anarquia dê lugar à ordem e à harmonia, cai num dos erros fundamentais da economia burguesa vulgar, considerando o modo de troca independente do modo de produção.

Não pretendemos demonstrar aqui, em toda a sua extensão a espantosa confusão que Bernstein manifesta no seu livro sobre os mais elementares princípios de economia política. Mas há um ponto a tratar sobre a questão fundamental da anarquia capitalista que devemos esclarecer rapidamente.

Bernstein declara que a lei do valor-trabalho de Marx é uma simples abstracção; esse termo, em economia política, tem claramente, para ele, o valor de uma injúria. Ora, se o trabalho é uma simples

abstracção, "uma construção do espírito", todo o cidadão normal, tendo cumprido o serviço militar, pagando regularmente os seus Impostos, tem o mesmo direito que Marx de inventar uma patetice qualquer para fazer uma "construção do espírito" semelhante à lei do valor. "Marx tem tanto o direito de abstrair das qualidades da mercadoria para as transformar em simples encarnações de quantidade de trabalho humano, como os economistas da escola de Boehm—Jevons, em abstrair de todas as qualidades das mercadorias, considerando apenas a sua utilidade".

Por consequência, o trabalho social de Marx e a utilidade abstracta de Menger, são em sua opinião equivalentes, por serem dois casos de pura abstracção. Mas Bernstein esquece completamente que a abstracção de Marx não é uma invenção pura e simples, mas uma descoberta, saída não da cabeça de Marx, mas da economia mercantil. cuja existência não é imaginária, mas tem existência social real que pode ser retalhada, pesada e ter um valor atribuído em dinheiro. O trabalho humano abstracto que Marx descobriu não ser mais que dinheiro sob forma evoluída, é uma das descobertas mais geniais de Marx. No pólo oposto, para toda a economia política burguesa, do primeiro dos mercantilistas ao último dos clássicos, o dinheiro manteve o seu carácter místico que o transformou num enigma insolúvel.

A ideia da utilidade abstracta, acarinhada por Boehm e Jevons, é de facto e efectivamente uma construção do espírito, ou melhor, uma construção do nada intelectual, uma patetice de que não se pode responsabilizar nem a sociedade capitalista nem qualquer outra sociedade humana, mas exclusivamente a própria economia burguesa vulgar. Com essa maravilhosa "construção do espírito", Bernstein, Boehm e Jevons e toda a comunidade mística, podem continuar ainda, por mais uns vinte anos, perfeitamente tranquilos frente ao mistério do dinheiro, e não descobrirão mais do que já sabem todos os sapateiros: que o dinheiro é uma coisa "útil".

Assim Bernstein impediu-se de compreender, por qualquer processo, a teoria marxista do valor. Ora é muito claro para todos os que conheçam um mínimo da doutrina económica de Marx, que sem a lei do valor, o conjunto do sistema é incompreensível. Sejamos mais concretos: se não se compreende o carácter da mercadoria e da troca, a economia capitalista e as suas relações permanecem necessariamente misteriosas.

Por que artes mágicas conseguiu Marx penetrar nos segredos mais profundos de todos os fenómenos capitalistas, resolvendo-os com a introdução de problemas que os maiores investigadores

da economia política burguesa, como Smith e Ricardo, nem sequer suspeitavam existir? Simplesmente porque concebeu a economia capitalista como um todo e um fenómeno histórico, cuja história se alongava não somente antes dela, como admitia totalmente a economia clássica, projectando-se ainda no futuro; é por ter considerado não apenas o passado, a economia feudal, mas também o futuro socialista. O segredo da teoria do valor em Marx, da sua análise do dinheiro, da sua teoria do capital, da taxa de lucro e por consequência de todo o sistema económico actual é a descoberta do carácter efémero e transitório da economia capitalista, do seu afundamento e por consequência – este é aqui o aspecto complementar – o objectivo final socialista. Sòmente porque Marx considerava a economia capitalista na sua qualidade de socialista, quer dizer, na perspectiva histórica, pôde decifrar os hieróglifos; e porque se colocava numa óptica socialista, para analisar cientificamente a sociedade burguesa, pôde formular os fundamentos científicos do socialismo.

É a partir do conhecimento de tudo isto que se torna necessário julgar as observações de Bernstein no fim do seu livro, onde se lamenta da "dualidade" "que se manifesta ao longo da obra monumental de Marx", "dualidade no carácter da obra que, se por um lado, pretende ser um estudo científico, pretende, por outro, provar uma tese anterior à redacção do livro, tese que se fundamenta num esquema pré-estabelecido contendo já o resultado, e que deveria ser a conclusão do próprio estudo. O retorno ao Manifesto comunista (quer dizer, ao objectivo final socialista! R. L.) demonstra a existência de um lastro de utopismo na doutrina de Marx" (p. 77).

Classificando a dualidade teórica de Marx de "sobrevivência do utopismo", Bernstein confessa infantilmente negar a dualidade histórica existente na sociedade burguesa, os antagonismos capitalistas de classe, confessa mesmo que o socialismo não passa a seus olhos de uma "sobrevivência do utopismo". O "monismo", a unidade de Bernstein, é a unidade do regime capitalista votado à eternidade, a unidade do socialista que renunciou ao objectivo final e vê na sociedade burguesa uma e inabalável a última etapa da evolução da humanidade.

Mas porque ignora a dualidade da estrutura económica do capitalismo, o germen do socialismo, precisa para salvar o programa socialista pelo menos na sua forma, de recorrer à construção idealista, exterior à evolução económica e fazer do socialismo, de fase histórica determinada da evolução social que é de facto um princípio abstracto.

O princípio do cooperativismo de Bernstein, com o qual pretende ornamentar a economia capitalista, essa magra decantação do objectivo final do socialismo, aparece como uma concessão da sua teoria burguesa feita não pelo futuro socialista da sociedade, mas pelo passado socialista de Bernstein.

prefácio à edição brasileira

O velho está morrendo
e o novo sempre vem

por Victor Marques¹

Esse pequeno livro é composto de duas partes: a primeira delas, um texto de Nancy Fraser originalmente publicado em 2019 na revista *American Affairs*, sob o título “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além”, a segunda, uma entrevista conduzida com Fraser pelo fundador e editor da revista *Jacobin*, Bhaskar Sunkara. A combinação revela um interessante encontro entre gerações.

Fraser tem feito questão de se referir a si mesma em suas intervenções públicas recentes como uma “sixty-eighter” – isso é, da geração de 68, marcada pela experiência de um período histórico específico e peculiar. Sua postura política e produção teórica carregam traços dessa experiência. Nascida em 1947, passou a infância nos subúrbios afluentes da classe média branca de Baltimore, uma cidade legalmente segregada, e politizou-se por meio do movimento pelos direitos civis. Engajou-se ainda adolescente na luta contra a segregação racial e a partir daí se somou às mobilizações contra a guerra do Vietnã, ao movimento estudantil que ocupava os campi universitários, à agitação anti-imperialista e à nova onda do feminismo.

Foi pelo contato com as lutas que, nos anos 70, no contexto dos debates da Nova Esquerda, Fraser se aproximou da tradição intelectual marxista, em busca de ferramentas teóricas capazes de alimentar e potencializar o enfrentamento prático contra as estruturas de poder e dominação. Conforme os anos 70 avançavam e a temperatura das ruas diminuía, culminando na vitória do projeto neoliberal no começo dos anos 80, a militante foi aos poucos se convertendo em acadêmica. Dedicando-se ao trabalho teórico, no mais das vezes técnico e especializado, Fraser construiu uma bem sucedida carreira universitária em filosofia, ao conjugar a teoria crítica da Escola de Frankfurt com o pragmatismo americano e o pós-estruturalismo francês.

Com o tempo, tornou-se uma intelectual de renome, hoje professora da *New School* em Nova York, traduzida em vários idiomas e lida em cursos de graduação e pós-graduação em todo mundo. Seu debate com Axel Honneth a partir do final da década de 90 é definidor para o que se convencionou chamar de a “terceira geração da teoria crítica”. Em seu artigo clássico de 1995, “Da

redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma Era pós-socialista” trabalha o par distribuição/reconhecimento como dois fatores constitutivos para uma teoria da justiça integral. Um diagnóstico corrente nesse momento, dominado pelo triunfalismo liberal que se seguiu ao fim da Guerra Fria, era de que nos conflitos de uma época “pós-socialista” a “luta por reconhecimento” estava destinada a se tornar a forma paradigmática de articular as demandas por justiça, e a “identidade” de grupo tenderia a suplantiar o “interesse de classe” como motor crucial da mobilização política. Nessa leitura, opressão cultural estaria tomando o lugar da exploração econômica como injustiça fundamental, e o reconhecimento o lugar da redistribuição como objetivo central da luta. A argumentação de Fraser, contudo, frisa que essa tendência era também unilateral, uma vez que as injustiças econômicas e culturais encontram-se frequentemente imbricadas, e se reforçam mutuamente. A conclusão de Fraser, portanto, é que uma boa teoria da justiça exigiria uma reflexão crítica tanto acerca do eixo do reconhecimento, como do eixo da redistribuição, e uma alternativa política emancipatória estaria obrigada a conceituar reconhecimento e igualdade sócio-econômica de maneira a que sustentassem mutuamente, ao invés de colocá-los em conflito.

Hoje Fraser se diz reenergizada pelo novo contexto político, reconectada com seus anos de militância política na juventude. O que a levou de volta a ação engajada, em suas próprias palavras “a se sentir jovem de novo”, é o sentimento de que há um desejo de mudança no ar, uma abertura para novas possibilidades, um momento de turbulência e de oportunidade, onde as pessoas voltam a se interessar por ideias como o socialismo. Inspirada por uma nova audiência ampla de jovens que mostravam curiosidade por seu trabalho e por discussões sobre marxismo, feminismo e ecossocialismo, Fraser escreve em 2019, em coautoria com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, o que chama de sua “primeira peça de agitação em 4 décadas”: o manifesto do Feminismo para os 99%, publicado no Brasil pela editora Boitempo. Em um debate com Bhaskar Sunkara, Fraser comenta que “são tempos emocionantes para se estar viva”.

Bhaskar gosta de dizer que é de um tempo menos interessante, mas há poucas coisas desinteressantes na sua trajetória de vida. Filho mais novo de uma família de imigrantes de Trindade e Tobago, de origem étnica indiana, Bhaskar foi o único dos irmãos a nascer nos Estados Unidos – em 1989, poucos meses antes da queda do muro de Berlim. Se politizou durante a adolescência quase ao caso, por curiosidade intelectual, lendo sozinho na biblioteca pública do seu bairro literatura marxista. Em 2003 participou das massivas marchas contra a Guerra do

Iraque e alguns anos depois se filiou aos Socialistas Democráticos da América (DSA), na época uma pequena organização de uns poucos milhares de membros, cuja idade média passava dos 60 anos.

Bhaskar tinha apenas 21 anos e nenhuma ideia de como editar uma revista, quando, de seu dormitório universitário, concebeu e lançou ao mundo a Jacobin, como uma pequena publicação socialista on-line. Era o fatídico, e longínquo, ano de 2010: o Occupy Wall Street ainda não havia acontecido, Bernie Sanders era um senador um tanto folclórico, mas basicamente desconhecido, do pequeno estado de Vermont, e Donald Trump só um apresentador de reality show com uma pigmentação peculiarmente laranja que havia se envolvido no movimento que questionava a certidão de nascimento do presidente Barack Obama. O movimento socialista era, para todos os efeitos, irrelevante nos Estados Unidos, e a maioria dos comentaristas políticos tidos como respeitáveis estavam tranquilos na convicção de que a história havia mesmo acabado.

Em 2011 – no mesmo ano que estourava as ocupações de praças denunciando a desigualdade econômica, o sistema financeiro e o 1% – como um gesto desesperado para se destacar no campo das publicações de esquerda, a Jacobin passava a se tornar uma revista impressa. A obsessão missionária de Sunkara era fazer com que as ideias socialistas se tornassem novamente relevantes para um público de massas. Tal aventura voluntarista tinha tudo para dar errado. Mas o imponderável aconteceu: a Jacobin não só se tornou um sucesso editorial como ajudou a dar forma ao novo discurso do socialismo democrático que hoje mobiliza uma parcela considerável da juventude da classe trabalhadora norte-americana. De uma origem improvisada e precária, a publicação conseguiu se transformar em uma máquina de guerra profissionalizada a serviço da luta de classes dos de baixo, formando militantes e furando a bolha esquerdista para se tornar uma força política real. E, cada vez mais, internacional. Recentemente, a publicação se espalhou pelo mundo, produzindo novos rebentos: a Tribune Magazine (UK), Jacobin Alemanha, Jacobin Itália, e agora Jacobin Brasil. Muito desse sucesso deve-se à dedicação do próprio Sunkara, e de sua capacidade de articular ideias radicais em uma linguagem acessível, precisa e convincente.

O que chama a atenção na Jacobin é como ela foi capaz de se conectar com uma nova geração política: uma geração que não tendo testemunhado a Guerra Fria, e muito jovem para ter experimentado a queda do muro de Berlim como um evento político relevante, de repente se viu vivendo no fim do “fim da história”. Uma geração que frente ao colapso espetacular do consenso neoliberal, e ascensão mórbida do populismo reacionário, se vê empurrada a tomar posição

política, a se organizar – forçada a não apenas dizer não, mas formular o que afinal de contas quer como alternativa positiva para o futuro. É a geração que enfrentou as políticas de austeridade, que voltou a tomar as ruas, que acampou nas praças, que viu estruturas burocráticas aparentemente sólidas se desmancharem no ar, que em alguns lugares criou novos partidos, e em outros ocupou e tomou para si partidos já existentes.

Há décadas em que nada acontece

A frase “há décadas em que nada acontece, há semanas em que décadas acontecem” é comumente atribuída ao revolucionário e fundador do Partido Social-Democrata Operário Russo Vladimir Ulyanov (aliás, Lenin), embora não seja possível encontrar linhas semelhantes em nenhum dos volumes de suas obras completas. Se Lenin as pronunciou, é provável que tenha se inspirado em uma carta pouco conhecida de Karl Marx a Friedrich Engels, datada de 1863, na qual castigava a pequenez mental dos filisteus que medem a história em cúbitos, notando que para os grandes desenvolvimentos históricos, vinte anos contam por um – muito embora, Marx logo se apressa a complementar, esses possam ser seguidos de dias que valem por 20 anos.

O próprio Marx já havia comentado antes, em uma passagem da Miséria da Filosofia repetida no O Capital, que os economistas tendem facilmente a cair na ilusão de que as instituições burguesas são “naturais”, e, portanto, eternas. Todas as demais instituições seriam “artificiais”, e no curso natural da história tenderiam a ser substituídas pelas instituições “naturais” do capitalismo, para além das quais não se pode ir. Houve história, mas já não há. A naturalização das relações capitalistas e dos arranjos políticos burgueses conduzem os ideólogos e propagandistas da ordem a decretar, com curiosa regularidade, o fim da história. Uma vez que as formas finais da socialização humana foram encontradas, sobraria apenas a tarefa de ajustes marginais ou de extensão territorial, englobando regiões e povos considerados atrasados. Mas da mesma forma que essa ilusão regularmente emerge, é também periodicamente frustrada: a história real é pontuada por insurreições e até revoluções sociais, que evidenciam o fato da historicidade das instituições humanas, e contestam na prática a naturalidade de arranjos que se reivindicavam eternos. Se há um padrão histórico nos últimos dois séculos é que a história teima sempre em retornar.

Os quase 20 anos que separam a queda da União Soviética da crise financeira global de 2008 oferecem um exemplo lapidar de décadas em que (quase) nada acontece, ao menos no sentido de grandes rupturas históricas. É verdade que

mesmo nesse período de relativa pasmaceira experiências políticas inovadoras se fizeram sentir em escala localizada (pensemos nos zapatistas das montanhas de Chiapas e suas juntas de bom governo, ou nos dias de ação global do mal chamado “movimento anti-globalização”), e na América Latina países inteiros passaram por intensas convulsões e mobilizações de massa, que resultaram em verdadeiras mudanças de regime, como foi o caso na Venezuela, na Bolívia e no Equador. Mas mesmo na América Latina do “ciclo de governos progressistas”, em muitos países que chegaram a eleger governos de centro-esquerda, a tendência geral era mais de continuidade do que de descontinuidade – como no caso do Brasil, do Chile e do Uruguai.

Impulsionado pelo que parecia ser a derrota definitiva do movimento socialista, pelo enfraquecimento crônico do trabalho organizado, e, por fim, pela própria adoção dos antigos partidos social-democratas, de origem operária, de políticas econômicas monetaristas e a substituição de programas universais por políticas públicas focadas, formou-se um poderoso consenso em torno da inevitabilidade de adoção das reformas pró-mercado, que envolviam a flexibilização dos direitos trabalhistas, maior liberdade de circulação para os fluxos de capitais, expansão do comércio global e privatização das indústrias e serviços públicos. Daí em diante, os governos seriam julgados e avaliados pelos mercados, adaptando seu próprio funcionamento à lógica da competição, e aceitando que a tarefa fundamental da política é manter “o mercado” contente.

O mantra recorrente, imortalizado pela dama de ferro britânica, Margareth Thatcher, era de que simplesmente “não há alternativa”. A expansão das relações capitalistas, seja extensivamente, por uma outra rodada de acumulação por despossessão, seja colonizando novas esferas da vida, incluindo aquelas que haviam sido antes parcialmente desmercantilizadas pelas conquistas das lutas proletárias, foi acompanhada por uma propaganda triunfalista que anunciava que a empresa privada e a democracia representativa parlamentar eram as formas finais de socialização humana enfim encontradas. Não havia nada melhor disponível, e nunca haverá. Esse é o período histórico dominado por aquilo que o filósofo Mark Fisher irá caracterizar como “realismo capitalista”: é mais fácil agora imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Para Fisher, o realismo capitalista é uma espécie de “constelação ideológica” marcada pelo esgotamento da imaginação política, por um sentimento dominante de resignação fatalista, e de maneira geral por uma espécie de encurtamento do horizonte temporal e rebaixamento das expectativas políticas. O fim da história significa também o fim da política propriamente dita. Como Tony Blair e o

“novo trabalhismo” vão afirmar orgulhosamente, já não há mais política de direita ou de esquerda, apenas políticas que funcionam e políticas que não funcionam. Resta a essa pós-política esvaziada de conteúdo apenas administrar, tecnocraticamente, o novo consenso. O deserto do fim da história é um eterno presente onde as coisas podem até se mover cada vez mais rápido, mas onde nada realmente muda.

Do neo-liberalismo progressista ao momento populista

As vitórias eleitorais da direita neoliberal na década de 1980, aliadas ao aprofundamento da globalização econômica (em particular dos fluxos internacionais de capital financeiro) e o enfraquecimento secular do movimento operário e das organizações sindicais, abriram uma disputa sobre os rumos dos partidos social-democratas, isso é, da esquerda governante, que acabou sendo vencido pelo que se convencionou chamar de “terceira via”, expressão cunhada pelo sociólogo Anthony Giddens, então ideólogo do “novo trabalhismo” de Blair. Os antigos partidos criados pelo movimento operário se apressam em tomar distância de suas origens classistas e abraçam parcelas significativas do programa econômico de seus adversários políticos. Identificados cada vez mais com as classes médias progressistas urbanas, esses partidos aceitam se “modernizar” levando a frente as reformas liberalizantes que os novos tempos supostamente exigem.

Nos Estados Unidos, o equivalente do “Novo Trabalhismo” de Blair foram os “Novos Democratas”, do casal Clinton e seus aliados, bem sucedidos em realinhar o Partido Democrata, afastando-o da coalizão montada com o New Deal de Franklin Delano Roosevelt em direção ao que Nancy Fraser chama de “neoliberalismo progressista”. Trata-se do conceito mais inovador que Nancy Fraser introduz no ensaio, e que, a primeira vista, como logo admite a autora, pode parecer um oxímoro. Foi a forma como Fraser encontrou de batizar a aliança improvável, mas poderosa, entre a ala liberal dos novos movimentos sociais, que emergem com força a partir da década de 60, e os setores mais dinâmicos da nova economia (em particular a grande indústria cultural, as altas finanças e os gigantes da tecnologia digital, ou simplificada, para dar nomes geográficos: Hollywood, Wall-Street e Vale do Silício). Para Fraser, o neoliberalismo progressista foi capaz de articular uma política econômica regressiva, pró-negócios, com uma política progressista de reconhecimento,

valorizando a diversidade e a representatividade, mas ressignificando igualdade como sinônimo de meritocracia.

Segundo Fraser, o neoliberalismo seria, portanto, um projeto econômico que pode se acoplar com diferentes projetos de reconhecimento, e que de fato o acoplamento mais bem-sucedido foi com o progressismo liberal, combinando um programa econômico expropriador – financeirização, endividamento, precarização do trabalho, cortes dos programas sociais, privatizações e desregulamentações, enfraquecimento dos sindicatos e redução dos direitos trabalhistas – com uma política liberal meritocrática de reconhecimento – adornada por um discurso de diversidade, multiculturalismo e empoderamento. A missão professada por essa esquerda reformada passa a ser construir, como brincaram os críticos, algo como um “neoliberalismo com rosto humano”, empenhando-se na institucionalização de uma sistema de governança global, com arranjos multilaterais capazes de garantir crescimento econômico, estabilidade e segurança para os investidores – uma nova aldeia global baseada nos direitos humanos e no livre mercado.

A tática de reformulação eleitoral abraçada pela centro-esquerda foi, portanto, se desconectar das bases sindicais e das promessas de segurança social e conciliação de classes do pós-guerra, para se apresentarem como partidos das classes médias profissionais, vibrantes, modernos e cosmopolitas, na aposta de que a antiga base continuaria fiel ao voto, porque não teria outro lugar para ir. Foi assim que progressismo e neoliberalismo puderam formar o que Fraser chama de uma nova “aliança governante”. O jogo dessa centro-esquerda integrada a nova ordem das coisas passou cada vez mais a apresentar-se como cosmopolita, multicultural, politicamente correta, inovadora, conectada à franja mais dinâmica e avançada da sociedade – em contraste com a antiga classe operária fabril e os trabalhadores manuais das regiões pós-industriais (deixadas para trás na marcha da modernização globalizante), vistos como paroquiais, atrasados e incultos.

Sob o domínio do realismo capitalista o próprio eixo esquerda-direita foi reinterpretado: a disputa capital-trabalho passa a ser lida como obsoleta, fora de moda, e a distinção ideológica fundamental passa a girar em torno das disputas por reconhecimento – a política é relida não mais pela ótica do antagonismo de classe, mas pelo antagonismo entre identidades culturais. Essa divergência em termo de “guerra culturais” não impede um acordo comum fundamental quanto à economia política: um programa econômico que pode ser emendado aqui e ali ao

sabor das sensibilidades sociais do partido governante da vez, mas que é, em suas linhas gerais, aceito como estabelecido de uma vez por todas.

A consequência é que os partidos se aproximam do centro, e as eleições se tornam em boa medida irrelevantes. Afinal, se a história acabou, já não se deve mais esperar muito mesmo da política. O jornalista Thomas Friedman afirmava entusiasmadamente no final da década de 90 que a globalização era uma “camisa de força de ouro”, e duas coisas acontecem quando você a aceita: sua economia cresce, e sua política encolhe. A economia pode não ter crescido muito, mas a política, ou no mínimo o horizonte de expectativas político, de fato encolheu: os partidos perderam filiados, e se tornaram cascas tecnocráticas vazias, atraindo carreiristas e afastando militantes, a abstenção aumentou, e boa parte dos setores mais pobres da classe trabalhadora chegou a conclusão que votar não valia a pena – no fim da história, os partidos e os políticos são todos iguais.

E, no entanto, esse pacto abrangente encontra-se agora em contestação, ou ao menos não goza mais da confiança instintiva que podia exibir há pouco tempo. As raízes desse desgaste podem ser rastreadas até a crise financeira do final dos anos 2000, mas se expressa nas urnas como um realinhamento político em escala internacional apenas a partir de 2015. É a crise de 2007/2008 que marca o início do fim do consenso neoliberal e a abertura para a época de sua contestação, ou que poderíamos chamar, seguindo a filósofa Chantal Mouffe, de um “momento populista”.² Para Mouffe, estaríamos testemunhando, ao menos em algumas regiões geográficas do globo, uma crise da “formação hegemônica neoliberal”, o que poderia abrir a possibilidade para a construção de uma ordem democrática. A crise financeira global de 2008 trouxe à superfície todas as contradições do modelo neoliberal, e abriu espaço para que a formação hegemônica neoliberal fosse abertamente contestada – por movimentos anti-establishment tanto à esquerda (o Occupy Wall Street e os Indignados espanhóis, por exemplo) quanto à direita (o Tea Party nos Estados Unidos, as manifestações da extrema-direita na Europa continental). Em um livro abertamente militante, e recentemente publicado no Brasil pela editora Autonomia Literária, Mouffe nos convida a intervir na “crise hegemônica”, e propõe o “populismo de esquerda” como uma estratégia discursiva para estabelecer uma fronteira política contrapondo o povo (construído por meio de uma cadeia de equivalência articulando uma pluralidade de demandas contra diferentes formas de opressão) e a oligarquia (definido como o 1% da pirâmide econômica, que abocanharam desproporcionalmente os ganhos da financeirização e da globalização neoliberal). O nosso atual momento populista seria, portanto, uma expressão da crise hegemônica da formação

neoliberal. Remetendo à conhecida passagem de Antonio Gramsci, o diagnóstico de Mouffe é o de que crise econômica levou à condensação de uma série de contradições, dando origem a um interregno: o consenso anterior é contestado, mas uma solução a crise ainda não é visível.

O título do livro de Nancy Fraser remete precisamente a essa mesma passagem: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”. Escrita originalmente em algum momento do final da década de 20 e começo da década de 30, nos cárceres do regime fascista italiano, nos últimos meses a frase tem reaparecido em todos os lugares, de memes da internet a títulos de artigos tanto jornalísticos quanto acadêmicos. Sua súbita popularidade reflete um sentimento difuso, mas ubíquo – tanto no Brasil quanto no mundo – de que algo acabou, com poucas certezas, no entanto, do que vem pela frente. Nesse claro-escuro, os fenômenos mórbidos abundam: de Trump ao recrudescimento da direita populista na Europa, passando pelas nossas próprias monstruosidades locais.

Não por acaso, é dessa mesma passagem que vem a inspiração para o título do livro da socióloga e comunicadora Sabrina Fernandes³, no qual ela analisa a conjuntura política brasileira, em particular a partir de 2013, com ênfase na fragmentação da esquerda. Para Fernandes, a frase de Gramsci ganha notoriedade recente devido a aplicabilidade do aparelho conceitual gramsciano “para analisar crises de autoridade sob o capitalismo em todo o mundo”. Para Fernandes, a crise orgânica decorre da perda de autoridade de instituições e partidos estabelecidos – onde o consentimento falha, eclode a crise de hegemonia. E é essa crise que está na base da instabilidade e do realinhamento político-eleitoral em curso em escala global.

Gramsci estava certamente pensando na crise de hegemonia que se abriu na Itália com consequência da primeira guerra mundial, e desaguou na ascensão de Benito Mussolini ao poder e a formação do Estado fascista – um momento de crise que se espalhou depois por toda a Europa com a agudização da crise econômica no final da década de 20 e começo da década de 30. Mas talvez a mais célebre análise de um momento de crise de hegemonia é a que o próprio Marx nos legou em seu 18 de Brumário, o texto que inaugura a análise de conjuntura como gênero literário e no qual traça a história das jornadas de junho operárias de 1848 até a consolidação da ditadura de Luis Bonaparte. Marx pretende demonstrar como “a luta de classes na França criou circunstâncias e

condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói”.

Ralph Milliband, intelectual marxista associado à Nova Esquerda, escrevendo em outro período de crise de hegemonia, às vésperas da ascensão do populismo autoritário de Margareth Thatcher, observava que embora a luta de classes seja uma característica permanente de toda a sociedade de classes, ela pode assumir uma grande variedade de formas a depender do período histórico e das condições nacionais específicas. A luta de classes deve ser vista no contexto mais amplo da hegemonia. Em períodos normais, de hegemonia assegurada, a luta de classes será uma parte normal da política, administrada pelas vias institucionais estabelecidas, e mediada pelo partidos da ordem será facilmente absorvida como parte da operação cotidiana do arranjo social. Nesse caso, as classes dominantes não precisarão de “salvadores da pátria”. Mas é justamente nos momentos em que a hegemonia não está tão solidamente assegurada – em momentos como diz Gramsci “que massas antes passivas entram em movimento”, que “se destacam das ideologias tradicionais” e “não acreditam mais no que antes acreditavam” – que a ação política e a intervenção acidental de grupos ou indivíduos ganham mais importância. Quando grandes parcelas da população se deslocam de suas fidelidades tradicionais e se convencem que alguma coisa precisa mudar o papel do acaso e da contingência adquirem considerável impacto histórico. Nas palavras de Milliband, há uma relação inversa entre hegemonia e contingência – quanto menos efetiva é a primeira, mais significativa é a segunda. As crises de hegemonia abrem “oportunidades estruturais” nas quais a agência e a contingência exercem impacto significativo no curso dos eventos.

Tal conceitualização nos ajuda a entender porque períodos históricos marcados por crises de hegemonia, podendo dar origem ao que Mouffe chama de “momento populista”, são também caracterizados pela agudização das disputas, aumento da imprevisibilidade e instabilidade política, polarizações e incertezas. No interregno a histórica parece se acelerar e ganhar traços mais dramáticos: velhas fidelidades são rompidas, novas alianças feitas, eventos aleatórios podem alterar a dinâmica dos acontecimentos, novos atores aparecem enquanto outros saem de cena repentinamente, reviravoltas se tornam frequentes, com vitórias certas se transformando rapidamente em derrotas.

Brecha hegemônica e realinhamento político

Compreender a natureza da crise nos oferece um mapa cognitivo de um terreno em mutação. E aqui a metáfora do mapa é relevante: se há um movimento

subterrâneo da tectônica social, quem se apegar aos velhos mapas errará sistematicamente o alvo. Os sinais de que as placas tectônicas estão se movendo são claros. Em todo mundo o sistema partidário está sendo refeito, em uma intensidade e extensão que não se via desde a década de 80. Novos partidos, criados há poucos anos, chegam ao poder, e antigos partidos estabelecidos vêm sua votação declinar, ou são radicalmente refeitos por dentro. O realinhamento político adquire variadas expressões: o Podemos, criado em 2014, chega à vice-presidência espanhola em 2020 após 4 eleições gerais em 4 anos; o PASOK grego vira pó em 2015, dando origem ao termo “pasokização” para se referir ao colapso do partido social-democrata que aplica políticas de austeridade, dando lugar à ascensão meteórica da Frente da Esquerda Radical (SYRIZA), que por sua vez logo entra em declínio no governo; o Partido Trabalhista inglês é realinhado a esquerda, tem seu maior incremento eleitoral desde 1945, para dois anos depois sofrer uma derrota histórica frente a um Partido Conservador também realinhado para abraçar o Brexit; na Itália, em 2018, o Movimento 5 Estrelas se torna o maior partido, e forma governo com a antiga Liga Norte, convertida por Salvini de um partido regional e separatista a populista de direita, enquanto o Partido Democrático perde metade do seu eleitorado em uma década. Os exemplos se multiplicam no mundo, e cada semana parece trazer uma nova reviravolta.

Talvez o principal realinhamento seja justamente o caso no qual Nancy Fraser se debruça: os conflitos internos que vêm transformando por dentro os dois grandes partidos dos Estados Unidos. Em 2016, o Partido Republicano foi vítima do que se poderia caracterizar, sem exageros, de uma “aquisição corporativa hostil”: o candidato que era um corpo estranho, literalmente um outsider, vindo do mundo dos negócios e dos reality shows de TV, derrotou sucessivamente todas as alternativas do establishment republicano, e ganhou as primárias apelando diretamente para as bases, contra a máquina partidária. Ao levar as primárias, e depois a presidência, Donald Trump trouxe ao Partido Republicano elementos em tensão com o programa de globalização neoliberal clássico, prometendo rever acordos multilaterais de livre-comércio, aumentando barreiras tarifárias e ameaçando entrar em guerra comercial contra a China. De fato, o que permitiu sua vitória em termos eleitorais foi seu discurso, direcionado aos setores da classe média branca empobrecidos pelo neoliberalismo (em especial das regiões pós-industriais, que costumavam ser fiéis ao partido democrata), com promessas de reindustrialização, retorno das plantas fabris, proteção de emprego e do modo de vida contra os efeitos disruptivos da globalização. Sua campanha,

ostensivamente contra a “elite globalista”, mobilizava motivos antissemitas até então adormecidos na política conservadora norte-americana. Não por acaso, Steve Bannon, que se orgulhava publicamente de ter tornado o site de notícias Breitbart a “plataforma da alt-right”, foi escolhido como chefe de campanha e depois “estrategista-chefe da Casa Branca”, deixando na campanha, e na presidência exercida, um modo de campanha permanente, com as marcas distintamente populistas de uma revolta dos “deploráveis” contra o “Partido de Davos”.

Curiosamente, não são apenas analistas de esquerda como Nancy Fraser e Chantal Mouffe que têm falado de crise e de populismo. Em um debate com David Frum em novembro de 2018, Steve Bannon, já fora da Casa Branca, vaticinou que o futuro seria do populismo: “Estamos no início de uma nova revolução política, e isso é populismo. A única pergunta que temos diante de nós é: será um nacionalismo populista que acredita no capitalismo e desconstrói o Estado administrativo, dando ao homem comum uma parte da ação e destruindo esse capitalismo de grandes corporações e grandes governos, ou será um tipo de socialismo populista como o de Jeremy Corbyn e Bernie Sanders”. Em uma exposição para grupos católicos conservadores ainda em 2014, portanto bem antes de Trump aparecer como um fenômeno político eleitoral, Bannon já argumentava em favor de ideias semelhantes. Lançando mão de um enquadramento que coloca em oposição os de cima e os de baixo, Bannon argumenta que a crise financeira de 2008, da qual, segundo ele, a economia norte-americana ainda não havia se recuperado, desencadeia uma “revolta populista”, da qual o Tea Party seria a mais importante expressão. Mas a revolta populista embrionária nos EUA não seria um evento isolado, e sim parte do que Bannon chama de um “Tea Party global”, um movimento planetário das classes médias insatisfeitas do qual fariam parte o movimento pró-Brexit no Reino Unido, a Frente Nacional na França e mesmo o governo de Narendra Modi na Índia.

O que é certo é que a crise econômica de 2008 escancarou as contradições do período neoliberal. Em um primeiro momento, a insatisfação difusa se expressa como protesto social na forma de movimentos de contestação de rua (tanto a esquerda quanto a direita) que, embora muitas vezes efêmeros e de curta duração, começam a preparar o terreno para um momento populista. Eventualmente, a crise econômica se converte em crise política, quando a insatisfação atinge um ponto crítico que força o realinhamento político, e abre espaço para que campanhas insurgentes deem formas a novos atores. É nesse

ponto que é possível reconhecer um momento de verdade no diagnóstico de Steve Bannon: quando o establishment político entra em crise de autoridade, abre-se um momento populista. Nessas condições, a grande questão é de fato saber que tipo de populismo será vitorioso: o populismo reacionário, pró-capitalista (de Trump e do próprio Bannon) ou um populismo progressista, como o socialismo democrático defendido por Bernie Sanders.

A recomendação de Fraser é que tentar salvar o centro é inútil, e só serviria para jogar mais água no moinho da direita populista. O que deveríamos fazer, ao contrário, é recusar a escolha infernal: nem neoliberalismo (supostamente) progressista, nem populismo reacionário. Fraser vê a campanha de Sanders de 2015/2016, que acontecia simultaneamente ao realinhamento do Partido Republicano impulsionado por Trump, como um processo paralelo à revolta populista das bases conservadores. O programa de Sanders articulava reformas no sistema penal, a fim de enfrentar o racismo institucional, com acesso universal aos serviços de saúde; justiça reprodutiva para as mulheres com gratuidade universal do ensino superior; avanço nos direitos LGBTQ+ com ataque aos privilégios do sistema financeiro. Como herdeiro da retórica do Occupy Wall Street e prometendo guerra de classe contra o 1%, ao mesmo tempo abraçando uma concepção inclusiva de classe trabalhadora, que contemplava não apenas o estereótipo do homem branco empregado nas fábricas e construções, mas buscava conectar justiça econômica com justiça racial, justiça ambiental e justiça de gênero, Sanders foi bem sucedido em avançar uma campanha insurgente que ameaçou a direção do Partido Democrata e angariou apoio de massas. Em 2016, a cúpula do Partido Democrata foi capaz de fazer o que a cúpula do Partido Republicano não foi, e bloqueou sua revolta populista interna e as tentativas insurgentes de realinhamento. Mas em 2020 a história pode ser diferente: tendo ganho o voto popular nas primárias de Iowa, contando com um exército de 2 milhões doadores individuais para sua campanha, e uma equipe profissional coordenando uma multidão de voluntários em todos os Estados, Bernie Sanders e sua proposta de “revolução política” pode triunfar dessa vez, para se medir diretamente com Trump nas eleições gerais. Por improvável que essa vitória possa parecer, é justamente a crise de hegemonia que a torna possível. Caso se concretize, o abalo sísmico político será considerável e amplo, afetando também o Brasil.

Haveria, portanto, uma janela de oportunidade ainda aberta para que um populismo de esquerda possa tentar criar um novo bloco hegemônico, construindo uma maioria social pela articulação de vários segmentos das classes

populares – seja aqueles que se sentiram em algum momento atraídos pelo populismo reacionário, ou pelo neoliberalismo progressista, ou que simplesmente deixaram de participar ativamente do jogo político eleitoral. Apenas essa coalizão seria capaz de dar conta da crise de cuidado, da crise econômica e da crise ambiental que estão na raiz da crise política. Mas isso exigiria um realinhamento dos instrumentos políticos da esquerda que aspira ao exercício do poder, para longe de um programa centrista que se fia nas classes médias profissionais e em direção a um programa reformista radical baseado na massa dos não proprietários, unificando uma classe trabalhadora concebida de modo inclusivo e abrangente. Se essa análise estiver correta, uma mobilização massiva confrontacional que articule demandas de justiça em um discurso de solidariedade entre os oprimidos e guerra às elites é a maneira mais eficaz para barrar o populismo reacionário – e quem sabe reabrir o horizonte histórico para além do “realismo capitalista”.

Verão de 2020

o velho está morrendo e o novo não pode nascer

por Nancy Fraser

Hoje, quem quer que fale em “crise” corre o risco de ser desconsiderado e visto como um charlatão, tamanha a banalização que o termo atingiu por sua utilização imprecisa e incessante. Mas há um sentido preciso em dizer que enfrentamos uma crise hoje. Se a caracterizarmos com precisão e identificarmos sua dinâmica distintiva, poderemos determinar melhor o que é necessário para resolvê-la. Sob essas bases, também poderíamos vislumbrar um caminho que leve para além do atual impasse – através do realinhamento político para a transformação da sociedade.

À primeira vista, a crise de hoje parece ser política. Sua expressão mais espetacular está bem aqui no centro do capitalismo, os Estados Unidos: Donald Trump – sua eleição, seu mandato presidencial e as disputas em torno dele. E não faltam fenômenos políticos análogos em outros lugares: o fiasco do Brexit no Reino Unido; o enfraquecimento da legitimidade da União Europeia e a desintegração dos partidos social-democratas e de centro-direita; o crescente sucesso de partidos racistas e anti-imigrantes em todo o norte e centro-leste da Europa; e o surgimento de forças autoritárias, algumas qualificáveis como profascistas, na América Latina, na Ásia e no Pacífico. Nossa crise política, se é disso que se trata, não é apenas estadunidense, é global.

O que torna essa afirmação plausível é que, apesar das diferenças, todos esses fenômenos compartilham uma característica em comum. Todos envolvem um

enfraquecimento dramático, se não um simples colapso, da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas. É como se massas de pessoas em todo o mundo parassem de acreditar no senso comum reinante que sustentou a dominação política nas últimas décadas. É como se tivessem perdido a confiança na boa-fé das elites e buscassem novas ideologias, organizações e lideranças. Dada a escala desse colapso, é improvável que se trate de uma coincidência. Suponhamos, portanto, que enfrentamos uma crise política global.

Por mais dramático que isso soe, é apenas uma parte da história. Os fenômenos recém-evocados constituem a vertente especificamente política de uma crise mais ampla e multifacetada, que também tem outras vertentes – econômica, ecológica e social – e que, juntas, somam-se em uma crise geral. Longe de ser meramente setorial, a crise política não pode ser compreendida separadamente dos bloqueios aos quais ela responde em outras instituições aparentemente não políticas. Nos Estados Unidos, esses bloqueios incluem a metástase das finanças; a proliferação de empregos precários no setor de serviços; a crescente dívida do consumidor que possibilita a compra de coisas baratas produzidas em outros lugares; conjuntamente, o aumento das emissões de carbono, dos climas extremos e do negacionismo climático; a racialização do encarceramento em massa e da violência policial sistêmica; e o aumento das tensões na vida familiar e comunitária, graças, em parte, ao prolongamento das jornadas de trabalho e à diminuição da assistência social. Juntas, essas forças estão se enraizando em nossa ordem social há um bom tempo, sem produzir um terremoto político. Agora, no entanto, começou o vale-tudo. Na atual rejeição generalizada à política tradicional, uma crise objetiva do sistema como um todo encontrou sua voz política subjetiva. A vertente política da nossa crise geral é uma crise de hegemonia.

Donald Trump é o garoto-propaganda dessa crise hegemônica. Mas não podemos entender sua ascensão a menos que iluminemos as condições que a possibilitaram. Isso significa identificar a visão de mundo cujo espaço o trumpismo ocupou e mapear o processo pelo qual ele se desemaranhou.

As ideias indispensáveis para esse fim vêm de Antonio Gramsci. Hegemonia é o termo que ele usa para explicar o processo pelo qual uma classe dominante faz com que sua dominação pareça natural ao infiltrar os pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo o senso comum da sociedade. Sua contrapartida organizacional é o bloco hegemônico: uma coalizão de forças sociais díspares que a classe dominante reúne e através dela afirma sua liderança. Se quiserem desafiar esses arranjos, as classes dominadas devem construir um novo e mais

persuasivo senso comum, ou uma contra-hegemonia, e uma nova e mais poderosa aliança política, ou um bloco contra-hegemônico.

A essas ideias de Gramsci devemos acrescentar mais uma: todo bloco hegemônico incorpora um conjunto de valores e suposições sobre aquilo que é justo e correto e sobre aquilo que não é. Desde pelo menos a metade do século xx, nos Estados Unidos e na Europa, a hegemonia capitalista foi forjada pela combinação de dois aspectos diferentes de direito e justiça – um focado na distribuição, o outro no reconhecimento⁴. O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente os rendimentos. Esse aspecto diz respeito à estrutura econômica da sociedade e, ainda que indiretamente, às suas divisões de classe. O aspecto do reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento enquanto membros da sociedade. Focado na ordem dos status na sociedade, esse aspecto se refere às hierarquias desses status.

Juntos, distribuição e reconhecimento constituem os componentes normativos essenciais a partir dos quais as hegemonias são construídas. Colocando essa ideia junto com as de Gramsci, podemos dizer que o que tornou Trump e o trumpismo possíveis foi a quebra de um bloco hegemônico anterior – e o descrédito de seu nexos normativo distintivo de distribuição e reconhecimento. Ao analisar a construção e o rompimento desse nexos, podemos esclarecer não apenas o trumpismo, mas também as perspectivas pós-Trump para um bloco contra-hegemônico que poderia resolver a crise. Deixe-me explicar.

A hegemonia do neoliberalismo progressista

Antes de Trump, o bloco hegemônico que dominava a política estadunidense era o neoliberalismo progressista. Isso pode soar como um oxímoro, mas foi uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativistas pelos direitos LGBTQ+); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de ponta, “simbólicos” e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). O que manteve unido esse estranho casal foi uma peculiar combinação de visões sobre distribuição e reconhecimento.

O bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo desse amálgama era neoliberal.

Determinadas a libertar as forças do mercado da pesada mão do Estado e da moenda dos “impostos e gastos”, as classes que lideraram esse bloco visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era a financeirização: desmantelamento das barreiras e das proteções à livre circulação do capital; desregulamentação bancária e ampliação das dívidas predatórias; desindustrialização; enfraquecimento dos sindicatos e difusão dos trabalhos precários e mal remunerados. Popularmente associadas a Ronald Reagan, mas substancialmente implementadas e consolidadas por Bill Clinton, essas políticas reduziram os padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média, transferindo riqueza e valor para cima – principalmente para o 1%, é claro, mas também para os altos escalões das classes profissionais-gerenciais.

Os neoliberais progressistas não foram os primeiros a sonhar com essa economia política. Essa honra pertence à direita: aos seus luminares intelectuais Friedrich Hayek, Milton Friedman e James Buchanan; aos seus visionários políticos Barry Goldwater e Ronald Reagan; e aos seus viabilizadores bilionários Charles e David Koch, entre outros. Mas a versão “fundamentalista” de direita do neoliberalismo não poderia se tornar hegemônica em um país cujo senso comum ainda era moldado pelo pensamento do New Deal, a “revolução dos direitos” e uma enorme quantidade de movimentos sociais descendentes da “Nova Esquerda”. Para que o projeto neoliberal triunfasse, tinha que ser reembalado, receber um apelo mais amplo e ligado a outras aspirações emancipatórias não econômicas. Somente quando adornada como progressista é que uma economia política profundamente retrógrada poderia se tornar o centro dinâmico de um novo bloco hegemônico.

Por isso, coube aos “Novos Democratas” contribuir com o ingrediente essencial: uma política progressista de reconhecimento. Servindo-se das forças progressistas da sociedade civil, eles difundiram um ethos de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório. No centro deste ethos estavam os ideais de “diversidade”, “empoderamento” das mulheres, direitos LGBTQ+, pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo. Esses ideais foram interpretados de uma maneira específica e limitada, totalmente compatível com a “Goldman Sachsificação” da economia dos EUA: proteger o meio ambiente significava monetizar o comércio de carbono. Promover a propriedade da casa própria significava agrupar os empréstimos subprime e revendê-los como títulos de garantia hipotecária. Igualdade significava meritocracia.

A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para uma ordem “mais justa” não visava abolir a

hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderar” mulheres “talentosas”, pessoas de cor⁵ e minorias sexuais para que chegassem ao topo. Esse ideal é inerentemente específico a uma classe, voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” possam alcançar posições e estar em pé de igualdade com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe. A variante feminista é reveladora, mas, infelizmente, não é única. Focados em “fazer acontecer”⁶ e “quebrar o teto de vidro”, seus principais beneficiários só poderiam ser aqueles que já possuísem o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros continuariam presos no porão.

Por mais enviesada que fosse, essa política de reconhecimento atuou para seduzir grandes correntes de movimentos sociais progressistas para o novo bloco hegemônico. Certamente, nem todo o ativismo feminista, antirracista, multiculturalista, e assim por diante, foi conquistado para a causa progressista-neoliberal; mas aqueles que foram, conscientemente ou não, constituíam o maior e mais visível segmento de seus respectivos movimentos, enquanto aqueles que resistiam eram confinados às margens. Os progressistas do bloco progressista-neoliberal eram, com certeza, seus parceiros menores, muito menos poderosos que seus aliados em Wall Street, Hollywood e no Vale do Silício. No entanto, eles contribuíram com algo essencial nessa ligação perigosa: o carisma, um “novo espírito do capitalismo”. Exalando uma aura de emancipação, esse novo “espírito” alimentou a atividade econômica neoliberal com um arripio de excitação. Agora associado ao pensamento progressista e libertador, cosmopolita e moralmente avançado, o sombrio repentinamente se tornou emocionante. Em grande parte graças a esse ethos: políticas que fomentaram uma vasta redistribuição de riqueza e rendimentos adquiriram um verniz de legitimidade.

Para alcançar a hegemonia, no entanto, o emergente bloco neoliberal-progressista teve que derrotar dois rivais diferentes. Primeiro, teve que derrotar os remanescentes da coalizão do New Deal. Antecipando o “Novo Trabalhismo” de Tony Blair, a ala clintonista do Partido Democrata silenciosamente desarticulou aquela antiga aliança. No lugar de um bloco histórico que havia unido com êxito, por várias décadas, trabalhadores organizados, imigrantes, afro-americanos, classes médias urbanas e algumas frações do grande capital industrial, forjaram uma nova aliança de empresários, banqueiros, suburbanos, “trabalhadores simbólicos”, novos movimentos sociais, latinos e jovens, mantendo o apoio dos afro-americanos, que sentiam não ter outra alternativa. Em campanha pela nomeação democrata presidencial em 1991-92, Bill Clinton

ganhou o dia com discursos sobre diversidade, multiculturalismo e direitos das mulheres, mesmo enquanto se preparava para tomar o rumo do Goldman Sachs.

A derrota do neoliberalismo reacionário

O neoliberalismo progressista também teve que derrotar um segundo adversário, com o qual compartilhava mais do que deixou transparecer. O antagonista, nesse caso, era o neoliberalismo reacionário. Alojado principalmente no Partido Republicano e menos coerente do que seu rival dominante, esse segundo bloco oferecia um nexos diferente de distribuição e reconhecimento. Conciliava uma política neoliberal de distribuição similar com uma política de reconhecimento diferente, reacionária. Ao mesmo tempo em que afirmava fomentar os pequenos negócios e a manufatura, o verdadeiro projeto econômico do neoliberalismo reacionário centrava-se no fortalecimento das finanças, da produção militar e da energia não renovável, tudo isso em benefício, principalmente, do 1% global. O que deveria torná-lo palatável para a base que buscava reunir era uma visão excludente de uma ordem de status justa: etnonacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica.

Essa era a fórmula que permitia aos evangélicos cristãos, brancos do sul, estadunidenses de cidades pequenas e rurais e camadas brancas descontentes da classe trabalhadora coexistirem por algumas décadas, ainda que desconfortavelmente, com os libertários, membros do Tea Party, a Câmara de Comércio e os irmãos Koch – além de um punhado de banqueiros, barões do ramo imobiliário, magnatas da energia, capitalistas de risco e especuladores de fundos multimercados. Ênfases setoriais à parte, nas grandes questões da economia política, o neoliberalismo reacionário não diferia substancialmente de seu rival progressista-neoliberal. É verdade que os dois partidos polemizaram um pouco sobre os “impostos sobre os ricos” – com os democratas cedendo, geralmente. Mas ambos os blocos apoiavam o “livre comércio”, os baixos impostos para as corporações, a redução dos direitos trabalhistas, a primazia do interesse dos acionistas, a compensação ao estilo de “o vencedor leva tudo” e a desregulamentação financeira. Ambos os blocos elegeram líderes que buscavam “grandes barganhas”, visando cortar direitos constituídos. As principais diferenças entre eles se davam em termos de reconhecimento, não de distribuição.

Quase sempre, o neoliberalismo progressista ganhou também essa batalha, mas com um custo. Decadentes centros industriais, especialmente o chamado Cinturão da Ferrugem,⁷ foram sacrificados. Aquela região, junto com os centros

industriais mais novos do sul, sofreu um grande impacto graças à tríade das políticas de Bill Clinton: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (justificada, em parte, pela promoção da democracia) e a revogação da Lei Glass-Steagall,⁸ que afrouxou as regulamentações sobre o setor bancário. Juntas, essas políticas e suas sucessoras devastaram as comunidades que dependiam da manufatura. Ao longo de duas décadas de hegemonia progressista-neoliberal, nenhum dos dois grandes blocos empreendeu qualquer esforço sério para apoiar essas comunidades. Para os neoliberais, suas economias não eram competitivas e deveriam estar sujeitas à “correção do mercado”. Para os progressistas, suas culturas estavam presas ao passado, atadas a valores obsoletos e paroquiais que logo desapareceriam em uma nova redenção cosmopolita. Em nenhum dos dois terrenos – distribuição ou reconhecimento –, os neoliberais progressistas poderiam encontrar qualquer razão para defender as comunidades industriais do Cinturão da Ferrugem e do sul.

A lacuna hegemônica – e a luta para preenchê-la

O universo político que Trump se embrenhou era altamente restritivo. Foi construído em torno da oposição entre duas versões do neoliberalismo, distintas principalmente no eixo do reconhecimento. Seria possível escolher entre multiculturalismo e etnonacionalismo. Mas ambos estavam atados, de qualquer forma, à financeirização e à desindustrialização. Com o cardápio limitado ao neoliberalismo progressista e ao reacionário, não havia força que se opusesse à dizimação dos padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média. Projetos antineoliberais foram severamente marginalizados, se não simplesmente excluídos da esfera pública.

Isso deixou um segmento considerável do eleitorado estadunidense – vítimas da financeirização e da globalização corporativa – sem um lar político natural. Uma vez que nenhum dos dois grandes blocos falava por eles, havia uma lacuna no universo político estadunidense: uma zona vazia e desocupada, onde a política antineoliberal e em favor das famílias trabalhadoras poderia ter se enraizado. Dado o ritmo acelerado da desindustrialização; a proliferação de subempregos precários e com baixos salários; o aumento do endividamento predatório; e o conseqüente declínio dos padrões de vida dos dois terços mais pobres dos estadunidenses, era apenas uma questão de tempo até que alguém preenchesse a lacuna.

Alguns supunham que o momento havia chegado em 2007 e 2008. Um mundo ainda se recuperando de um dos piores desastres de política externa da história dos EUA estava sendo forçado a enfrentar a pior crise financeira desde a Grande Depressão – e um quase colapso da economia global. A política tradicional foi posta de lado. Um afro-americano que falava em “esperança” e “mudança” ascendeu à presidência, prometendo transformar não apenas a política, mas também toda a “mentalidade” da política estadunidense. Barack Obama poderia ter aproveitado a oportunidade para mobilizar seu apoio de massas em favor de um grande deslocamento para longe do neoliberalismo, mesmo diante da oposição do Congresso. Em vez disso, ele confiou a economia às próprias forças de Wall Street que quase a haviam destruído. Definindo a meta como sendo a “recuperação” (em oposição à reforma estrutural), Obama despejou enormes resgates em dinheiro nos cofres dos bancos “grandes demais para fracassar”, mas não conseguiu fazer nada comparável em favor de suas vítimas: os 10 milhões de estadunidenses que perderam suas casas para as execuções de hipotecas durante a crise. A exceção que confirmou a regra foi sua expansão do Medicaid por meio da Lei de Proteção e Cuidado Acessível ao Paciente (PPACA), que proporcionou benefícios materiais reais para uma parte da classe trabalhadora dos EUA. Ao contrário das propostas de “pagador único”⁹ e de “opção pública”,¹⁰ às quais Obama renunciou antes mesmo do início das negociações em torno do sistema de saúde, sua abordagem reforçou as próprias divisões dentro da classe trabalhadora que acabariam se mostrando fatídicas politicamente. Em suma, a essência irresistível de sua presidência consistia em manter o status quo progressista-neoliberal, apesar de sua popularidade declinante.

Outra oportunidade para preencher a lacuna hegemônica chegou em 2011, com a irrupção do Occupy Wall Street. Cansado de esperar pela reparação do sistema político e decidido a resolver a questão por conta própria, um segmento da sociedade civil tomou as praças públicas em todo o país em nome dos “99%”. Denunciando um sistema que saqueia a grande maioria para enriquecer o 1% do topo, grupos relativamente pequenos de jovens manifestantes logo atraíram amplo apoio – até 60% do povo estadunidense, segundo algumas pesquisas –, especialmente de sindicatos sitiados, estudantes endividados, famílias de classe média com dificuldades e o crescente “precariado”.

No entanto, os impactos políticos do Occupy foram reduzidos, servindo principalmente para reeleger Obama em 2012. Ao adotar a retórica do movimento, ele angariou o apoio de muitos daqueles que votariam em Trump em

2016. Tendo derrotado Romney e obtido mais quatro anos de mandato, contudo, o presidente continuou em seu caminho neoliberal; sua recém-descoberta consciência de classe evaporou rapidamente. Restringindo sua busca de “mudança” à promulgação de decretos, ele não processou os malfetores da riqueza, nem usou seu púlpito para mobilizar o povo americano contra Wall Street.

Assumindo que a tempestade havia passado, as classes políticas dos EUA sequer hesitaram. Continuando a defender o consenso neoliberal, não conseguiram ver no Occupy os primeiros tremores de um terremoto. Esse terremoto, finalmente, abalou a corrida eleitoral de 2015-16, quando o descontentamento prolongado transformou-se, de repente, em plena crise de autoridade política. Os principais blocos políticos pareciam entrar em colapso. No lado Republicano, Trump, conduzindo uma campanha pautada em temas populistas, derrotou com folga (como continua a nos lembrar) seus infelizes dezesseis rivais primários, incluindo vários que haviam sido escolhidos a dedo por chefes do partido e por grandes doadores. No lado Democrata, Bernie Sanders, um autoproclamado socialista democrático, opôs um desafio surpreendentemente significativo para a sucessora ungida de Obama, Hillary Clinton, que teve que empregar todos os tipos de truques e alavancas do poder dentro da máquina partidária para tirá-lo de pauta. Em ambos os lados, os roteiros usuais foram suspensos, enquanto um par de forasteiros ocupava a brecha hegemônica e passava a preenchê-la com novos memes políticos.

Tanto Sanders quanto Trump criticaram a política neoliberal de distribuição, mas suas políticas de reconhecimento diferiam nitidamente. Enquanto Sanders denunciava a “manipulação da economia” com tons universalistas e igualitários, Trump tomou emprestada a mesma frase, mas sob um verniz nacionalista e protecionista. Apostando em velhos chavões excludentes, ele transformou o que tinha sido uma “mera” mensagem subliminar em rajadas cheias de racismo, misoginia, islamofobia, homofobia, transfobia e sentimento anti-imigrante. A base da “classe trabalhadora” que sua retórica conjurava era branca, hétero, masculina e cristã, ligada à mineração, à perfuração de petróleo, à construção e à indústria pesada. Em contrapartida, a classe trabalhadora que Sanders cortejava era ampla e expansiva, abrangendo não apenas trabalhadores fabris do Cinturão da Ferrugem, mas trabalhadores do setor público e de serviços, incluindo mulheres, imigrantes e negros. Certamente, o contraste entre esses dois retratos da “classe trabalhadora” era em grande parte retórico. Nem o retrato combinava estritamente com a base de eleitores do futuro presidente. Embora a margem de

vitória de Trump tenha vindo de centros industriais desentranhados que haviam apoiado Obama em 2012 e Sanders nas primárias democratas, seus eleitores também incluíam os habituais suspeitos republicanos – incluindo libertários, donos de empresas e outros que pouco se beneficiavam do populismo econômico. Da mesma forma, os eleitores mais fiéis de Sanders eram jovens estadunidenses com grau universitário. Mas essa não é a questão. Como projeção retórica de uma possível contra-hegemonia, foi a visão expansiva de Sanders sobre a classe trabalhadora dos EUA que mais nitidamente distinguiu seu tipo de populismo daquele de Trump.

Ambos os forasteiros esboçaram os contornos de um novo senso comum, mas cada um fez isso à sua maneira. No seu auge, a retórica da campanha de Trump sugeriu um novo bloco proto-hegemônico, que podemos chamar de populismo reacionário. Parecia combinar uma política hiper-reacionária de reconhecimento com uma política populista de distribuição: na prática, o muro na fronteira mexicana somado aos gastos em infraestrutura de larga escala. O bloco que Sanders preconizou, ao contrário, foi o populismo progressista. Ele buscou unir uma política inclusiva de reconhecimento com uma política de distribuição em favor das famílias trabalhadoras: reforma do sistema criminal somada ao Medicare para todos; justiça reprodutiva, mais ensino superior gratuito; direitos LGBTQ+, além da fragmentação dos grandes bancos.

Propaganda enganosa

Nenhum desses cenários, na verdade, se materializou. A derrota de Bernie Sanders para Hillary Clinton removeu a opção populista progressista das cédulas, o que não foi surpresa para ninguém. Mas o resultado da vitória subsequente de Trump sobre ela foi um tanto inesperado, pelo menos para alguns. Longe de governar como um populista reacionário, o novo presidente ativou a velha tática comercial fraudulenta de “estelionato eleitoral”, abandonando as políticas distributivas populistas prometidas em sua campanha. É verdade que ele cancelou a Parceria Transpacífico e renegociou o NAFTA, mesmo que apenas cosmeticamente. Mas ele não levantou um dedo sequer para controlar Wall Street. Também não deu nenhum passo sério no sentido de implementar projetos de infraestrutura pública em larga escala e na criação de empregos; seus esforços para incentivar a manufatura limitaram-se a exhibições simbólicas de pressão e a regulamentação para os produtores de carvão se mostrou amplamente fictícia. E longe de propor uma reforma tributária, cujos principais beneficiários seriam as famílias da classe trabalhadora e da classe

média, ele aderiu à versão republicana padrão, destinada a canalizar mais riqueza para o 1% (incluindo a família Trump). Como este último ponto atesta, as ações do presidente na frente distributiva incluíram uma forte dose de capitalismo de compadrio e autopromoção. Mas se Trump, por si, falha em fazer jus aos ideais hayekianos de razão econômica, a nomeação de mais um ex-aluno do Goldman Sachs para o Tesouro garante que o neoliberalismo continuará onde interessa.

Tendo abandonado a política populista de distribuição, Trump passou a redobrar a aposta na política reacionária de reconhecimento, imensamente intensificada e cada vez mais perversa. A lista de suas provocações e ações em apoio a hierarquias de status odiosas é longa e assustadora: as várias versões de proibições a viagens, todas direcionadas a países de maioria muçulmana, mal disfarçadas pelo cínico acréscimo tardio da Venezuela; o dilaceramento dos direitos civis no Departamento de Justiça (que abandonou o uso de acordos judiciais) e do Departamento do Trabalho (que parou de fiscalizar a discriminação cometida por empresas contratadas pelo governo federal); sua recusa em defender casos judiciais sobre direitos LGBTQ+; sua reversão da cobertura do seguro obrigatório da contracepção; seu contingenciamento das proteções das Emendas Educacionais de 1972 para mulheres e meninas, mediante cortes no pessoal de fiscalização; e seus pronunciamentos públicos, seja em apoio a um tratamento policial mais violento dos suspeitos, seja pelo desprezo a la “xerife Joe”¹¹ pelo Estado de Direito, seja em apoio a “pessoas de bem” entre os supremacistas brancos que semearam o caos em Charlottesville. O resultado não é um mero conservadorismo republicano, mas uma política hiper-reacionária de reconhecimento.

As políticas do presidente Trump divergiram totalmente das promessas de campanha do candidato Trump. Não apenas seu populismo econômico desapareceu, como também sua utilização de bodes expiatórios se tornou cada vez mais cruel. Aquilo em que seus apoiadores votaram, em suma, não é aquilo que eles receberam. O resultado não foi o populismo reacionário, mas o neoliberalismo hiper-reacionário.

O neoliberalismo hiper-reacionário de Trump não constitui um novo bloco hegemônico, no entanto. É, ao contrário, caótico, instável e frágil. Isso se deve, em parte, à peculiar psicologia pessoal de seu porta-estandarte e, em parte, à sua codependência disfuncional em relação aos poderes estabelecidos do Partido Republicano, que tentou e fracassou em reafirmar seu controle e está “fazendo hora” enquanto busca uma rota de fuga. Não é possível saber, por enquanto, exatamente como isso vai se desenrolar; mas seria tolice excluir a possibilidade

de que o Partido Republicano vá se cindir. De qualquer maneira, o neoliberalismo hiper-reacionário não oferece nenhuma perspectiva de hegemonia segura.

Mas há também um problema mais profundo. Ao desativar a face econômico-populista de sua campanha, o neoliberalismo hiper-reacionário de Trump busca restabelecer a lacuna hegemônica que ele ajudou a abrir em 2016 – exceto que ele não pode, agora, suprimir essa lacuna. Agora que o rei populista está nu, parece duvidoso que a parcela da classe trabalhadora da base de Trump fique satisfeita, por muito tempo, apenas com uma dieta de (des) reconhecimento.

Por outro lado, enquanto isso, “a resistência” se organiza. Mas a oposição está fraturada, compreendendo clintonistas obstinados, sanderistas comprometidos e muitas pessoas que não se distinguem entre os dois. Para complicar o cenário, há uma série de grupos oportunistas cujas posturas militantes atraíram grandes doadores apesar (ou por causa) da imprecisão de suas concepções programáticas.

Especialmente preocupante é o ressurgimento de uma antiga tendência à esquerda, que tenta contrapor a raça à classe. Alguns resistentes propõem-se a reorientar a política do Partido Democrata em torno da oposição à supremacia branca, concentrando esforços em obter apoio dos eleitores negros e latino-americanos. Outros defendem uma estratégia centrada na classe, voltada para reconquistar comunidades brancas da classe trabalhadora que desertaram para Trump. Ambas as visões são problemáticas na medida em que tratam a atenção à classe e à raça como inerentemente antagônicas, um jogo de soma zero. Na realidade, ambos os eixos da injustiça podem ser atacados em conjunto, como de fato devem ser. Nenhum poderá ser superado enquanto o outro florescer.

No contexto de hoje, no entanto, as propostas relativas às preocupações secundárias de classe apresentam um risco especial: elas provavelmente se encaixarão nos esforços da ala pró-Clinton para restaurar o status quo anterior sob alguma forma nova. Nesse caso, o resultado seria uma nova versão do neoliberalismo progressista – que combina o neoliberalismo na frente distributiva com uma política de reconhecimento antirracista militante. Essa perspectiva congelaria as forças contrárias a Trump. Ela afastaria muitos aliados em potencial, validando a narrativa de Trump e reforçando seu apoio. Ela, efetivamente, juntaria forças com ele na supressão de alternativas ao neoliberalismo – e, assim, restabeleceria a lacuna hegemônica. Mas o que acabei de afirmar sobre Trump se aplica igualmente aqui: o rei populista está nu, e não pode apenas sair de cena discretamente. Restabelecer o neoliberalismo progressista, em qualquer base, seria recriar – na verdade, exacerbar – as

mesmas condições que criaram Trump. E isso significa preparar o terreno para futuros Trumps – cada vez mais perversos e perigosos.

Sintomas mórbidos e perspectivas contra-hegemônicas

Por todas essas razões, nem um neoliberalismo progressista revivido, nem um neoliberalismo hiper-reacionário fraudulento serão bons candidatos à hegemonia política de um futuro próximo. Os laços que uniram cada um desses blocos se desgastaram muito. Além disso, nenhum dos dois está em posição de moldar um novo senso comum. Nenhum deles pode oferecer uma imagem confiável da realidade social, uma narrativa na qual um amplo espectro de atores sociais possa se encontrar. Igualmente importante, nenhuma das variantes do neoliberalismo pode resolver com sucesso os bloqueios objetivos do sistema, subjacentes à nossa crise hegemônica. Como ambos dividem a cama com o financismo global, nenhum deles pode desafiar a financeirização, a desindustrialização ou a globalização corporativa. Nenhum deles pode reverter os padrões de vida declinantes, o crescente endividamento, as mudanças climáticas, os “déficits dos benefícios sociais” ou as intoleráveis tensões sobre a vida comunitária. Reinstalar qualquer um desses blocos no poder significa assegurar não apenas sua continuidade, mas uma intensificação da crise atual.

O que, então, podemos esperar a curto prazo? Na ausência de uma hegemonia segura, enfrentamos um interregno instável e a continuação da crise política. Nesse contexto, as palavras de Gramsci são verdadeiras: “O velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”.

A menos, é claro, que exista um candidato viável a uma contra-hegemonia. O candidato mais provável é, para tanto, uma forma ou outra de populismo. Poderia o populismo ainda ser uma opção possível – se não imediatamente, a longo prazo? O que aponta a favor dessa possibilidade é o fato de que, entre os partidários de Sanders e os de Trump, algo próximo de uma massa crítica de eleitores estadunidenses rejeitou a política neoliberal de distribuição em 2015-16. A questão candente é se essa massa pode agora ser reunida em um novo bloco contra-hegemônico. Para que isso aconteça, os setores da classe trabalhadora que apoiam Trump e Sanders teriam que se entender como aliados – vítimas, situadas em posições diferentes, de uma mesma “economia fraudulenta”, a qual poderiam, em conjunto, buscar transformar.

O populismo reacionário, mesmo sem Trump, não é uma base provável para tal aliança. Sua política de reconhecimento hierárquica e excludente é inaceitável para os principais setores das classes trabalhadora e média, especialmente famílias dependentes de salários do trabalho nos setores de serviços, da agricultura, do trabalho doméstico e no setor público, cujas fileiras incluem um grande número de mulheres, imigrantes e negros. Somente uma política inclusiva de reconhecimento tem a chance de trazer essas forças sociais indispensáveis para dentro de uma aliança com outros setores das classes trabalhadora e média, incluindo comunidades historicamente associadas à manufatura, à mineração e à construção.

Isso coloca o populismo progressista como o candidato mais provável a um novo bloco contra-hegemônico. Combinando a redistribuição igualitária com o reconhecimento não hierárquico, essa opção tem, pelo menos, uma chance significativa de unir toda a classe trabalhadora. Mais do que isso: poderia posicionar essa classe, entendida de forma abrangente, como a principal força de uma aliança que também inclui segmentos substanciais da juventude, da classe média e do estrato profissional-gerencial.

Ao mesmo tempo, há muita coisa na situação atual em desfavor dessa possibilidade, a curto prazo, de uma aliança entre os populistas progressistas e os estratos da classe trabalhadora que votaram em Trump na última eleição. Entre os obstáculos está o aprofundamento das divisões, até mesmo dos ódios, que há muito ferviam, mas que recentemente foram postos em ponto de ebulição por Trump – que, como David Brooks observou com perspicácia, “tem um fardo para cada uma das feridas do corpo político e, dia após dia, enfia um atizador em brasa nesta ou naquela ferida, rasgando-a” sem qualquer escrúpulo. O resultado é um ambiente tóxico que parece validar a visão, mantida por alguns progressistas, de que todos os eleitores de Trump são “deploráveis” – racistas, misóginos e homofóbicos irremediáveis. Também é reforçada a visão inversa, sustentada por muitos populistas reacionários, de que todos os progressistas são moralistas incorrigíveis e elitistas presunçosos que os desprezam, enquanto saboreiam cappuccino e rolam em dinheiro.

Uma estratégia de separação

As perspectivas para o populismo progressista nos Estados Unidos hoje dependem do combate contra esses pontos de vista. Faz-se necessária uma estratégia de separação, destinada a precipitar duas grandes cisões. Primeiro, as mulheres menos privilegiadas, os imigrantes e os negros têm que ser descoladas

das feministas empreendedoras; dos antirracistas meritocráticos; do movimento LGBTQ+ dominante, da diversidade corporativa; e do capitalismo ecológico, que sequestraram suas preocupações, conformando-as em termos consistentes com o neoliberalismo. Esse é o objetivo de uma recente iniciativa feminista que busca substituir a filosofia do “faça acontecer” por um “feminismo para os 99%”. Outros movimentos emancipatórios deveriam copiar essa estratégia.

Em segundo lugar, as comunidades da classe trabalhadora no Cinturão da Ferrugem, no sul e no meio rural precisam ser persuadidas a abandonar seus atuais aliados cripto-neoliberais. O truque é convencê-los de que as forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo não podem lhes fornecer, e efetivamente não lhes fornecerão, os pré-requisitos materiais essenciais para um melhoramento de vida, ao passo que um bloco populista-progressista poderia. Dessa forma, seria possível separar os eleitores do Trump que poderiam e deveriam ser receptivos a tal apelo daqueles racistas “de carteirinha” e dos etnonacionalistas de alt-right,¹² incapazes dessa mesma receptividade. Dizer que o primeiro contingente supera numericamente o segundo por uma ampla margem não significa negar que os movimentos populistas reacionários recorram fortemente à uma retórica histriônica e contribuam para encorajar grupos, outrora marginais, de verdadeiros supremacistas brancos. Mas significa refutar a conclusão apressada de que a esmagadora maioria dos eleitores populistas reacionários esteja sempre fechada a apelos em nome de uma classe trabalhadora expandida, do tipo evocado por Bernie Sanders. Essa visão não é apenas empiricamente errada, mas também contraproducente, tendendo a se autorrealizar.

Deixe-me ser clara. Não estou sugerindo que um bloco populista progressista deveria se silenciar sobre preocupações urgentes em torno do racismo, do sexismo, da homofobia, da islamofobia e da transfobia. Pelo contrário: combater esses males deve ser algo central para um bloco populista progressista. Mas é contraproducente abordá-los por meio da condescendência moralizadora, ao estilo do neoliberalismo progressista. Essa abordagem pressupõe uma visão superficial e inadequada dessas injustiças, exagerando grosseiramente até que ponto o problema está dentro da cabeça das pessoas e deixando de perceber a profundidade das forças institucionais-estruturais que as sustentam.

Esse ponto é especialmente nítido e importante no caso da questão racial. A injustiça racial nos Estados Unidos de hoje não é, essencialmente, uma questão restrita às atitudes degradantes ou aos maus comportamentos, embora essas variáveis certamente existam. O cerne da questão são os impactos racialmente

específicos da desindustrialização e da financeirização no período da hegemonia progressista-neoliberal, refratados por uma longa história de opressão sistêmica. Nesse período, estadunidenses negros e pardos – que por muito tempo foram privados de crédito, confinados a habitações segregadas de qualidade inferior e recebendo muito pouco para tornar possível a acumulação de poupanças – foram sistematicamente visados por fornecedores de empréstimos subprime e, conseqüentemente, experimentaram as maiores taxas de execuções hipotecárias do país.

Também nesse período, as cidades e os bairros compostos amplamente por minorias étnicas, e que viveram sistematicamente sob a escassez de recursos públicos, foram arrasados pelo fechamento de fábricas em centros industriais em declínio; suas perdas foram contabilizadas não apenas em postos de trabalho, mas também em receitas fiscais, que os privaram de fundos para escolas, hospitais e manutenção da infraestrutura básica, levando a desastres como a crise hídrica de Flint – e, em um contexto diferente, à destruição do bairro Lower Ninth Ward de Nova Orleans, durante o furacão Katrina, em 2005. Finalmente, homens negros, sujeitos, há muito tempo, a condenações diferenciadas, a prisões em condições degradantes, ao trabalho forçado e a violências socialmente toleradas – incluindo a violência pelas mãos da polícia – foram, nesse período, recrutados massivamente para um “complexo industrial-prisional”, mantido funcionando em sua plena capacidade em decorrência de uma “guerra às drogas” que visava à apreensão de crack, e por taxas desproporcionalmente altas de desemprego entre as minorias étnicas – todas essas situações sendo uma cortesia das “realizações” legislativas bipartidárias, orquestradas, em grande parte, por Bill Clinton. Preciso acrescentar que, por mais inspiradora que tenha sido, a presença de um afro-americano na Casa Branca não logrou minimizar esses desenvolvimentos.

E como poderia? Os fenômenos que acabamos de invocar mostram a profundidade do racismo ancorado na sociedade capitalista contemporânea – e a incapacidade da moralização progressista-neoliberal para enfrentá-lo. Eles também revelam que as bases estruturais do racismo têm a ver tanto com questões de classes e com a economia política, quanto com status e (des)reconhecimento. Igualmente importante, eles elucidam que as forças que estão destruindo as oportunidades de vida dos negros são parte integrante do mesmo complexo dinâmico daquelas que destroem as oportunidades de vida dos brancos – mesmo que algumas das especificidades sejam diferentes. O efeito é,

por fim, revelar o inextricável entrelaçamento de raça e classe no capitalismo financeirizado contemporâneo.

Um bloco populista progressista deve fazer dessas percepções as suas estrelas-guia. Renunciando à ênfase progressista-neoliberal nas atitudes pessoais, deve concentrar seus esforços nas bases estruturais-institucionais da sociedade contemporânea. Especialmente importante, deve destacar as raízes compartilhadas das injustiças de classe e status no capitalismo financeirizado. Concebendo esse sistema como uma totalidade social única e integrada, esse bloco deve vincular as mazelas sofridas por mulheres, imigrantes, negros e pessoas LGBTQ+ àquelas experimentadas pelos estratos da classe trabalhadora atraídos para o populismo de direita. Dessa forma, ele poderá lançar as bases para uma nova e poderosa coalizão entre todos aqueles que estão sendo traídos por Trump e seus desafetos – não apenas os imigrantes, as feministas e as pessoas de cor que já se opõem ao neoliberalismo hiper-reacionário, mas também os estratos brancos da classe trabalhadora que, até agora, o apoiaram. Reunindo os principais segmentos de toda a classe trabalhadora, essa estratégia poderia efetivamente vencer. Ao contrário de todas as outras opções aqui consideradas, o populismo progressista tem o potencial, pelo menos em princípio, de se tornar um bloco contra-hegemônico relativamente estável no futuro.

Mas o que pesa a favor do populismo progressista não é apenas sua potencial viabilidade subjetiva. Em contraste com seus prováveis rivais, tem a vantagem adicional de ser capaz, pelo menos em princípio, de abordar o lado real e objetivo de nossa crise. Deixe-me explicar.

Como observei de início, a crise hegemônica aqui dissecada é uma das vertentes de um complexo maior de crises, que abrange várias outras vertentes – ecológica, econômica e social. É também a contrapartida subjetiva de uma crise sistêmica objetiva, frente à qual constitui uma resposta e da qual não pode ser separada. Em última análise, esses dois lados da crise – um subjetivo, o outro objetivo – se mantêm ou caem juntos. Nenhuma resposta subjetiva, não importa o quão convincente seja, pode assegurar uma contra-hegemonia duradoura, a menos que ofereça a perspectiva de uma solução real para os problemas objetivos subjacentes.

O lado objetivo da crise não é uma mera multiplicidade de disfunções separadas. Longe de formar uma pluralidade dispersa, seus vários filamentos estão interligados e compartilham uma fonte comum. O objeto subjacente de nossa crise geral, o que abriga suas múltiplas instabilidades, é a forma atual de

capitalismo – globalizante, neoliberal, financeirizado. Como todas as formas de capitalismo, esta não é um mero sistema econômico, mas algo maior: uma ordem social institucionalizada. Como tal, abrange um conjunto de condições não econômicas de fundo, que são indispensáveis para uma economia capitalista: por exemplo, as atividades não remuneradas de reprodução social, que asseguram a oferta de trabalho assalariado para a produção econômica; um aparato organizado de poder público (leis, polícia e agências reguladoras) que fornece a ordem, a previsibilidade e a infraestrutura necessárias para uma acumulação sustentada; e, finalmente, uma organização relativamente sustentável de nossa interação metabólica com o resto da natureza, que assegure suprimentos essenciais de energia e matérias-primas para a produção de mercadorias, sem mencionar um planeta habitável que possa sustentar a vida.

O capitalismo financeirizado representa um modo historicamente específico de organizar a relação de uma economia capitalista com essas condições básicas indispensáveis. É uma forma de organização social profundamente predatória e instável, que libera a acumulação de capital das próprias restrições (políticas, ecológicas, sociais, morais) necessárias para sustentá-la ao longo do tempo. Libertada dessas restrições, a economia capitalista consome as próprias condições básicas que a possibilitam. É como um tigre que come seu próprio rabo. Enquanto a vida social, como tal, é cada vez mais economicizada, a busca irrestrita pelo lucro desestabiliza as próprias formas de reprodução social, sustentabilidade ecológica e poder público das quais depende. Visto dessa maneira, o capitalismo financeirizado é inerentemente uma formação social propensa a crises. O complexo de crises que encontramos hoje é a expressão cada vez mais aguda de sua tendência embutida para desestabilizar a si mesmo.

Essa é a face objetiva da crise: a contrapartida estrutural do desdobramento hegemônico aqui dissecado. Hoje, portanto, os dois polos de crise – um objetivo, o outro subjetivo – estão em pleno desabrochar. Eles se mantêm ou caem juntos. Resolver a crise objetiva requer uma transformação estrutural importante do capitalismo financeirizado: uma nova maneira de relacionar a economia à política, a produção à reprodução, a sociedade humana à natureza não humana. O neoliberalismo, sob qualquer manto que seja, não é a solução, mas o problema.

O tipo de mudança que exigimos só pode vir de outro lugar, de um projeto que seja, no mínimo, antineoliberal, se não anticapitalista. Tal projeto pode se tornar uma força histórica somente quando ganhar corpo em um bloco contra-hegemônico. Por mais distante que tal perspectiva possa parecer agora, nossa

melhor chance de uma resolução subjetiva-objetiva é o populismo progressista. Mas mesmo isso pode não ser um ponto final estável. O populismo progressista pode acabar sendo transitório – um ponto de parada a caminho de uma nova forma de sociedade pós-capitalista.

Independentemente de nossa incerteza em relação ao ponto final, uma coisa é certa: se falharmos, agora, em dar consequência a essa opção, prolongaremos o atual interregno. Isso significa condenar os trabalhadores de todas as convicções e todas as cores a tensões crescentes e ao declínio da saúde; ao aumento do endividamento e ao excesso de trabalho; ao apartheid de classe e à insegurança social. Significa imergi-los também em uma extensão cada vez mais ampla de sintomas mórbidos – em ódios nascidos do ressentimento e expressos em bodes expiatórios; em surtos de violência seguidos de arroubos de repressão; em um mundo perverso, onde as solidariedades se contraem até o desaparecimento. Para evitar esse destino, devemos romper definitivamente tanto com a economia neoliberal quanto com as várias políticas de reconhecimento que ultimamente apoiaram – rejeitando não apenas o etnonacionalismo excludente, mas também o individualismo liberal-meritocrático. Somente unindo uma política fortemente igualitária de distribuição a uma política de reconhecimento substancialmente inclusiva, sensível à classe, é que podemos construir um bloco contra-hegemônico capaz de nos levar além da crise atual, na direção de um mundo melhor.

¹ Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do Instituto Latino-Americano de Estudos sobre Direito, Política e Democracia (ILAEDPD). É também militante socialista e diretor de desenvolvimento da Jacobin Brasil.

² Por um populismo de esquerda, Autonomia Literária, 2019.

³ Sintomas Mórbidos, Autonomia Literária, 2019.

⁴ N. do E.: Este é um termo que Nancy Fraser usa desde o debate com o Axel Honneth sobre redistribuição ou reconhecimento (que foi traduzido assim para o português). No Brasil, tais questões são tratadas sob o conceito de “política identitária”, mas a autora aborda isso pelo uso da expressão reconhecimento, que vai além da identidade.

⁵ N. do T.: Enquanto no Brasil o termo “pessoas de cor” é repudiado pelo movimento negro como um eufemismo, nos EUA trata-se de um termo aceito pelo movimento, a fim de abranger todos grupos étnicos não brancos, como negros e latinos.

⁶ N. do E.: No original, “lean in”, conceito oriundo do livro homônimo de Sheryl Sandberg, alta executiva do Facebook, no qual ela aborda questões de gênero no trabalho e inspira mulheres a crescerem em suas carreiras às mais altas posições, geralmente ocupadas por homens.

⁷ N. do E.: O cinturão da ferrugem (Rust Belt, em inglês), conhecido até os anos 1970 como cinturão da indústria, é uma região dos Estados Unidos que abrange estados do nordeste, dos Grandes Lagos e do meio-oeste.

⁸ N. do T.: Lei de 1933 que impedia que os bancos se ocupassem de atividades não bancárias, como os seguros.

- [9](#) N. do E.: Sistema em que os serviços de saúde seriam geridos por uma agência pública ou semipública, capaz de garantir a cobertura universal de saúde.
- [10](#) N. do E.: Proposta de criação de uma agência pública que ofereceria planos de saúde mais baratos para competir com as empresas privadas.
- [11](#) N. do T.: Trata-se de Joe Arpaio, antigo xerife do Arizona, condenado por seus métodos racistas e truculentos. Recebeu oficialmente o perdão de Trump em agosto de 2017.
- [12](#) N. do T.: A “direita alternativa” prega o supremacismo branco e outras pautas conservadoras.